



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS ANÁPOLIS**

FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA

**REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL EM ÓRGÃOS COLEGIADOS:
PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONSELHO SUPERIOR DO IFG**

**Anápolis - GO
2021**



PROFEPT

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - PROFEPT

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS ANÁPOLIS

FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA

**REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL EM ÓRGÃOS COLEGIADOS:
PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONSELHO SUPERIOR DO IFG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Anápolis, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Área de concentração: Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Azevedo de Brito

Anápolis - GO
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

OLIVEIRA, Fernanda Eline de

O48r Representação estudantil em órgãos colegiados: práticas educativas no conselho superior do IFG. / Fernanda Eline de Oliveira. -- Anápolis: IFG, 2021.

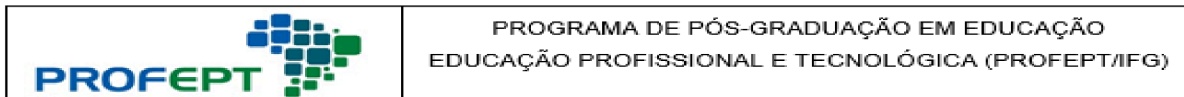
103 p. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Azevedo de Brito

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica.

1. Representação estudantil – Órgãos colegiados. 2. Formação Integrada. 3. Gestão democrática. 4. Educação. I. BRITO, Wanderley Azevedo de orien.. II. Título.

CDD 370.7



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO E VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL
(Modalidade da Sessão: Web Conferência)

No dia 29 (vinte e nove) do mês de janeiro do ano de 2021, às 14 horas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - Câmpus Anápolis, por meio de webconferência, deu-se Defesa da Dissertação de Mestrado "**Representação estudantil em órgãos colegiados: práticas educativas no Conselho Superior do IFG**" e do Produto Educacional "**Participação Discente nos Conselhos do IFG como processo formativo: oficina pedagógica sobre a estrutura institucional de gestão**", de autoria de **Fernanda Eline de Oliveira**, como requisitos para conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica.

A Banca Examinadora foi composta pelos professores: **Dr. Wanderley Brito de Azevedo-IFG/ProfEPT** (Orientador - Presidente da Banca), **Dr. Guenther Carlos Feitosa de Almeida - IFG/ProfEPT** (Avaliador Interno), e pela professora **Dra. Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita - PUC/GO** (Avaliadora Externa).

Em conformidade com o Regulamento do ProFEPT e o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Instituto Federal de Goiás (IFG), a Banca Examinadora manifesta-se pela **APROVAÇÃO** da **Dissertação e do Produto Educacional** de **FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA**.

Anápolis -GO, 29 de janeiro de 2021.

Documento assinado eletronicamente por:

1. Dr. Wanderley Azevedo de Brito - Orientador Presidente da Banca ProfEPT
2. O Presidente da Banca assina a Ata por: Dra. Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita-PUC/GO *
3. Dr. Guenther Carlos Feitosa de Almeida - ProfEPT/IFG
4. Fernanda Eline de Oliveira – Discente do ProfEPT

* No contexto das restrições e medidas sanitárias de isolamento social impostas pela Pandemia do Covid-19, o presidente da Banca foi autorizado a fazer a transcrição da avaliação e assinar Ata de Defesa da Dissertação em nome da Profa. Dra. Maria Cristina das Graças Dutra Mesquita da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que participou da Sessão por Web Conferência.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fernanda Eline de Oliveira, REDATOR**, em 09/02/2021 08:48:40.
- **Guenther Carlos Feitosa de Almeida, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 08/02/2021 15:56:32.
- **Wanderley Azevedo de Brito, COORDENADOR - FUC1 - ANA-MPEPT**, em 29/01/2021 17:22:50.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 11/01/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 121367

Código de Autenticação: a7c9d15806



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input checked="" type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo | |

Nome Completo do Autor: Fernanda Eline de Oliveira

Matrícula: 2153299

Título do Trabalho: Representação estudantil em órgãos colegiados: Práticas educativas no Conselho Superior do IFG.

Autorização - Marque uma das opções

1. Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ___/___/____ (Embargo);
3. Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- O documento está sujeito a registro de patente.
 O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
 Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Anápolis, 11/02/2021.

Fernanda Eline de Oliveira

*Dedico este trabalho os meus pais,
Maria Rita de Oliveira e Sebastião Júlio de Oliveira,
que me ensinaram todos os valores que carrego comigo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram para que esta etapa da minha formação pudesse se concretizar.

Ao meu esposo, Marcos Tsujii, que me deu todo o suporte emocional necessário, com amor, paciência, dedicação e companheirismo, para que eu me mantivesse motivada até o fim.

Aos meus pais, Maria Rita e Sebastião Júlio, por serem os principais responsáveis por toda a minha trajetória, tendo me ensinado, desde muito cedo, o valor do estudo, do trabalho e, principalmente, do caráter e da ética.

Ao meu irmão Júlio Henrique, por ser meu grande exemplo de ser humano, e por ter sempre me incentivado a buscar ser melhor e alcançar meus objetivos.

Ao meu irmão Bruno César (*in memoriam*), meu amigo e confidente, que só pode acompanhar a metade desta minha caminhada, mas que com certeza continua torcendo por mim em outro plano.

Às minhas cunhadas, Jaqueline Rodrigues e Gabriella Arruda, por estarem sempre presentes e por me darem as dádivas que são minhas sobrinhas amadas, Ana Clara e Leonora.

Às minhas amigas queridas de longa data, Bárbara Lopes, Jordana Calil, Arissa Teixeira, Virginia Perini, Luyara Teixeira, Luciana Vaz, Eliete Santiago, Janis Joplin e Marina Ávila, que me ofereceram amizade sincera e compreensão nas minhas ausências.

À equipe do Gabinete da Reitoria do IFG, Claudia Beatriz, Anapaula de Almeida, Alan Magalhães, Juliana Vilarins, Mara Olívia, Márcia Helena, Thiago Wedson, Adriana dos Reis e Jerônimo Rodrigues, por todo o cuidado, a assistência e o apoio que me proporcionaram nesse percurso.

Às amigas que o mestrado me trouxe, Ana Cecília Gumerato, Queren Arbex e Alline Monteiro, por dividirem comigo as alegrias e as angústias desse período. E também a todos os colegas da turma ProfEPT 2018, por todas as aprendizagens e experiências compartilhadas.

Às pessoas que colaboraram diretamente e essencialmente com o desenvolvimento deste trabalho, Tássia Mantelli, Rimet Jules, Sudário Macedo, Gabriel Bernardes, John Lennon, Vanessa Lima, Lucas Manoel, Fernanda Guirra, Patrícia Santiago e Kepler Benchimol.

Aos professores do Mestrado ProfEPT Câmpus Anápolis, por serem mediadores de tanto conhecimento acerca da Educação Profissional e Tecnológica.

Aos professores Guenther Carlos Feitosa e Maria Cristina das Graças D. Mesquita, pela disposição em serem avaliadores deste estudo e pelas imprescindíveis contribuições como membros da banca.

Ao professor Wanderley Brito, pela orientação, por ter compartilhado comigo a identificação com o tema escolhido, por ter despertado tantas reflexões e ter acreditado nos frutos desta pesquisa, com seu olhar minucioso e atento, sempre parceiro e afetuoso.

O Homem, além de ser um animal político, é um animal sentimental, um animal afetivo, um animal, que transporta tudo aquilo que constitui a nossa humanidade em virtudes, embora tudo isto seja muito relativo do que é, de fato, uma virtude, virtudes, defeitos, sonhos, desejos, tentações, tudo aquilo que nós somos, esta caldeirada contraditória que nós somos, que não pode, efetivamente, ser definida por um tipo de comportamento que vai apenas do sentido da ideologia, cortando, amputando o Homem de todas as outras suas dimensões.

(José Saramago, 1990)

RESUMO

Este estudo, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), teve como objetivo investigar e analisar como as práticas educativas possíveis no âmbito do Conselho Superior do IFG podem caracterizar a atuação discente como parte de sua formação integral, no período de 2010 a 2019. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, fundamentada nas concepções teóricas de formação integral/omnilateral e de gestão democrática e participativa na Educação Profissional e Tecnológica, baseadas principalmente nos trabalhos de Vitor Henrique Paro (2000, 2016), Marise Nogueira Ramos (2006, 2008, 2014), Heloísa Lück (2006) e Iria Brzezinski e Cristiano Santos (2015). Quanto à metodologia para conhecimento da realidade do objeto, o estudo apoia-se na análise documental a partir de atas das reuniões do Consup no referido período e em entrevistas semiestruturadas com ex-conselheiros discentes, sobre suas percepções quanto à participação no Conselho. O estudo parte do pressuposto de que a participação estudantil em órgãos colegiados integra o processo de formação integral desses representantes discentes. Foi possível concluir que entre as limitações para que o Conselho seja um espaço de participação efetiva e democrática estão a dificuldade de conciliar atividades acadêmicas e profissionais com as demandas do conselho, a falta de conhecimento prévio e experiência sobre os temas debatidos nas reuniões e a intimidação causada pela presença de gestores e representantes de entidades externas à Instituição. Todavia, a vivência no Conselho proporcionou aprendizagem política e desenvolvimento pessoal, que se refletem na vida profissional, acadêmica e social dos ex-conselheiros discentes. Como um dos resultados da presente pesquisa, construímos um Projeto de Oficina Pedagógica que integra o produto educacional, cujo objetivo visa estimular o interesse, a compreensão sobre o funcionamento da instituição e a importância da participação de estudantes em órgãos colegiados decisórios.

PALAVRAS-CHAVE: Representação estudantil. Formação integrada. Órgãos colegiados. Gestão democrática. Participação.

ABSTRACT

This study, developed in the Graduate Program in Technical and Vocational Training (*ProfEPT*), aimed to analyze the performance of students as representatives in the main collegiate body of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Goiás (*IFG*), the Superior Council (*Conselho Superior – Consup*). It is a qualitative research that analyzes the participation of student representatives in the Consup/IFG during the period from 2010 to 2019. The work is based on the theoretical concepts of integral/ omnilateral formation and of democratic and participative management in Professional and Technological Education, based mainly on the works by Vitor Henrique Paro (2000, 2016), Marise Nogueira Ramos (2006, 2008, 2014), Heloísa Lück (2006) and Brzezinski and Santos (2015). As for the methodology for the acknowledge of the reality of the object, the study is based on documentary analysis based on the minutes of Consup meetings in that period and on semi-structured interviews with former student councilors, about their perceptions regarding their participation in the Council. The study is based on the assumption that student participation in collegiate bodies is part of the process of integrating education of these student representatives. It was possible to conclude that among the limitations for the council to be an effective and democratic participation space are the difficulty of reconciling academic and professional activities with the demands of the council, the lack of previous knowledge and experience on the topics discussed in the meetings and the intimidation caused by the presence of managers and representatives of entities that are external to the Institution. However, the experience in the Council provided political learning and personal development, which are reflected in the professional, academic and social life of former student counselors. As one of the results of this research, we built a Pedagogical Workshop Project that integrates the educational product, which objective is to stimulate interest, understanding about the functioning of the institution and of the importance of student participation in decision-making bodies.

KEY-WORDS: Student representation. Integrated education. Collegiate bodies. Democratic management. Participation.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Consup – Conselho Superior

Codir – Colégio de Dirigentes

Conepex – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Concâmpus – Conselho de Câmpus

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPPI – Projeto Político Pedagógico Institucional

ProfEPT – Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de conselheiros por câmpus	47
Tabela 2 – Distribuição de conselheiros por nível de ensino	49
Tabela 3 – Registro de participação discente	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Composição do Conselho Superior	42
Quadro 2 – Registros de fala dos conselheiros discentes no Consup/IFG (2010-2019).	
Quadro 3 – Roteiro das Entrevistas	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura de gestão do IFG	39
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	15
2. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA	18
2.1 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO	22
2.2 ESTUDOS RECENTES SOBRE A TEMÁTICA	25
3. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NA RFEPCT	31
3.1 O IFG E A SUA ORGANIZAÇÃO	35
3.2 O CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)	40
4. PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NO CONSUP	47
4.1 REGISTRO DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NAS ATAS DO CONSUP	50
4.2 PARTICIPAÇÃO DISCENTE EM REUNIÕES DO CONSUP	52
4.3 PARTICIPAÇÃO DISCENTE POR REGISTROS DE FALA	54
5. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	57
5.1 Categoria 1 – Antes do mandato	58
5.2 Categoria 2 – Durante o mandato	62
5.3 Categoria 3 – Depois do mandato	73
5.4 Categoria 4 – Reflexões dos Estudantes a partir de suas experiências de participação no Consup	75
6. PRODUTO EDUCACIONAL	78
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICES	98

INTRODUÇÃO

Os sistemas educativos são constituídos por comunidades que integram diferentes segmentos sociais, com múltiplos interesses e que, por esta razão, dividem e compartilham responsabilidades em prol do desenvolvimento de cada sujeito em particular, dos variados grupos sociais e da própria instituição educacional. A concepção de gestão participativa em instituições de educação requer a criação de espaços colegiados que possibilitem ações de participação, colaboração e consulta, de modo a contemplar as demandas dos diferentes segmentos sociais integrantes de cada comunidade.

O sentido integrado das comunidades educativas reflete a coexistência de diferentes segmentos como trabalhadores da educação e estudantes, com reivindicações pelo direito de participação no funcionamento de cada instituição. Tal realidade faz emergir conflitos de interesse e de poder entre esses grupos. Nessa linha interpretativa, consideramos que é pela oportunidade de participação que os estudantes podem desenvolver a consciência de seu papel na instituição e na sociedade como um todo. E é nesse contexto que alocamos nossa pesquisa para uma instituição de educação onde a gestão participativa é pressuposto na sua concepção, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia são instituições de educação superior, básica e profissional, de caráter pluricurricular e multicâmpus, especializadas na oferta de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), em suas diferentes modalidades, conforme previsto na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Além de atuar no tripé ensino, pesquisa e extensão, do ensino médio à pós-graduação, essas instituições também têm o compromisso de formar pessoas integralmente para o trabalho, bem como para o exercício da cidadania e para a compreensão, a superação e a transformação da realidade (BRASIL, 2008).

Os institutos federais compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), cuja proposta de educação traz consigo a oportunidade de que a formação dos estudantes não ocorra apenas nas atividades acadêmico-científicas realizadas no âmbito dos cursos em que estão matriculados, mas, sobretudo, na possibilidade de seu crescimento como cidadãos, pois lhes é

permitido participar das decisões políticas e de gestão dessas instituições de educação.

Partindo do pressuposto de que essas instituições constituem, portanto, um espaço onde o conhecimento em ciência e tecnologia e a preparação para o trabalho, na sua dimensão histórica, devem estar alicerçados à sua dimensão ontológica e à emancipação social dos sujeitos aprendizes, compreende-se que elas atuam na transformação de realidades sociais, regionais e pessoais, para além da dinâmica produtiva. Nessa perspectiva, podemos afirmar que

a educação profissional e tecnológica pode concorrer para a transformação social, conquanto dê centralidade ao indivíduo e à formação de sua consciência crítica para que ele possa se reconhecer como ser social mergulhado e comprometido com seu tempo e lugar (PEREIRA, 2016, p.15).

Dessa forma, a EPT deve valer-se de práticas educativas que visam ao desenvolvimento integral e omnilateral dos sujeitos. Araújo e Rodrigues (2010) ressaltam que, para a organização da educação profissional, deve haver um projeto político de emancipação social, com práticas formativas orientadas para uma pedagogia transformadora, que busca a capacidade de pensar, de produzir e de transformar a realidade em benefício da humanização.

Em instituições de educação que funcionam sob o princípio da gestão democrática e participativa, os indivíduos podem “desenvolver, de maneira integrada, conhecimentos sobre o processo humano socialmente organizado” (LÜCK, 2011, p. 59). Os órgãos colegiados e os conselhos podem contribuir para a construção desse conhecimento, pois podem oferecer práticas educativas que sustentam e fazem avançar a gestão, visando à qualidade social de seu trabalho educacional.

Nesse sentido, uma das formas de participação dos estudantes na gestão escolar é o ingresso nos órgãos colegiados, que possuem caráter consultivo e deliberativo a respeito das ações e projetos acadêmicos e administrativos da instituição. O Estatuto (2018) do IFG estabelece três órgãos colegiados de abrangência geral institucionalmente, o Conselho Superior (Consup), o Colégio de Dirigentes (Codir) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepex). No âmbito de cada câmpus, são constituídos ainda o Conselho de Câmpus (Concâmpus), o Conselho Departamental e o Conselho de Representantes de Turmas. Tendo em

vista que o Codir não possui representantes discentes, que o Concâmpus, o Conselho Departamental e o Conselho de Representantes de Turmas atuam apenas na comunidade local, e que o Conepex abrange somente assuntos relacionados ao eixo Ensino-Pesquisa-Extensão, para esta pesquisa, tomaremos o funcionamento do Consup como recorte. O Consup é um órgão colegiado com abrangência multicâmpus e que atua em todas as dimensões institucionais.

A reivindicação da prática de uma gestão democrática e transparente é constante no discurso da comunidade que compõe o IFG. Dessa forma, nos últimos anos, servidores e discentes puderam acompanhar as reuniões do Consup e do Conepex, tanto pelo acesso às atas que são publicadas no Portal da Instituição, quanto pela transmissão das reuniões via webconferência (cujas gravações são disponibilizadas na página do IFG na internet). Porém, percebemos que a presença e o tempo de fala dos representantes discentes são cada vez mais escassos, tornando-se necessário olhar para os espaços de representação e para como tem sido a participação concreta desses estudantes.

É sob a justificativa desses fatores que pretendemos investigar se a atuação nas instâncias de representação pode caracterizar-se como parte da formação integral dos representantes discentes, no que tange à formação para atuação como cidadãos, podendo ampliar seu conhecimento político, legal e institucional e se, dessa forma, a gestão democrática e participativa pode contribuir como espaço para alcance de objetivos educacionais.

Nesse sentido, este estudo teve como foco a atuação dos estudantes nos órgãos colegiados, no contexto da gestão democrática que é pretendida institucionalmente. Investigamos como ocorre a participação dos estudantes no Consup/IFG e como eles se percebem e participam da gestão institucional, no contexto de uma educação integrada e integral. Para isso, valemo-nos da pergunta-problema: de que forma os representantes discentes ocupam o Consup como espaço de possibilidades de práticas educativas que contribuem para sua formação integral?

Traçamos, então, para este estudo, o objetivo geral de investigar e analisar como as práticas educativas possíveis no âmbito do principal órgão colegiado do IFG podem caracterizar a atuação discente como parte de sua formação integral, no período de 2010 a 2019. Como objetivos específicos, pretendemos: a) realizar um levantamento documental-bibliográfico sobre gestão democrática e participativa em

órgãos colegiados na educação básica, profissional e tecnológica no Brasil e no IFG; b) descrever o perfil e as concepções dos estudantes que atuaram como conselheiros no Consup/IFG, de 2010 a 2019; c) conhecer as práticas educativas possíveis no âmbito do Conselho Superior do IFG e quais tipos de aprendizagens essas práticas geram; e d) propor, a partir do desenvolvimento de um produto educacional, possibilidades para despertar interesse e compreensão dos estudantes quanto ao funcionamento dessas instâncias de decisão colegiada.

Esta dissertação está organizada em sete seções. Na primeira, apresentamos o percurso metodológico construído ao longo do desenvolvimento da pesquisa e construção do produto. Em seguida, mostramos alguns aspectos da gestão democrática e participativa no contexto escolar, conforme previsto em lei e na perspectiva da EPT. Elencamos também conceitos sobre a representação política e a participação, buscando entender os significados desses termos que mais se aproximam do nosso objeto de estudo que é o Conselho Superior do IFG. Buscamos também, nessa etapa, relacionar alguns trabalhos recentes cuja temática remete à participação dos estudantes em órgãos colegiados como os conselhos, ou outros grupos formais e informais nas instituições educativas, que atuam principalmente com o objetivo de construir espaços democráticos de gestão. Ainda, recorreremos a Martins e Silva (2011), que elaboraram um “Estado da Arte” sobre a autonomia da escola e os órgãos colegiados, apresentando várias lacunas no aprofundamento dos trabalhos nessa área.

Na terceira seção, para buscarmos a compreensão sobre o contexto do nosso objeto de estudo, explicamos brevemente a concepção de formação integrada na RFEPCT, que, inspirada na integração do ensino técnico e propedêutico, possibilita acesso aos conhecimentos gerais e específicos como totalidade. Em seguida, especificamos como na Instituição da RFEPCT escolhida como objeto de investigação – o IFG, é organizado estruturalmente e como o seu Conselho Superior atua como órgão máximo de deliberação institucional.

Na quarta seção, apresentamos a análise dos dados levantados em nossa pesquisa documental, utilizando atas e informações disponibilizadas pelo Gabinete da Reitoria do IFG, a respeito da participação discente no Consup, de 2010 a 2019. Na quinta seção, analisamos as respostas à entrevista de seis ex-conselheiros

representantes dos discentes, que relataram suas percepções sobre a atuação no Conselho, e como essa experiência transformou-se em aprendizagem.

Para experimentar a oportunidade de trazer os estudantes do IFG para o debate sobre a estrutura da instituição, sua gestão e sobre como eles podem atuar nela, mostramos na sexta seção como construímos um Projeto de Oficina Pedagógica que integra o produto educacional, e apresentamos os resultados de sua primeira experiência.

E, finalmente, na sétima e última seção, trazemos algumas considerações que as leituras, as entrevistas e também a experiência de Oficina nos proporcionou. Levantamos algumas limitações para que o Conselho seja um espaço de participação efetiva e democrática, e também como a vivência no Conselho pode proporcionar aprendizagem política e desenvolvimento pessoal, que se refletem na vida profissional, acadêmica e social dos ex-conselheiros discentes.

Consideramos esta proposta de pesquisa como desafiadora, pois as ações de participação discente em órgãos colegiados não se dão na mesma dinâmica e natureza daquelas ocorridas em sala de aula. Ao mesmo tempo, a proposta apresenta um caráter inovador, afinal, o aprendizado numa perspectiva integradora não se restringe ao âmbito do currículo, mas deve transcendê-lo.

1. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Na pesquisa científica, o pesquisador depara-se com a necessidade de conhecer e discutir sobre o caminho a percorrer no seu estudo, ou seja, definir uma metodologia que lhe possibilite o conhecimento do objeto de pesquisa em questão. Assim, optamos, neste estudo, por uma metodologia do tipo qualitativa, que possibilite o conhecimento da totalidade do fenômeno na sua complexidade. Segundo Chizzotti (2003), “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Por considerarmos que, como afirma Gamboa (2012, p. 128), “é necessário compreender a dinâmica da sociedade onde os processos educativos se realizam e adquirem sentidos”, este estudo está embasado também na abordagem epistêmica do materialismo histórico-dialético. Pretende-se fazer uma análise das condições históricas em que a vida social, política e intelectual se desenvolve. Nesse tipo de pesquisa, tem-se o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; intenta-se captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência, buscando-se as causas da existência dele e esforçando-se por intuir as consequências que terão para a vida humana (TRIVIÑOS, 1987, p. 128-129). Na pesquisa qualitativa, considera-se

como válido o enfoque histórico-estrutural para nossa realidade social que, empregando o método dialético, é capaz de assinalar as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa (TRIVIÑOS, 1987, p.125).

Triviños (1987, p. 52) esclarece ainda que o materialismo histórico destaca a ação de agrupamentos humanos “cuja ação produz transformações importantes nos fundamentos materiais dos grupos sociais”. O referido autor destaca um “procedimento geral” que orienta o conhecimento do objeto para o pesquisador que adota o método dialético: inicia-se pela contemplação viva, que trata da delimitação e identificação das principais características do objeto; após essa etapa, analisa-se o fenômeno, estabelecendo-se as suas relações sócio-históricas e determinando-se “a

amostragem representativa das circunstâncias nas quais se apresenta a realidade do fenômeno”; parte-se então para a realidade concreta do fenômeno, estabelecendo-se seus aspectos essenciais, seu fundamento, suas possibilidades (TRIVIÑOS, 1987).

Dessa forma, considerando que as demandas estudantis devem contemplar a multiplicidade de câmpus, de cursos, níveis e modalidades de educação, além dos documentos institucionais gerais para embasamento da pesquisa, também utilizaremos de referencial teórico para compreendermos e analisarmos como se dão as práticas educativas de representação estudantil no IFG, enquanto instituição multicâmpus e campo de formação pluricurricular.

O estudo bibliográfico e a revisão da literatura constituíram-se como a primeira etapa da pesquisa, com o objetivo de fazer um levantamento dos estudos e das referências encontradas sobre o tema, a partir de palavras-chave e descritores que apontam para as pesquisas já realizadas na área. Como etapa posterior, fizemos a pesquisa documental, a partir das normativas institucionais que se encontram publicados no Portal do IFG¹. Na etapa seguinte, foram analisadas as atas, com o intuito de conhecer como se deu a participação dos representantes discentes nas reuniões do Consup, no período de 2010, ano em que o referido órgão colegiado iniciou suas atividades, até 2019.

Lüdke e André (1986) explicam que a pesquisa em educação requer uma atitude do pesquisador que permite acessar a realidade estudada por meio da análise documental, de questionários e de entrevistas, com o objetivo de possibilitar o conhecimento de aspectos que se apresentam para além da realidade aparente. Os documentos do tipo oficial, segundo Lüdke e André (1986, p. 40), constituem conjuntos de documentos normativos e comprobatórios. Para as autoras, os documentos “não são apenas uma fonte ‘natural’ de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p. 39). Chizzotti (2013, p. 109) explica que documentação é “toda informação sistemática, comunicada de forma oral, escrita, visual ou gestual, fixada em um suporte material, como fonte durável de comunicação”.

¹ <https://www.ifg.edu.br/documentos>

Além das atas das reuniões, para analisar a atuação dos estudantes no Consup do IFG, realizamos entrevistas com seis conselheiros discentes que participaram desse órgão colegiado no período de 2010 a 2019. Para isso, solicitamos ao Gabinete da Reitoria do IFG autorização para acesso aos endereços de e-mail e aos números de telefone desses conselheiros egressos, assim como ao seu perfil acadêmico (curso, modalidade, câmpus). Os estudantes foram contatados por e-mail, primeiramente, e, aqueles que não nos responderam em um prazo de cinco dias, foram contatados por mensagem no *Whatsapp*. Explicamos o teor da pesquisa e solicitamos que, em caso de disponibilidade em participar, assinassem o termo de anuência (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

Após essa tentativa de acessar os estudantes, percebemos que parte dos contatos disponibilizados estavam desatualizados. Outra parte dos estudantes não manifestaram interesse em participar da pesquisa. Dessa forma, para a etapa da entrevista, seis estudantes egressos disponibilizaram-se a participar, voluntariamente. As perguntas foram semiestruturadas, abertas e direcionadas para as impressões e o aprendizado dos estudantes como conselheiros. Sobre o uso de entrevistas na pesquisa, Chizzotti (2013, p. 55) afirma que se deve recorrer a

um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com um objetivo de suscitar dos informantes, respostas por escrito sobre assuntos que os informantes saibam opinar ou informar.

Os participantes foram esclarecidos sobre a natureza e os objetivos da pesquisa, além da garantia de sigilo em relação a sua identidade na dissertação, assim como em qualquer outra forma de divulgação dos dados da pesquisa. Na análise dos dados, os participantes serão tratados por “Estudante + n^o”.

Concluídas as entrevistas, elaboramos e colocamos em prática o Projeto de Oficina Pedagógica como Produto Educacional, que pretendeu construir, com os estudantes que estão atualmente nos conselhos do IFG, conhecimento e compreensão a respeito da dinâmica da gestão e dos órgãos colegiados institucionais.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

Para consolidar-se como instituição pública cuja função social visa à formação integrada e à transformação da realidade, por meio da democratização do conhecimento nela produzido, cada unidade da RFEPCT, que está em processo de aperfeiçoamento de suas políticas, deve funcionar organicamente, segundo um procedimento democrático de gestão. Nesse processo, incorpora-se a participação efetiva nas decisões e na construção de projetos e políticas internas, de todos aqueles que a constituem, acadêmica e administrativamente, ou seja, os discentes, os docentes e os técnicos administrativos.

A democracia interna passa, primeiramente, pela incorporação dos docentes, técnicos administrativos e estudantes na determinação dos rumos das instituições mediante a condução da escuta da comunidade; do estabelecimento de uma agenda de debate e de estudo sobre temas estratégicos para a produção e a reprodução das instituições; e da criação e preservação de instâncias de reflexão e deliberação qualificada (BARBOSA, 2016, p. 51-52).

A gestão participativa e democrática está prevista na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), como princípio: “Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”; e como base da organização da educação básica e superior:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

[...]

Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional (BRASIL, 1996).

Quando nos referimos à democracia, devemos entender que ela é uma conquista e não o ponto de partida. De acordo com Saviani (2009), na perspectiva das práticas pedagógicas, trata-se de articular o trabalho desenvolvido na escola com o

processo de democratização da sociedade, sendo, portanto, o processo educativo passagem da desigualdade à igualdade. Segundo o autor, toda prática política contém inevitavelmente uma dimensão educativa e vice-versa: “A função política da educação cumpre-se na medida em que ela se realiza como prática especificamente pedagógica” (SAVIANI, 2009, p. 80).

Lück (2011, p. 56) explica que “a democracia se expressa como condição fundamental para que a organização escolar se traduza em um coletivo atuante, cujos deveres emanam dele mesmo, a partir de sua maturidade social”. Ela afirma que a gestão democrática é

o processo em que se criam condições para que os membros de uma coletividade não apenas tomem parte, de forma regular e contínua, de suas decisões mais importantes, mas assumam responsabilidade por sua implementação (LÜCK, 2011, p. 57).

A democracia é a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social. Conforme explica Peroni (2018), a democracia é uma aprendizagem que envolve muitos conflitos, sendo o ambiente da escola um espaço privilegiado para esta construção. Em relação ao sistema escolar, a gestão democrática, duramente conquistada na Constituição Federal de 1988 (Art. 206, inciso VI), é parte do processo de aprendizagem da participação. A aprendizagem da participação se dá na prática social e a gestão democrática contribui para a educação dos sujeitos que vão construir a sociedade democrática. Peroni (2018) pontua ainda que eleger diretores, assim como participar de conselhos e elaborar coletivamente o Projeto Político Pedagógico são exemplos de aprendizagem de participação e vivência democrática.

Paro (2000) considera a democracia no sentido de mediação para a construção e exercício da liberdade social, para concretizar o entendimento entre grupos e pessoas. Ele considera também que a principal falha da escola hoje é não educar para a democracia. A educação para a democracia capacitaria os sujeitos ao fazer político, que é uma atribuição humano-social para tornar possível a convivência entre os indivíduos.

Essa prática social do fazer político supõe a posse de saberes produzidos e apropriados historicamente e, de acordo com Dallari (2004), caracteriza-se também

como a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos dirigidas a um fim comum. Assim, podemos entender que o fazer político é construído na relação entre os homens. Para a filósofa Hanna Arendt, o sentido da política é a própria liberdade que a democracia permite “de mobilizar esforços coletivos, na luta permanente”, conforme explicam Brzezinski e Santos (2015, p. 97).

Para que haja participação nas políticas internas de uma instituição escolar, Paro (2000) esclarece que “a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico de construção coletiva”, portanto, é necessário “se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola” (PARO, 2000, p. 57). O autor afirma ainda que a gestão não deve ser reduzida ao seu caráter estritamente técnico, mas sim, ao político, já que deve defender os direitos de cidadãos.

Conforme afirma Benevides (1988), *apud* Paro (2000), a escola deve capacitar os sujeitos para participarem da vida pública, pois essa participação é a expressão maior da cidadania ativa – como cidadãos que partilham dos processos decisórios em várias instâncias – fortalecendo-se a possibilidade da criação e da consolidação de novos sujeitos políticos, cientes de direitos e deveres na sociedade. Paro (2000) também se utiliza do pensamento de Gramsci (1978), para explicar que é necessário que os cidadãos possam se tornar “governantes” e que a sociedade os dê condições gerais, mesmo que abstratamente, de poder fazê-lo (PARO, 2000, p. 9). Ser “governante”, na concepção de Paro (2000), é sentir que sua vida está integrada a um todo social para o qual se contribui com ações, opiniões e participação em múltiplas instâncias do tecido social. É preciso que os indivíduos sejam formados para assim agirem e interagirem.

Todavia, a escola como ela existe na nossa realidade reproduz uma ideologia² dominante, negando os valores dominados e chancelando a injustiça social. Para mudar essa realidade, o sistema de autoridade e a distribuição do próprio trabalho no interior da escola precisa ser transformado, de modo que a gestão democrática deixe

² A ideologia pode ser compreendida como um conjunto de crenças e valores capazes de orientar o comportamento social. Ela é um instrumento que impulsiona os grupos ou classes para a ação. Ideologia é um agir orientado por crenças e princípios que envolvem as reflexões sobre a realidade da vida, da natureza, do bem, da cultura, da verdade e de todos os demais aspectos constituidores de uma visão de mundo. [...] Assim, a verdade de um grupo é convertida em verdade de todos, garantindo a formação e a continuidade de uma ordem social e econômica benéfica ao grupo hegemônico. (BRZEZINSKI E SANTOS, 2015, p. 16).

de ser uma utopia (PARO, 2016, p. 13-15). Dessa forma, a escola pode, sim, contribuir para a transformação social, desde que se articule com os interesses dos dominados, da classe trabalhadora.

Segundo Paro (2016, p. 22), “a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade nas decisões – é a partilha de poder.” O autor alega que essa participação é essencialmente importante na escola pública, pois tanto os membros do quadro de servidores quanto os alunos e seus pais são desprovidos das condições objetivas de produção da existência material e social e têm de vender sua força de trabalho – são trabalhadores.

Sobre a natureza do trabalho pedagógico, Paro (2016) defende que todos os participantes envolvidos são responsáveis por ele. O educando é sujeito e (co)produtor de tal atividade e o professor precisa atingir “um nível de consciência e de prática política que contemplem sua articulação com os interesses dos usuários de seus serviços” (PARO, 2016, p. 47).

A participação nos conselhos, dos quais participam representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica, torna-se, assim, um potencial elemento na formação de estudantes, a partir de espaços coletivos “que podem ampliar e consolidar suas compreensões acerca de seus direitos e deveres” (MAGNATA, 2017, p. 39). Destaca-se que os momentos chamados “participativos” não devem se caracterizar pela simples presença, discussão de ideias e tomada de decisão, mas pela “compreensão maior de seu papel enquanto sujeito envolvido” e pelo compromisso e pela responsabilidade “com o acompanhamento e com a realização do que está sendo colocado em questão naquele momento de participação coletiva” (MAGNATA, 2017, p. 46).

A gestão participativa na EPT relaciona-se ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, com capacidade de exercerem sua cidadania no mundo moderno. De acordo com Cardozo (2010), essa participação democrática constitui um insumo essencial à elaboração, implementação, acesso e avaliação de políticas públicas que promovam a superação do viés compensatório, além da concretização da participação da comunidade nas normatizações e na composição e eleição de seus órgãos diretivos, de modo a promover a construção de uma educação mais ampla, afinada com as propostas de uma cidadania ativa e crítica que promova a inclusão social (CARDOZO, 2010, p. 34).

O entendimento do conceito de gestão, por tratar-se da maximização de processos sociais para a promoção de mudanças, por si só, já pressupõe a ideia de participação, conforme esclarece Lück (2011). Segundo a autora, a participação é uma mobilização fundamental para a efetividade da ação educacional na escola, pois o trabalho educativo depende de uma ação coletiva e compartilhada entre todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, além de ser

trabalho associado e cooperativo de pessoas na análise de situações, na tomada de decisão sobre seus encaminhamentos e na ação sobre elas, em conjunto, a partir de objetivos organizacionais entendidos e abraçados por todos (LÜCK, 2011, p. 21).

Lück (2011) considera os termos “gestão participativa” e “democracia participativa”, de certa forma, redundantes. A autora cita, ainda, como outra expressão relacionada a esses termos, a “administração colegiada”, quando há pessoas formando um grupo de representantes da coletividade e destaca três aspectos que podem ser considerados como objetivos da gestão participativa: a) promover a construção coletiva das organizações; b) possibilitar a aprendizagem de participação efetiva; c) desenvolver o potencial de autonomia das pessoas e instituições (LÜCK, 2011, p. 26). Ela destaca também cinco formas de participação, tais como: a) pela presença; b) por expressão verbal e discussão; c) por representação política; d) pela tomada de decisão; e) pelo engajamento. Para este estudo, focaremos na participação por representação política. A seguir, apresentaremos um breve estudo sobre esse tipo de representação.

2.1 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO

Quando tratamos de representação estudantil, neste estudo, referimo-nos ao papel que os estudantes exercem nos conselhos e demais órgãos colegiados na instituição escolar. Os representantes discentes são eleitos por seus pares, ou seja, pelos próprios estudantes, para representá-los politicamente nas consultas e deliberações que ocorrem nesses órgãos. A palavra “representação” possui diversos sentidos e seu sentido político surge no decorrer do desenvolvimento das instituições.

Azevedo (2001) explica que o conceito de “representação social” é importante para compreendermos as representações dentro dos conselhos institucionais. Segundo a autora, os representantes sociais “informam as ações dos fazedores das políticas e dos responsáveis pela sua execução”, pois são dotados de uma forma de “conhecimento socialmente elaborado e partilhado, tendo um objeto prático e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social” (AZEVEDO, 2001, p. 64). Assim, se pensarmos a escola como uma sociedade, podemos identificar que seu funcionamento político

é construído pelas forças sociais que têm poder de voz e de decisão e que, por isto, fazem chegar seus interesses até o Estado e à máquina governamental, influenciando na formulação e implementação das políticas ou dos programas de ação (AZEVEDO, 2001, p. 60).

Hanna Pitkin (2006), teórica política norte-americana, traçou um levantamento etimológico e histórico do termo “representação”. Um dos pensadores estudados por ela foi o teórico político e filósofo inglês Thommas Hobbes (autor de *Leviatã*), que conceituava um representante como “alguém que recebe autoridade para agir por outro” e que ao ser autorizado, adquire novos direitos e poderes, enquanto o representado adquire apenas novas obrigações (PITKIN, 2006, p. 28-29).

O conceito de representação, na teoria política, passou por várias concepções, sobretudo nas revoluções democráticas e institucionais dos séculos XVIII e XIX. Esse debate culminou na dúvida que parece nunca se resolver: “um representante deve fazer o que seus eleitores querem ou o que ele acha melhor?” (PITKIN, 2006, p. 30). Para Pitkin (2006), se há certa rotatividade frequente de representantes, há de se ter consciência de que as deliberações atingirão a todos. A autora ressalta que, em décadas recentes, os pensadores têm apontado que apenas o envolvimento político do povo o torna livre.

Loureiro (2009) também retoma o tema da democracia representativa, levantando as posições de diversos pensadores, desde Hanna Pitkin até as contribuições mais recentes. Dentre os pensadores mais recentes, há os que defendem novas formas de participação popular e “também as práticas que ampliam a participação dos cidadãos e privilegiam processos deliberativos em novas arenas decisórias, como conselhos sociais de gestão e de controle de políticas públicas, em

orçamentos participativos, etc.” (LOUREIRO, 2009, p. 64). Ela ressalta que os estudos mais recentes superam a oposição entre representação e participação.

Retomando as ideias de Pitkin, Loureiro (2009) afirma que a teórica americana utilizava de uma abordagem da representação como um arranjo institucional público, a representação política como uma atividade social. Pitkin concebia a representação como “uma atividade de agir por outros”, considerando duas dimensões: a equivalência recíproca entre representante e representado e a exigência de que o representado esteja de alguma forma presente, salvaguardando a autonomia de ambos. Pitkin mantinha, portanto, um paradoxo de que “o representado está, ao mesmo tempo, presente e não presente no ato da representação” (LOUREIRO, 2009, p. 70).

Então, “o que torna a representação democrática”? Para responder essa pergunta, Loureiro (2009) recorre a Nadia Urbinati (teórica política italiana), que explicava que “a democracia representativa é singular e específica na medida em que permite que as eleições estabeleçam a mediação entre sociedade e Estado, ligando cidadãos e assembleia legislativa” (LOUREIRO, 2009, p. 85). Segundo a concepção de Urbinati, a democracia representa opiniões, e não indivíduos; a representação reabilita “o processo complexo de unificação e desunião dos cidadãos”; a autoridade dos “investidos de poder” é resultado da manifestação do povo (LOUREIRO, 2009, p. 86). A autora italiana considera a representação como uma forma desejável de democracia.

Democracia e participação são termos inseparáveis, na concepção de Lück (2011). A autora defende que em uma grande instituição, que se pretende democrática, não é possível a participação direta de todos, portanto, é necessária a criação de organizações formais deliberativas e consultivas (os colegiados), em que o caráter representativo é garantido pelo voto (LUCK, 2011, p. 41). O representante, segundo Lück (2011) é aquele capaz de traduzir expectativas, valores e direitos dos seus representados em um contexto organizado para esse fim.

Pela participação, a escola se transforma numa oficina de democracia, organizando-se como instituição cujos membros se tornam conscientes de seu papel social na construção de uma instituição verdadeiramente educacional. [...] Cria-se, por conseguinte, uma cultura de poder compartilhado, desenvolvendo-se a prática da cidadania no interior da escola. Como resultado dessa prática, portanto, constrói-se a autonomia e o empoderamento pelo

alargamento da consciência social e pelo desenvolvimento de competências sociais (LÜCK, 2011, p. 66-67).

Em todas as formas de organização coletiva de representação, é necessária a liberdade (conforme já expressado por Arendt) de manifestações de diferentes opiniões, cuja síntese definirá as decisões políticas, como nos conselhos escolares compostos por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica. Segundo Dallari (p. 48-49),

a participação política mais eficiente é a organizada, aquela que se desenvolve a partir de uma clara definição de objetivos e que procura tirar o máximo proveito dos recursos disponíveis em cada momento, assegurando a continuidade das ações.

A escola reproduz os movimentos sociais e conflitos de interesse e poder entre grupos diferenciados. Por isso, é pela participação que os estudantes desenvolvem a consciência de seu papel na instituição e na sociedade como um todo. A participação tem uma dimensão pedagógica, considerando que a prática da participação em si já é um processo formativo, além de ter e uma dimensão política.

2.2 ESTUDOS RECENTES SOBRE A TEMÁTICA

Esta seção traz um breve levantamento de trabalhos recentes relacionados ao tema desta pesquisa, que contribuiram com a elucidação de conhecimentos relevantes na área. Para esta fase da pesquisa, buscou-se, no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na Plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e nos periódicos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), pelos termos: representação estudantil, órgãos colegiados, gestão democrática, participação e conselho.

Sobre o funcionamento de órgãos colegiados na REFEPCT, encontramos a Dissertação de Mestrado de Ricardo Magalhães Dias Cardozo, intitulada “Gestão participativa na educação profissional e tecnológica: o papel do Conselho Diretor: um

estudo do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais Campus Salinas – MG (2010)”. Esse trabalho descreveu o papel do Conselho Diretor do IFNMG como instrumento de gestão participativa. Cardozo (2010) concluiu que a participação no referido Conselho se limita à análise de propostas que chegam praticamente prontas para as reuniões, que não há tempo suficiente entre as convocações e as reuniões para que os temas da pauta sejam debatidos com a comunidade e que não há eficiente divulgação das ações do Conselho (CARDOZO, 2010).

Sobre a atuação discente para além da sala de aula, encontramos o artigo: “A atividade discente na universidade: caracterização dos estudantes e impactos da produtividade acadêmica”, de Maísa Aparecida de Oliveira e Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes, pesquisadoras da Universidade Federal de São Carlos, publicado nos Anais da 36ª Reunião Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2013. Esse trabalho buscou analisar em quais atividades os estudantes se envolvem no percurso de sua formação universitária. As autoras utilizaram-se das teorias de Bourdieu para refletir que “a origem social e cultural do indivíduo é o princípio esclarecedor instituído nos espaços sociais das trajetórias escolares, ações, saberes, relações e hierarquias designadas” (OLIVEIRA e FERNANDES, 2013, p. 5). Sobre esse aspecto, constataram que a maior parte dos universitários possuíam pais com ensino superior. Constataram também que 65,8% dos estudantes entrevistados declaram não terem participado de grupos informais, como os grupos religiosos, esportivos, musicais, entre outros. Questionados sobre a participação em diretórios acadêmicos, tais como o Diretório Central dos Estudantes (DCE), o Centro Acadêmico (CA), entre outros, 87,2% afirmaram não participar. Os dados dessa pesquisa revelam o baixo índice de participação em grupos universitários caracterizados como formais e informais (OLIVEIRA e FERNANDES, 2013).

Sobre a representação discente, Mariana Bessa, Wellington Amorim e Silvio Filho (2009), em seu artigo “Redistribuição dos Poderes no Espaço Social da Escola de Enfermagem Alfredo Pinto pela enunciação do discurso do Diretório Estudantil (Rio de Janeiro, 2009)”, descreveram o surgimento do primeiro órgão de representação estudantil no espaço social dessa escola e analisaram as relações de força entre seus diretores e os estudantes. Para isso, explicaram o poder simbólico, à luz da teoria do mundo social de Pierre Bourdieu. Os autores perceberam que os estudantes conseguiram, de acordo com seus interesses e estratégias, conquistar um poder

simbólico de fazer ver, crer, confirmar, mobilizar e transformar a visão de mundo e a ordem social dentro e fora da escola (BESSA; AMORIM; FILHO, 2009, p. 217).

Maria da Glória Gohn (2006), no artigo “Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas”, apresentou um estudo sobre a educação não-formal em conselhos escolares e em movimentos sociais na área de educação. Nesse trabalho, ressaltou-se que muitos conselheiros adotam um “modelo passivo” de participação, apenas compondo os colegiados. A autora explicou que, para que os processos participativos sejam emancipatórios, devem ter como princípios a igualdade e a universalidade, e os colegiados devem refletir isso em suas práticas, e apontou que a participação em conselhos adquire caráter educativo e prepara os indivíduos para atuarem como representantes da sociedade civil organizada (GOHN, 2006).

Gohn (2006) concluiu ainda que é uma demanda urgente da sociedade atual articular a educação com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos. É uma demanda de projetos emancipatórios, que visam à mudança social, para um novo modelo econômico não excludente.

A gestão compartilhada em suas diferentes formas de conselhos, colegiados etc., precisa desenvolver uma cultura participativa nova, que altere as mentalidades, os valores, a forma de conceber a gestão pública em nome dos direitos da maioria e não de grupos lobistas. Isso implica a criação de coletivos que desenvolvam saberes não apenas normativos, legislações, formatos de aplicação de verbas etc., embora esses itens também sejam importantes, dado o papel dos fundos públicos no campo de disputa política em torno das verbas públicas. É preciso desenvolver saberes que orientem as práticas sociais, que construam novos valores, aqui entendidos como a participação de coletivos de pessoas diferentes com metas iguais (GOHN, 2006, p. 36).

Rúbia Cavalcante Vicente Magnata (2017), em sua dissertação de mestrado intitulada: “Participação e representação estudantil no conselho de classe: compreensões e significados para a avaliação da aprendizagem e para processos democráticos na escola”, estudou de que forma a participação/representação discente no conselho de classe contribui para a avaliação da aprendizagem e para os processos democráticos na escola, no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Pernambuco, e concluiu que

embora a participação discente neste espaço coletivo de avaliação se situe mais na forma de presença do que como engajamento, é possível observar que esse exercício participativo consegue favorecer a construção de processos mais democráticos na escola e colaborar para que a avaliação da aprendizagem assuma a perspectiva de atuar de modo mais dialógico e formativo (MAGNATA, 2017, p. 8).

A pesquisadora considera o conselho de classe como espaço de diálogo, participação e aprendizado, que exige do representante discente compromisso e compreensão do lugar ocupado por ele. Essa participação “incentiva o processo de construção de cidadania que começa dentro do ambiente escolar e se estende ao longo da vida” (MAGNATA, 2017, p. 17). A autora ressalta ainda que a “participação não é concessão de uma gestão democrática, é consciência, é luta”, o que só se aprende na própria prática da participação.

A participação nas instâncias colegiadas da escola, seja na forma de participação direta ou na forma de representação, além de promover a ruptura com processos autoritários e individualizados, estimula a cooperação, a coletividade, o senso de responsabilidade e melhora o desenvolvimento cognitivo, afetivo social e político do estudante (MAGNATA, 2017, p. 49).

Angela Maria Martins e Vandrê Gomes da Silva (2011), no artigo “Estado da Arte: Gestão, Autonomia da Escola e Órgãos Colegiados (2000/2008)”, estruturaram um banco de dados com 753 fontes documentais, publicadas entre 2000 e 2008, e mostraram o levantamento de pesquisas com as seguintes palavras-chave: gestão; gestão escolar; gestão democrática; direção de escola; administração escolar; autonomia; autonomia escolar; financiamento escolar; projeto pedagógico; projeto político-pedagógico; conselhos escolares; participação dos pais.

Uma das quatro categorias elencadas por MARTINS E SILVA (2011) foi composta de trabalhos sobre 1. “Espaços e canais de participação intraescolar”, que examinaram “os órgãos colegiados de professores, alunos e pais, tais como os conselhos e/ou colegiados escolares, as Associações de Pais e Mestres – APMs –, os Conselhos de Classe e o Grêmio Estudantil”. As outras categorias foram: 2. “Relações e práticas intraescolares”; 3. “Políticas, Programas e Projetos Governamentais e Não Governamentais”; e 4. “Teorias e Conceitos” (MARTINS E SILVA, 2011, p. 233).

A primeira e a quarta categorias apresentaram menor número de trabalhos – sendo que a primeira abrangeu 11% deles – constituindo 15 teses/dissertações, 59 artigos e 11 anais. Os autores destacaram que muitas dessas pesquisas preocuparam-se com a análise das práticas e posturas profissionais democráticas, presentes ou não, nas escolas – sobretudo por se tratarem de trabalhos realizados após os anos 1990 (após a promulgação da Constituição de 1988). Destacaram também que, nesses trabalhos, utilizaram-se de procedimentos típicos da Antropologia e da Sociologia, tais como observações, entrevistas, aliadas à análise de documentos oficiais e medidas legais.

Nessa perspectiva, os autores manifestaram estranhamento quanto ao pouco interesse em análises das instâncias de representação e participação institucionalizadas nas escolas, pois essas instâncias foram consolidadas após longo e intenso processo de democratização com o fim do regime militar. Apenas 85 dos 753 trabalhos catalogados trataram dos órgãos colegiados – que são os canais legítimos de negociação e gestão escolar participativa. Ademais, no geral, essas pesquisas “se resumem em constatar que esses órgãos não sustentam práticas democráticas no espaço intraescolar” (MARTINS E SILVA, 2011, p. 241).

Entre as conclusões, constatou-se que a maioria dos trabalhos catalogados nesse “Estado da Arte” catalogado por Martins e Silva (2011) não apresentam a concretude e as peculiaridades do espaço escolar; apenas formulam teorias gerais importadas das ciências sociais. Constatou-se também que o termo “gestão democrática” é utilizado de maneira vaga e difusa, desprezando os resultados reais de cada contexto escolar.

Carla Cristina Valois Xavier (2019), em sua dissertação de mestrado “Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica: um olhar para a participação estudantil na (re)construção do espaço pedagógico”, ao relacionar o Estado do Conhecimento, entre os anos de 2008 e 2017, sobre a gestão escolar democrática nos institutos federais, constatou que apenas 4 das 86 pesquisas encontradas foram desenvolvidas em instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, todas as outras tiveram como foco as redes municipais e estaduais de ensino.

Esse cenário reforça a relevância em promover pesquisas que analisem a participação desses atores na gestão escolar e apontem

para a autonomia dessas instituições em fomentar a criação de espaços de gestão democrática, não limitando-se apenas aos mecanismos expressos na legislação. [...] Houve pesquisas que detiveram-se na participação dos gestores nos canais de participação, e poucas destacaram a participação dos educandos nesses processos, sendo apresentados como uma participação passiva, conforme conclusão dos pesquisadores. Tendo em vista a finalidade dos institutos federais de educação, e sua responsabilidade com a aprendizagem e formação de cidadãos críticos que vivenciam em uma sociedade democrática de direito, há uma lacuna de estudos sobre a participação desses sujeitos nos espaços de gestão dessas instituições. (XAVIER, 2019, p. 34).

Destaca-se que a pesquisa de Xavier (2019) é recente e, assim como este estudo, foi desenvolvida no âmbito do Programa de Mestrado em Educação Profissional, Técnica e Tecnológica – ProfEPT. Dessa forma, entendemos a importância de haver mais estudos sobre a participação discente dos espaços colegiados de deliberação para compreendermos a construção e o fortalecimento da gestão democrática das instituições da RFEPCT.

3. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NA RFEPECT

Para analisar o contexto do processo de integração da Educação Profissional à Educação Básica (EPT), recorreremos ao fato de que a os institutos federais de educação, como existem hoje, têm sua origem como uma solução de formação para as classes menos favorecidas, a partir de 1909, quando foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, pelo Decreto nº 7.566/1909.

As décadas seguintes, até os anos 1940, marcaram o começo da sistematização da educação brasileira, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, dentre outras grandes manifestações e organizações (como aquelas vinculadas ao Sistema S³). A educação brasileira passou a ser dividida entre educação básica e superior, com enraizada dualidade entre ensino propedêutico e ensino profissionalizante na educação básica (que não preparava para o ensino superior).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Lei nº 4.024/61, dava equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, e dessa forma, tentava-se, formalmente, colocar um fim à referida dualidade. Porém, na prática, os conteúdos continuavam diferentes nas esferas propedêutica e profissional. Em 1971, a educação de nível médio passou a ser, legalmente, profissionalizante para todos, por meio da Lei nº 5.692/1971. Nessa época, as escolas técnicas federais consolidaram-se como referência de qualidade na formação de técnicos de nível médio.

Após a Constituição de 1988, o país estava saindo de um período ditatorial e tentando reconstruir o estado de direito. Isso culminou com a LDB de 1996, a Lei nº 9.394/1996, que consolidou, mais uma vez, a dualidade. Nela, o Ensino Médio e a Educação Profissional estão em capítulo separados – a EPT não faz parte da estrutura da educação regular e é tratada como uma “modalidade”. A dualidade foi ainda mais reforçada com o Decreto nº 2.208/1997, que traz de volta para o Ensino Médio o

³ Sistema S: sistema gerido pelos órgãos de classe dos empresários, cujo ideário de ensinar o que serve ao mercado. “Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac).” Fonte: Agência Senado.

ensino propedêutico puramente, enquanto o ensino técnico passa a ser oferecido nas formas concomitante e subsequente.

A partir do disposto no Decreto nº 5.154/2004, surgiu novamente a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica. Era um momento de crise do ensino médio, tanto na sua concepção quanto no seu financiamento público. A desigualdade socioeconômica obrigava parte dos jovens filhos da classe trabalhadora a entrar no mundo do trabalho antes mesmo dos 18 anos, portanto, a solução transitória e viável seria a integralidade da educação básica com a educação politécnica ou tecnológica.

A proposta de formação integrada pode, desse modo, instrumentalizar os indivíduos com razão crítica, visando à sua emancipação. De acordo com Araújo e Frigotto (2015), o ensino integrado é uma proposição pedagógica que se compromete com a utopia de uma formação inteira, para além de fragmentos de uma cultura sistematizada, e que compreende como direito de todos o acesso a um processo formativo que promova o desenvolvimento de suas amplas faculdades físicas e intelectuais, e de sua autonomia intelectual e política. O ensino integrado é um projeto que traz um conteúdo político-pedagógico engajado, por isso, para ser realizado, necessitam-se de soluções ético-políticas.

A nova institucionalidade da EPT é marcada com a criação dos institutos federais, no final de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.892/2008. Essa nova institucionalidade visava à formação humana integral, baseada na escola unitária de formação politécnica e tecnológica. Foi a criação de uma instituição em que dentro dela coubesse “tudo”: Ensino Médio, Técnico e Profissional, EJA, Ensino Superior, de Tecnologia e Graduação, Bacharelado e Licenciatura, e Pós-Graduação *lato* e *stricto sensu*.

No contexto da expansão da RFEPCT, surge a dimensão do ensino técnico profissional numa vertente mais politécnica. A EPT como formação integrada advém de uma concepção de educação com fundamento marxista, pois trata da formação para o trabalho e não para o mercado, no sentido de trabalho como princípio educativo, tendo como fundamento a politecnicidade. A ideia não é de “profissionalização”, pois isso seria incoerente com a ideia de formação omnilateral. A integração da Educação Profissional ao Ensino Médio pressupõe uma formação integrada que englobe cultura, ciência e trabalho. A visão produtivista de educação sofreu e vem

sofrendo questionamentos por parte dos educadores em relação ao privilégio do Ensino Técnico em detrimento de uma formação ampla e humanizadora (RAMOS, 2006).

Catani, Oliveira e Dourado (2001) afirmam que o conhecimento é peça chave na vantagem competitiva e sofre, portanto, subordinação ao capital. Daí a necessidade da flexibilização curricular no centro do processo. “Em relação à educação básica, os parâmetros e as diretrizes curriculares nacionais do ensino médio vêm sendo articuladas à educação profissional em sintonia com a empregabilidade” (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001, p. 72). Porém, a escola deve ir além da profissionalização, deve ser espaço para a formação de indivíduos capazes de agir politicamente na sociedade, e não apenas com uma habilidade específica (OLIVEIRA, 2006).

Uma política de ensino integrado, de acordo com Ramos (2008), visa criar condições para que as instituições de ensino formulem seus projetos de modo a integrar conhecimentos gerais e específicos como totalidade. A educação integrada de nível médio precisa ser politécnica, de maneira que “ao propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, propicie a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida” (RAMOS, 2008, p. 2).

Nessa concepção de educação, a escola não pode ser dual, deve ser unitária e possibilitar o acesso à cultura, à ciência e ao trabalho – todas as dimensões da vida. A integração deve ser englobadora da formação omnilateral, da indissociabilidade entre formação profissional e educação básica e da integração de conhecimentos gerais e específicos como totalidade (RAMOS, 2008). A formação integrada, portanto, instrumentaliza os indivíduos com razão crítica, visando à sua emancipação, para além das profissões. Manacorda (2007, p. 89-90) explica que omnilateralidade é

a chegada histórica do homem a uma totalidade de capacidades produtivas e, ao mesmo tempo, a uma totalidade de capacidades de consumo e prazeres, em que se deve considerar, sobretudo, o gozo daqueles bens espirituais, além dos materiais, e dos quais o trabalhador tem estado excluído em consequência da divisão do trabalho.

As concepções de escola unitária, que promova a contemplação das necessidades socioculturais e econômicas dos sujeitos, para que sejam sujeitos de

direitos foram concebidas por Gramsci (1982), que propôs um ensino que prepare os sujeitos de maneira igual para as mesmas oportunidades, para além das profissões, buscando a emancipação humana e a aquisição de maturidade intelectual. O ensino unitário tem o trabalho como princípio educativo (não como finalidade), o trabalho que transforma a natureza e a realidade, tornando o homem “sujeito de seu devir”.

Saviani (2007) descreve a escola propugnada por Gramsci como “desinteressada”, única, de cultura geral, pois ela serviria à formação geral de todos (e não apenas para a burguesia). Nessa escola, “os educandos passariam da anomia à autonomia” (SAVIANI, 2007, p. 161). Para o autor, no ensino médio integrado, a relação entre conhecimento e trabalho deve ser explícita e direta, no sentido da politecnia: articulação entre ciência, cultura e trabalho, visando à emancipação da classe trabalhadora.

Para caracterizar essa proposta de educação, Araújo e Rodrigues (2010), utilizam como referências os pensadores: Marx – e a ideia de associação entre trabalho intelectual e trabalho produtivo; Pistrack – interação entre trabalho e atividades culturais e políticas, capacitando os sujeitos para se tornarem dirigentes; e Gramsci – educação pelo conteúdo e pelo método, com o trabalho inserido no conteúdo, por métodos ativos. Dessa forma, concebe-se o homem como ser histórico e o conhecimento como fazer coletivo.

Segundo Ciavatta (2005), a emancipação humana se faz na totalidade das relações sociais onde a vida é produzida. E para isso, é necessária a superação da dicotomia entre cultura geral e cultura técnica, trabalho manual e trabalho intelectual. Portanto, a formação integrada é uma forma de humanização.

Moura (2007) alerta que um dos eixos norteadores para a formação integrada deve ser a intersecção de “interdisciplinaridade, contextualidade e flexibilidade”. A interdisciplinaridade implica a análise dos objetos de estudo a partir das várias áreas do conhecimento, de forma dinâmica e coletiva, visando a uma formação para a prática social mais ampliada, para o trabalho e para a vida em sociedade. A escola deve ser espaço de socialização e construção de caráter. A contextualização implica conhecer as relações entre os tipos de saberes. E a flexibilização do currículo implica formação de cidadãos críticos, reflexivos, éticos e comprometidos com uma sociedade justa e igualitária. Assim, a escola estaria comprometida com a autonomia e a emancipação dos sujeitos.

O ensino médio integrado brasileiro inspira-se na ideia de escola unitária de Gramsci, mas não se confunde com ela, já que é limitada pela sociabilidade capitalista contemporânea, segundo Araújo e Frigotto (2015). Para esses autores, as práticas pedagógicas no ensino integrado supõem conteúdo político pedagógico engajado que promova a compreensão da realidade e da relação desta com a totalidade social. Nessa concepção de educação/formação, o indivíduo deve ser formado para a vida, para ser capaz de agir no mundo e compreendê-lo.

Moura, Lima Filho e Silva (2015) explicam que, para Marx, a educação da classe trabalhadora deve assegurar: educação mental, educação física e instrução tecnológica; deve-se substituir o indivíduo-fragmento, por um indivíduo integralmente desenvolvido. Dessa forma, os sujeitos teriam melhores condições de enfrentar a contradição entre capital e trabalho. Todavia, no Brasil, a politecnicidade e a escola unitária não podem se materializar em seu sentido pleno. Isso se deve a diversos fatores como a disputa política direta com o capital, os interesses do mercado e a posição ambígua do governo federal. Portanto, é necessário “plantar sementes da formação humana integral” como uma “travessia”, nas escolas técnicas, sobretudo na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (MOURA; LIMA FILHO; SILVA, 2015, p. 1070).

Sob essa perspectiva, os IFs têm buscado contribuir para a produção de tecnologias sociais, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Entre os desafios futuros estão a integração com a comunidade, a integração da matriz curricular com a formação humana e a formação política de seus professores e alunos.

3.1 O IFG E A SUA ORGANIZAÇÃO

Não pretendemos, neste trabalho, apresentar a história da Instituição como objeto de análise, mas precisamos considerar que a trajetória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) confunde-se com a trajetória histórica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, que expomos brevemente na seção anterior.

O IFG que conhecemos hoje, com seus quatorze câmpus espalhados pelo estado de Goiás, originou-se com a criação da Escola de Aprendizes Artífices de *Goiáz*, que entrou em funcionamento no Estado de Goiás em 1913, na Cidade de Goiás. Em 1943, foi transferida para Goiânia, quando se transformou em Escola Técnica de Goiânia (ETG). Os cursos ofertados nesse período “explicitam a composição híbrida da ETG, direcionada, ao mesmo tempo, a atividades artesanais e industriais, reflexo de uma sociedade heterogênea, permeada por estruturas sociais tanto tradicionais como modernas”, com disciplinas propedêuticas para a formação geral e disciplinas técnico-profissionalizantes, para a formação específica (MACHADO; PIRES; BARBOSA, p. 20, 2015).

Podemos interpretar que o próximo período desse percurso marcou o início de uma gestão institucional que começava a se aproximar da organização que conhecemos hoje:

A reestruturação da ETG teve continuidade nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo por meio da transformação da ETG em Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG), em agosto de 1965, e da extinção do ginásio industrial, em fins da década de 1960. A Instituição tornou-se uma autarquia federal com autonomia pedagógica, financeira, administrativa e patrimonial, ainda que sob limites estritos, e passou a ser gerida efetivamente pelo Conselho Dirigente, cabendo ao diretor a função executiva. (MACHADO; PIRES; BARBOSA, p. 25, 2015).

Em seguida, os rumos da EPT caminharam para a chamada “cefetização”, nos anos 1990, no âmbito da Rede Federal. Com o advento do Decreto nº 2.208/1997, a ETGF transformou-se compulsoriamente em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (Cefet-GO), em 1999, quando definiu-se a separação entre o ensino médio e o técnico, que só poderia ocorrer a partir de então, de forma concomitante ou subsequente (e não integrada).

Em 2004, o Decreto nº 5.154, que revogou o Decreto nº 2.208/1997, voltou a permitir que a educação profissional pudesse ser desenvolvida integrada ao ensino médio e também como educação tecnológica de graduação e pós-graduação. E finalmente, em 2008, foram criados os institutos federais, entre eles o IFG. Foi a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, pela Lei nº 11.892/2008, que, conforme art. 6º, inciso I, visa, entre outras finalidades,

ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. (BRASIL, 2008)

Em consonância com a expansão ocorrida desde a promulgação da Lei, atualmente, a Rede Federal conta com 38 (trinta e oito) institutos federais presentes em todos os estados, além de dois CEFETs, 25 (vinte e cinco) escolas técnicas vinculadas a universidades, o Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica do Paraná, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado (inclusive na modalidade de Educação de Jovens e Adultos), cursos superiores de tecnologia, bacharelados, licenciaturas e pós-graduação *lato e stricto sensu*, totalizando 644 (seiscentos e quarenta e quatro) câmpus em funcionamento (dados obtidos no Portal da Rede Federal).

O IFG, com seus atuais quatorze câmpus em funcionamento, tem, como documentos basilares para sua estrutura e funcionamento: Estatuto, Regimento Geral, Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), resoluções, portarias normativas e instruções.

Conforme informações disponibilizadas na página do IFG na internet, o Estatuto “é o documento norteador da Instituição, em que constam seus princípios, suas finalidades, características, objetivos, a organização administrativa, além das questões acadêmicas institucionais de uma forma geral”. Na sequência hierárquica, temos o Regimento Geral, no qual consta o detalhamento da estrutura organizacional, bem como as competências das unidades administrativas, as atribuições dos dirigentes e a relação funcional existente no âmbito da Instituição.

O PPPI é o documento que visa “orientar o trabalho pedagógico institucional relativo às ações em âmbito educacional no seu sentido mais *stricto*”, além do estabelecimento da identidade institucional e das formas de interlocução do IFG com a sociedade. O PDI “orienta o planejamento da Instituição no período de sua abrangência (2019-2023, conforme documento vigente), identificando as ações e as atividades a serem desenvolvidas tanto no plano acadêmico quanto administrativo.”

O Estatuto, o PPPI e o PDI vigentes foram construídos coletivamente durante os debates do Congresso Institucional 2018 do IFG, com a participação de 256

delegados oriundos dos quatorze câmpus e da Reitoria, representantes dos segmentos discente, docente e técnico-administrativo, conforme metodologia aprovada pelo Consup. Ressalta-se que mesmo que esses documentos tenham sido construídos durante um congresso interno para essa finalidade, seu texto final só é publicado após aprovação do Consup, por meio de Resolução assinada por seu presidente.

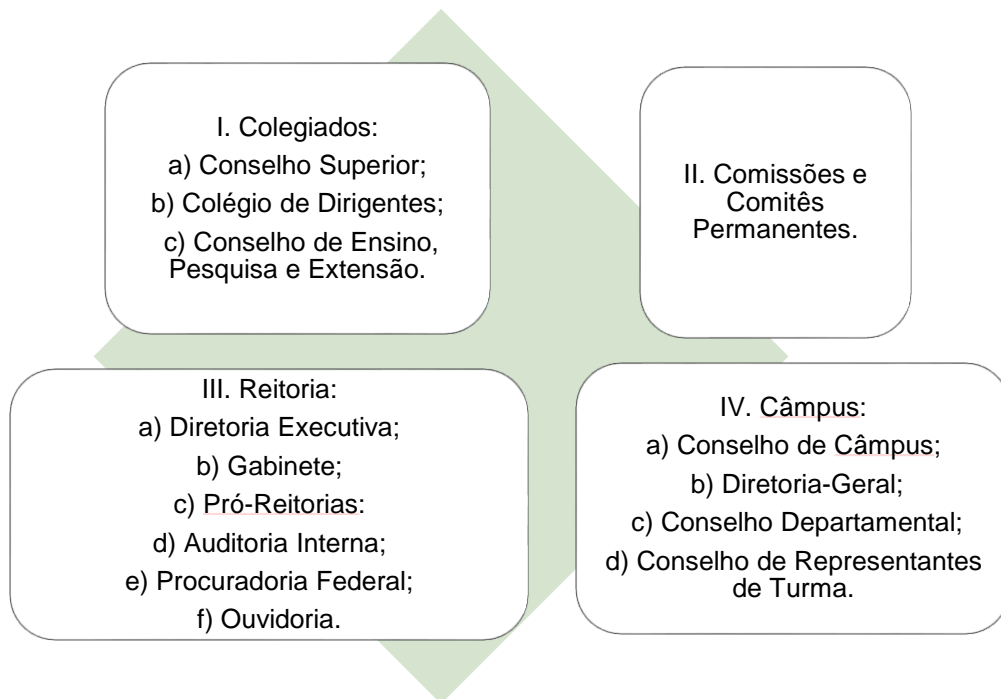
O Regimento Geral que está vigente também data de 2018 e foi aprovado no âmbito do Consup, sendo que, no período de levantamento de dados para esta pesquisa, o documento estava em revisão e reelaboração por comissões locais em cada unidade da Instituição, mas esse processo foi suspenso devido ao decreto de pandemia de Covid-19, em 2020. Essas informações estão disponibilizadas na página do IFG na internet⁴.

As resoluções são normativas debatidas e aprovadas no âmbito do Conselho Superior. As portarias de caráter normativo têm seus textos propostos no âmbito das pró-reitorias e do Colégio de Dirigentes (Codir) e, segundo o Manual de Redação do IFG, são emitidas pelo reitor, com a finalidade de aprovar regulamentos, instituir manuais, estabelecer normas e procedimentos e colocá-los em vigor (IFG, 2019).

São esses documentos que definem todos os procedimentos acadêmicos e administrativos no âmbito do IFG. Conforme exposto, os documentos de maior peso hierárquico são construídos de forma que as diversas instâncias e, conseqüentemente, os diversos segmentos da comunidade acadêmica, possam opinar, debater, sugerir, votar. Para visualizar as instâncias e cada setor que compõem a Instituição, recorreremos à seguinte divisão organizacional, prevista no Estatuto e no Regimento do IFG:

⁴ <https://www.ifg.edu.br/documentos>

Figura 1: Estrutura de gestão do IFG.



Fonte: Regimento Geral IFG (2018), organizado pela autora.

Quanto à sua administração, a Lei nº 11.892/2008 prevê: “Art. 10. A administração dos Institutos Federais terá como órgãos superiores o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior” (BRASIL, 2008). Na perspectiva da democratização dos espaços que constituem a RFEPCT, e sobretudo, o IFG, cabe-nos analisar a configuração da gestão democrática na prática, no contexto do seu principal órgão colegiado, o Conselho Superior (Consup), pois

o processo de democratização do IFG e das demais instituições da Rede Federal, interna e externamente, é o único caminho possível para a superação da produção e reprodução dessas instituições segundo o padrão de exercício de poder hoje vigente, calado nas bases tecnodemocráticas (BARBOSA, 2016, p. 53).

Considerando que os órgãos colegiados de participação coletiva, constituídos por representantes de todos os segmentos que compõem a comunidade acadêmica/escolar, são espaços potencialmente democráticos, educativos e que regem as ações de gestão do IFG, temos a seguir uma descrição básica dos princípios regimentais que normatizam o Consup.

3.2 O CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)

O Estatuto IFG 2018 ratifica que o Consup tem caráter consultivo e deliberativo, sendo o órgão máximo da Instituição e o Regimento vigente do Consup, assim como os anteriores, aponta sobre sua natureza e finalidade:

Art. 1º O Conselho Superior [...] configurando-se como órgão consultivo e deliberativo, cuja finalidade é zelar pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento da Política Educacional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Art. 2º O Conselho Superior – Consup do IFG é uma instância de natureza pública, de representação e de deliberação coletiva sobre assuntos de natureza institucional. Tem por objetivo realizar o acompanhamento da gestão, bem como propor e avaliar as políticas educacionais públicas e as ações científicas, culturais, profissionais e tecnológicas fundamentadas na indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, a partir dos princípios da gestão democrática e da transparência da instituição, como expressão e legitimação da vontade da sociedade plural (IFG, 2018).

O trabalho dos conselheiros que integram o Consup, conforme suas atribuições regimentais, segue o princípio da representação em cada segmento, visando ao funcionamento democrático do IFG, em caráter colaborativo e deliberativo. Além disso, o Consup estabelece como princípios norteadores a democratização, a transparência, a eficiência, a participação pela representação e a ética, conforme descrição anexa ao seu Regimento.

A Lei nº 11.892/2008 prevê que o Conselho Superior (assim como o Colégio de Dirigentes) de cada Instituto Federal seja presidido pelo Reitor, e que sua estruturação seja definida no Estatuto da Instituição. Sobre a composição do Conselho Superior, o § 3º do Art. 10 da Lei dispõe que

§ 3º O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, será composto por representantes dos docentes, dos estudantes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal, assegurando-se a representação paritária dos segmentos que compõem a comunidade acadêmica (BRASIL, 2008).

O Estatuto IFG 2009 (aprovado pela Portaria nº 487, de 24 de agosto de 2009, retificada pela Portaria nº 488, de 27 de agosto de 2009), previa como órgãos colegiados institucionais o Conselho Superior, o Colégio de Dirigentes e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Morais (2016, p. 71) pondera que nos Estatutos da maioria dos Institutos Federais:

embora não se faça menção direta à gestão democrática, o capítulo 'Da Organização Administrativa' sinaliza para a legitimação dos órgãos colegiados, instituídos como instâncias consultivas ou deliberativas (no caso do Conselho Superior), cuja existência configura cenários propícios à ampliação da transparência e à gestão compartilhada dos processos institucionais.

Para a composição do Consup, o Estatuto 2009, em seu Art. 8º, estabelecia o Reitor como presidente e de três a cinco representantes titulares de cada instância: docentes, discentes e técnicos administrativos, eleitos por seus pares. Além dos representantes eleitos, estava prevista a indicação de dois estudantes egressos do IFG, um representante do Ministério da Educação, seis representantes da sociedade civil, além do quantitativo de três a cinco representantes do Colégio de Dirigentes, conforme previsto na Lei nº 11.892/2008.

As normativas para as condutas e outras especificidades de funcionamento do Conselho, antes descritas resumidamente apenas no Estatuto, passaram a ser construídas dentro do próprio Conselho e organizadas em um Regimento, em 2015. A Resolução CONSUP/IFG nº 11, de 6 de julho de 2015, alterada pela Resolução CONSUP/IFG nº 7, de 22 de fevereiro de 2016, aprovou o primeiro Regimento do Conselho Superior, que traz a mesma previsão de composição que o Estatuto de 2009.

Em 2018, foi aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 31, de 10 de dezembro de 2018, após longo debate em Congresso Institucional, um novo Estatuto do IFG. Em relação à composição do Consup, o novo Estatuto também prevê a representatividade de três a cinco docentes, discentes e técnicos administrativos, eleitos por seus pares, além de dois egressos, um representante do Ministério da Educação e de três a cinco do Colégio de Dirigentes. A novidade fica por conta da indicação de um representante do Diretório Central dos Estudantes (DCE-IFG), de um representante do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica,

Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e um representante do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (SINT-IFESgo)⁵. A Resolução CONSUP/IFG nº 19, de 20 de maio de 2019, que aprovou o texto do atual Regimento do Consup, traz a mesma composição prevista no Estatuto aprovado em 2018.

A aprovação dessas três novas representações, em 2018, é fruto dos diversos debates envolvendo toda a comunidade acadêmica do IFG, que antecederam o Congresso Institucional de 2018, evento que serviu para a construção coletiva da minuta do Estatuto vigente. Tais mudanças refletem as disputas internas para diminuir possíveis assimetrias na representação política entre os diferentes grupos. Por vezes, então, determinados segmentos exercem pressão política sobre os centros decisórios das instituições, como forma de ocupar melhores posições para defender os seus interesses nas instâncias colegiadas.

No quadro a seguir, veremos como se estabeleceram os quadros de membros do Consup, nas quatro primeiras composições, de 2010 a 2019. Ressalta-se que, regimentalmente, a única diferença na previsão de membros ocorreu a partir da 3ª composição, em que os representantes do setor público deixaram de ser indicados pelo Conselho Estadual de Educação e passaram a ser indicados pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia / Desenvolvimento e Inovação. Porém, houve o aumento de três para cinco representantes das categorias dos discentes, docentes e técnicos administrativos, eleitos por seus pares, a partir da terceira composição, porque nesse período havia um número maior de câmpus em funcionamento do que quando da primeira e da segunda composições.

Quadro 1: Composição do Conselho Superior

Composição do Conselho Superior	
1ª e 2ª composições (2010-2014)	3ª e 4ª composições (2015-2019)
Membro nato: o Reitor, como presidente	Membro nato: o Reitor, como presidente
Membros internos: <ul style="list-style-type: none"> • 3 representantes dos servidores docentes, com seus respectivos suplentes; • 3 representantes dos discentes, com seus respectivos suplentes; • 3 representantes dos servidores técnico-administrativos, com seus respectivos suplentes; e 	Membros internos: <ul style="list-style-type: none"> • 5 representantes dos servidores docentes, com seus respectivos suplentes; • 5 representantes dos discentes, com seus respectivos suplentes; • 5 representantes dos servidores técnico-administrativos, com seus respectivos suplentes; e

⁵ A presença de representantes do DCE, do SINT-IFESgo e do SINASEFE não será analisada neste estudo, pois somente foi efetivada no mandato que se iniciou em dezembro de 2019.

<ul style="list-style-type: none"> • 3 representantes do Colégio de Dirigentes, com seus respectivos suplentes. 	<ul style="list-style-type: none"> • 3 representantes do Colégio de Dirigentes, com seus respectivos suplentes.
<p>Membros externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 representantes dos egressos indicados pelas entidades representativas dos profissionais formados pelo Sindicato dos Técnicos Industriais; • 6 representantes da sociedade civil, sendo: <ul style="list-style-type: none"> - 2 representantes de entidades patronais (FIEG⁶ e FECOMÉRCIO⁷), - 2 representantes de entidades dos trabalhadores (CUT⁸ e Força Sindical), - 2 representantes do setor público, designados pelo Conselho Estadual de Educação; e • 1 representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. <p>* Todos com seus respectivos suplentes.</p>	<p>Membros externos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 2 representantes dos egressos indicados pelas entidades representativas dos profissionais formados pelo Sindicato dos Técnicos Industriais; • 6 representantes da sociedade civil, sendo: <ul style="list-style-type: none"> - 2 representantes de entidades patronais (FIEG e FECOMÉRCIO), - 2 representantes de entidades dos trabalhadores (CUT e Força Sindical), - 2 representantes do setor público, designados pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia / Desenvolvimento e Inovação; e • 1 representante do Ministério da Educação, designado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. <p>* Todos com seus respectivos suplentes.</p>

Fonte: a autora, dados da pesquisa (2020).

Ressalta-se que, para cada nova composição do Conselho, seus membros são designados por meio de Portaria do Reitor, para um mandato de dois anos, conforme Regimento, que estabelece ainda que, conforme o § 2º do art. 5º, entre os representantes eleitos de cada segmento (no total de até cinco titulares e cinco suplentes), pode haver no máximo um representante por unidade do IFG. Isso significa que, no processo eleitoral para escolha de novas representantes, caso haja entre os mais votados mais de um candidato de um mesmo câmpus ou da Reitoria, somente o mais votado assumirá o mandato. Ademais, cada membro do Conselho pode ser reeleito ou reconduzido à função apenas por mais um mandato subsequente.

Os conselheiros externos à Instituição são designados para o Conselho por meio de indicação. Quando acontece o processo eleitoral para nova composição, o Reitor emite ofício para as entidades externas solicitando as indicações. Os dois representantes dos egressos são indicados pelo Sindicato dos Técnicos Industriais, o representante do Ministério da Educação é indicado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (geralmente um reitor de outro Instituto Federal ou um servidor do MEC), os representantes da sociedade civil são geralmente indicados pela Força Sindical, pela Central Única de Trabalhadores, pela Federação do Comércio, pela Federação das Indústrias, e pelo Conselho Estadual de Educação e,

⁶ Federação das Indústrias do Estado de Goiás.

⁷ Federação do Comércio do Estado de Goiás.

⁸ Central Única dos Trabalhadores.

posteriormente, pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Inovação. São exatamente oito conselheiros (cada um com seu suplente) que não fazem parte da comunidade acadêmica e não são eleitos, mas indicados.

Como o Conselho Superior do IFG é uma instância cuja forma de representação está baseada no princípio da escolha democrática para a sua composição, cabe questionar aqui como são escolhidos os representantes das entidades externas à Instituição. Se o princípio fundamental é a eleição democrática para os representantes dos diferentes segmentos que integram o Consup, espera-se que os representantes da sociedade civil e das entidades externas também sejam escolhidos democraticamente pelos seus pares. Segundo URBINATI (2006, p. 201),

a representação não pertence apenas aos agentes ou instituições governamentais, mas designa uma forma de processo político que é estruturada nos termos da circularidade entre as instituições e a sociedade, e não é confinada à deliberação e decisão na assembleia.

Deste modo, a representação política é uma prática que não pode desprezar o processo de autorização, que só pode ser concedido pelos representados, pois na democracia espera-se que os eleitores não sejam considerados como números a serem manipulados.

Na composição do Consup, há ainda o quantitativo de cinco representantes do Colégio de Dirigentes (que eram três nas primeiras composições), conforme previsto na Lei nº 11.892/2008. O Colégio de Dirigentes é composto pelos diretores-gerais dos câmpus, pelos pró-reitores, pelo Diretor-Executivo e pelo Reitor, como presidente. Para decidir quais nomes serão indicados para o Consup, o Codir realiza uma votação interna e decide entre três nomes de diretores e dois nomes de pró-reitores (com seus respectivos suplentes). Dessa forma, são mais cinco membros titulares que são indicados dentro de sua instância, mas que não foram escolhidos pela comunidade acadêmica.

Dessa forma, contabilizamos a possibilidade de até treze conselheiros indicados e até quinze conselheiros escolhidos por seus pares em processo eleitoral envolvendo toda a comunidade acadêmica. Cabe-nos refletir se essa quase paridade numérica entre os membros indicados e os eleitos no Conselho torna as decisões

realizadas no pleno realmente democráticas e atentas aos reais interesses da comunidade acadêmica como um todo.

Os representantes discentes do Consup, que são o foco deste estudo, devem obedecer às mesmas regras válidas para os demais segmentos, com a especificidade de que, de acordo com § 4º do art. 5º do Regimento, não podem:

- I. ter sofrido sanção administrativa por força de processo disciplinar nos últimos 5 (cinco) anos;
- II. a partir do ato de posse, ser membros titulares ou suplentes do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e da Comissão Própria de Avaliação;
- III. ter matrícula trancada;
- IV. estar no último semestre de sua formação na instituição (IFG, 2016).

Os membros do Conselhos reúnem-se ordinariamente a cada dois meses. Os conselheiros titulares são convocados por meio de correio eletrônico com antecedência mínima de dez dias da data da reunião. Da mesma forma, os conselheiros suplentes são convocados quando há apresentação de justificativa de ausência por parte de algum suplente. As reuniões são conduzidas pelo presidente do Conselho, que é o Reitor da Instituição, podendo ser substituído pelo Diretor-Executivo da Reitoria. O presidente inicia as reuniões relatando os últimos informes institucionais que considera relevantes. Nesse momento, os conselheiros são livres para repassarem informes que julgarem pertinentes, ou proporem acréscimo de ponto de pauta, desde que apresentada formalmente por escrito e assinada por pelo menos cinco conselheiros. Em seguida, são discutidos os pontos de pauta pré-estabelecidos. A partir da entrada em vigor do Regimento de 2015⁹, os conselheiros passaram a constituir câmaras consultivas que analisam e elaboram pareceres sobre os assuntos a serem pautados, ou seja, na ocasião da convocação, os conselheiros já recebem os pontos de pauta com o parecer de uma câmara consultiva do próprio conselho. As câmaras são assim constituídas: Câmara Consultiva de Ensino, Pesquisa e Extensão; Câmara Consultiva de Finanças e Patrimônio; e Câmara Consultiva de Desenvolvimento Institucional, Gestão de Pessoas e Integração.

É possível acompanhar as ações do Conselho por meio do Portal do IFG na Internet, que possui uma página própria para o Conselho Superior

⁹ Após a publicação do Regimento do Consup, em 2015, com retificação em 2016, a próxima recomposição, com eleição e indicação de novos membros, deu-se em julho de 2017. A partir de então, iniciou-se a dinâmica de emissão de pareceres pelas câmaras consultivas no Consup.

(<https://www.ifg.edu.br/conselhos/consup>). Nesse espaço digital, estão disponibilizados *links* com informações atualizadas, como composição, regimento, atas das reuniões, resoluções, notas públicas, além dos vídeos das gravações das reuniões. A partir do estudo das atas de todas as reuniões do Conselho Superior do período 2008-2019, disponibilizadas no portal, analisamos os registros de falas dos estudantes durante essas plenárias, conforme apresentamos na próxima seção.

4. PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NO CONSUP

Após a promulgação da Lei nº 11.892/2008, que transformou os Cefets em IFs e previu que sua administração teria como órgão máximo o Conselho Superior, deu-se início o período de expansão e consolidação institucional. O Conselho Superior do IFG iniciou suas atividades no dia 1º de março de 2010, quando foram empossados os conselheiros da primeira composição.

No período analisado neste estudo, de 2010 a 2019, o Consup foi formado por quatro composições diferentes, cuja atuação ocorreu nos seguintes intervalos de tempo: 1ª composição – de março de 2010 a maio de 2012; 2ª composição – de junho de 2012 a dezembro de 2014; 3ª composição – de janeiro de 2015 a junho de 2017; 4ª composição – de julho de 2017 a novembro de 2019. Em dezembro de 2019, tomaram posse os conselheiros da 5ª composição, que não será analisada neste estudo.

O total de reuniões ocorridas nesse período, entre ordinárias e extraordinárias, foi de 61 e, conseqüentemente, analisamos as 61 atas geradas de 2010 a 2019. Apesar de o Regimento do Consup prever que as reuniões ordinárias aconteçam bimestralmente, o intervalo entre as reuniões não respeitou exatamente essa periodicidade. As reuniões ocorreram nas dependências da Reitoria do IFG, com exceção da primeira reunião (1º/3/2010), que aconteceu no Câmpus Goiânia. É relevante ressaltar que, além dos registros em atas, as reuniões eram sempre gravadas em vídeos, que ficavam à disposição dos conselheiros que solicitassem vistas. A partir da 34ª Reunião (de 15/10/2015), os encontros passaram a ser transmitidos em tempo real, via webconferência, para todos os servidores e alunos da Instituição. As gravações das reuniões passaram também a ser disponibilizadas permanentemente no Portal do IFG¹⁰.

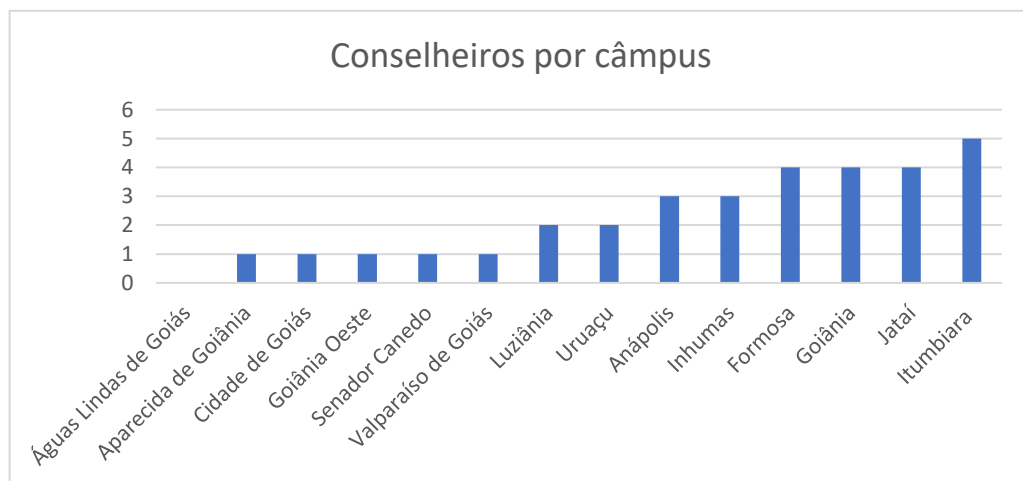
Para a escolha dos membros do Conselho que representam as categorias da comunidade acadêmica (discentes, docentes e dos técnicos administrativos), as eleições são conduzidas por comissões locais (dos câmpus e da Reitoria) em conjunto com uma comissão central. O processo eleitoral é conduzido segundo um Edital, e cada categoria tem como eleitores os seus pares. Conforme explicitado na seção

¹⁰ <https://www.ifg.edu.br/conselhos/consup?showall=&start=5>.

anterior, destacamos que, nas duas primeiras composições, foram eleitos três titulares e três suplentes de cada categoria. A partir da 3^o composição, de acordo com o Regimento do Consup aprovado em 2015, cada categoria elegeu cinco titulares e cinco suplentes.

O perfil dos estudantes levantado nesta pesquisa mostra que houve disparidade no quantitativo de representantes por câmpus durante os nove anos analisados. Podemos ver no gráfico a seguir que o Câmpus Águas Lindas de Goiás não contou com nenhum representante e outros cinco câmpus tiveram apenas um representante, entre 2010 e 2019. Esses números foram contabilizados no universo de 31 estudantes, com dados coletados por meio das informações fornecidas pelo Gabinete da Reitoria.

Tabela 1 – Distribuição de conselheiros por câmpus.



Fonte: a autora, dados da pesquisa (2020).

Considerando o princípio da equidade de representação dos três segmentos da comunidade acadêmica (discente, docente e técnico-administrativo), e que o Regimento do Consup, a partir de 2015, impõe a não sobreposição de representantes do mesmo câmpus entre os titulares de um mesmo mandato, espera-se, por analogia, uma certa equidade na distribuição dos representantes de cada unidade do IFG. Os 14 câmpus do IFG distribuem-se em diferentes regiões do Estado de Goiás e apresentam, não só diferentes eixos tecnológicos, mas também diferentes demandas

e características acadêmicas e estruturais, que podem explicar o maior ou menor nível de participação dos estudantes em instâncias colegiadas.

Todavia, é evidente que esses números apresentados na Tabela 1 se explicam em grande parte pela data de entrada em funcionamento de cada câmpus do IFG. Em 2010, quando o Consup começou a funcionar, já estavam implantados, nesta ordem, os câmpus Goiânia, Jataí, Inhumas, Itumbiara e Uruaçu. No mesmo ano de 2010, entraram em funcionamento os câmpus Anápolis, Formosa e Luziânia. Esses câmpus são exatamente os que apresentaram mais representantes no Consup, no período analisado. Em 2012, entraram em funcionamento os câmpus Aparecida de Goiânia e Cidade de Goiás. E por último, em 2014, os câmpus Goiânia Oeste, Águas Lindas de Goiás, Senador Canedo e Valparaíso de Goiás¹¹, evidenciando o menor número de representantes no período.

Sobre o nível e a modalidade de ensino cursados pelos ex-conselheiros na ocasião em que iniciaram o mandato, observamos que não houve conselheiro da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), nem de pós-graduação *lato sensu* (Especialização). Considerando que é significativa a oferta de cursos (técnicos integrados ao ensino médio) na modalidade EJA no IFG, podemos deduzir que a ausência de participação desse alunado pela instância de participação deve-se ao seu perfil formado por trabalhadores que estão há muito tempo distantes da escola, e retornam em um período de suas vidas em que o trabalho e a família são suas prioridades. “A rigidez do calendário tradicional não acomoda a sazonalidade do trabalho e as incertezas a que estão submetidos os trabalhadores” da EJA (SHIROMA; LIMA FILHO, 2011, p. 734).

Esses dados nos surpreenderam também pelo fato importante de que dos 31 egressos, ex-conselheiros, sete deles não concluíram seus cursos, seja por evasão, jubramento, cancelamento compulsório ou trancamento. Todos os 31 conselheiros cursavam cursos presenciais, numericamente representados na tabela a seguir:

¹¹ Informações disponibilizadas no Portal do IFG.

Tabela 2 – Distribuição de conselheiros por nível de ensino.

Fonte: a autora, dados da pesquisa (2020).

Os estudantes dos cursos técnicos integrados ao ensino médio são maioria na Instituição e são também aqueles que passam mais tempo nela. Os cursos técnicos integrados do IFG são oferecidos em tempo integral, com duração de 3 anos, com exceção do Câmpus Goiânia, onde o curso é oferecido em um turno, porém com duração de 4 anos. Os estudantes de graduação e pós-graduação, na sua maioria, estão envolvidos com atividades laborais como estágio e primeiro emprego, que os levam para espaços fora da Instituição. Deduzimos, portanto, que o fato de a maior parte dos representantes discentes do Consup serem do ensino técnico integrado deve-se ao maior tempo dos estudantes na instituição, gerando, portanto, maior engajamento.

4.1 REGISTRO DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES NAS ATAS DO CONSUP

As atas das reuniões do Consup¹² devem ser redigidas por um secretário, escolhido pelo reitor dentre os servidores lotados na Reitoria, conforme prevê o Regimento do Conselho. Ao longo do período analisado, constatamos que as atas foram redigidas por quatro servidoras diferentes, sendo todas elas lotadas na Chefia

¹² Disponíveis em: <https://www.ifg.edu.br/conselhos/consup?showall=&start=2>.

de Gabinete da Reitoria. Ressaltamos, nesse sentido, que os registros de fala dos conselheiros, como é próprio do documento tipo ata, são normalmente resumidas por quem redige, que também faz escolhas de acordo com o que considera relevante registrar.

A ata não pode ser um documento extenso, tampouco busca detalhar toda e qualquer fala nas reuniões. O redator da ata busca filtrar na escrita os posicionamentos que visam ao esclarecimento das informações e que influenciam nas tomadas de decisão. De acordo com o Manual de Redação Oficial do IFG, a Ata é um relatório pormenorizado do que foi discutido, declarado e deliberado nas reuniões e

assume a condição de documento com valor probatório após sua aprovação e assinatura. [...] No IFG, a Ata é redigida em meio digital e assinada posteriormente, o que facilita correções e ajustes após o registro das ocorrências (Manual de Redação do IFG, 2019).

4.2. PARTICIPAÇÃO DISCENTE EM REUNIÕES DO CONSUP

Compreendendo que a participação efetiva não se dá apenas pela presença, porém a presença se faz necessária ao debate, contabilizamos, de acordo com as atas, os registros de presença dos conselheiros discentes em cada reunião, assim como os registros de ausências justificadas e ausências não justificadas. Dessa forma, podemos ter uma perspectiva geral quantitativa, que pode nos auxiliar em uma análise qualitativa do uso desse espaço de representação por parte dos estudantes.

Na primeira composição, em que ocorreram 10 reuniões, foram registradas 25 presenças e 5 justificativas de ausência dos conselheiros titulares. Não foi registrada a participação de nenhum conselheiro suplente.

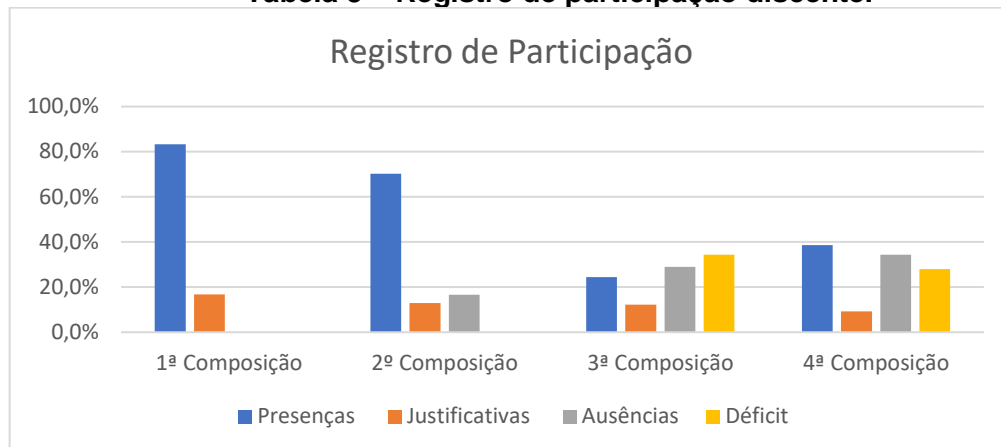
Na segunda composição, houve 18 reuniões. Destaca-se que, no início desse mandato, havia 3 titulares e 2 suplentes, sendo que esses dois suplentes se tornaram titulares durante o mandato. Em todo caso, havia vagas para 3 discentes em cada reunião, totalizando 54 participações. Das 54, foram registradas em ata 38 presenças (sendo 2 de suplentes), 10 justificativas de ausência e 9 ausências não justificadas dos conselheiros discentes. Os motivos justificados não são registrados nas atas.

Houve 2 registros de participação de suplentes enquanto ainda estavam nessa função.

Na terceira composição, com um total de 5 titulares e 5 suplentes no início, ocorreram 18 reuniões. Houve registro de participação de 1 suplente, e também registro de ausência de 1 suplente convocado. Dessa forma, das 90 possibilidades de participações previstas, contabilizamos 22 presenças, 12 justificativas e 26 ausências – a soma desses registros é 60 e não 90, como previsto, pois a quantidade de conselheiros (10, no início do mandato) foi reduzindo ao longo do período, sendo que, ao final, havia apenas 2 titulares e 2 suplentes.

Na quarta composição, com 5 titulares e 5 suplentes no início, não foi registrada participação de nenhum suplente, mas foi registrada a ausência de 1 suplente convocado. Ressalta-se que 3 conselheiros suplentes se tornaram titulares ao longo do mandato. Tendo acontecido 15 reuniões, contabilizaram-se 75 possibilidades de participação de discentes nas reuniões. Foram registradas 29 presenças, 7 justificativas e 18 ausências não justificadas – a soma desses registros é 54 e não 75, como previsto, pois, assim como na terceira composição, a quantidade de conselheiros (10, no início do mandato) também foi reduzindo ao longo do período. Na última reunião (a 61ª), não havia mais nenhum representante discente exercendo o mandato, sendo que nas três reuniões que antecederam a última havia apenas dois representantes discentes com seus mandatos ainda em vigência.

No gráfico a seguir, apresentamos percentualmente as presenças, as ausências justificadas e não justificadas e o déficit de participação dos conselheiros discentes em cada uma das quatro composições. Esse percentual está relacionado ao total de possibilidades de participação, considerando o total de reuniões ocorridas multiplicado pelo total de vagas para representantes discentes. O que estamos chamando de déficit refere-se à falta de representantes discentes ocupando a função de conselheiro, devido à perda da função durante o mandato, sem que houvesse mais estudantes classificados (suplentes) ou desclassificados (candidatos que não haviam sido eleitos) para assumirem a posição.

Tabela 3 – Registro de participação discente.

Fonte: a autora, dados da pesquisa (2020).

O percentual de déficit de participação mostra que muitos conselheiros não cumpriram o mandato até o final, na terceira e na quarta composições. Esse déficit pode ocorrer por duas razões principais: conselheiros que terminam seus cursos antes de encerrarem o mandato, deixando de ser alunos da Instituição, ou alunos que perdem seus mandatos por duas ou mais faltas não justificadas, conforme previsto no Regimento do Conselho. Todavia, mostra-se alarmante o elevado percentual de ausências não justificadas na terceira e na quarta composições. Compreende-se que era baixo o nível de engajamento dos conselheiros discentes nesse período, que, por vezes, nem sequer respondiam às convocações para as reuniões para justificar sua ausência.

Considerando o número de alunos matriculados na Instituição, que ao final de 2019 contabilizava mais de 16 mil, destacamos como relevante a baixa participação dos estudantes no Consup a partir de 2015. Constatamos que nas duas últimas composições analisadas, os estudantes compareceram, respectivamente, 24,4% e 36,6% do total de oportunidades para participarem das discussões do órgão máximo da Instituição. É notório também o alto índice de déficit de participação, 34,4% e 28%, respectivamente, o que significa que não havia ocupantes de vagas de suplente para assumirem o mandato.

É importante esclarecer que quando um conselheiro titular perde o mandato, assume sua vaga o primeiro conselheiro suplente, em ordem de classificação, e conseqüentemente, deve assumir a vaga de suplente o candidato não classificado mais votado na eleição. Se essas vagas não foram repostas significa que não havia

mais candidatos para assumirem as funções. O que denota ainda o baixo interesse dos estudantes a se candidatarem para o Conselho.

Esse baixo interesse revela que a Instituição precisa promover mais visibilidade ao espaço colegiado de deliberação coletiva, onde os estudantes podem ter voz, pois a qualidade do processo educativo relaciona-se ao comprometimento de todos os integrantes da comunidade escolar. É preciso promover a escuta ativa desses estudantes – talvez esse seja um dos maiores desafios da instituição escolar. Na seção a seguir, analisaremos como os estudantes utilizaram-se das oportunidades de serem ouvidos nas reuniões do Conselho.

4.3 PARTICIPAÇÃO DISCENTE POR REGISTROS DE FALA

Na análise das atas, buscamos todas as ocorrências de registros de fala dos conselheiros representantes dos discentes. Nas atas das reuniões do Consup, de 2010 a 2019, foram registradas as falas de 14 conselheiros discentes (dos 31 conselheiros eleitos, entre eles, 18 titulares e 13 suplentes).

Para o detalhamento sobre os temas a respeito dos quais os conselheiros discentes tomaram a palavra nas reuniões, começaremos a utilizar a numeração que preservará a identidade dos estudantes. Utilizaremos a expressão “Estudante n° X”, sendo a que a numeração foi dada a todos os conselheiros titulares e os suplentes que foram, pelo menos uma vez, convocados para uma reunião. Dessa forma, apesar de constarmos que 31 estudantes foram designados como conselheiros (foram 33 designações, porém dois desses estudantes participaram do Consup por mais de um mandato, tendo sido reeleitos), excluimos da numeração aqueles que ocuparam a função de suplentes, mas em nenhuma ocasião precisaram ser convocados, pois não serão citados neste estudo. Assim, foram numerados 21 conselheiros para essa análise de tomadas de fala nas reuniões.

Nos registros de fala dos estudantes, constatamos que os assuntos abordados podem ser caracterizados em quatro diferentes categorias:

Quadro 2: Registros de fala dos conselheiros discentes no Consup /IFG (2010-2019)

Categoria	Conselheiros (quantidade de tomadas de fala)	Tópicos (quantidade de abordagens)
1) Assuntos relacionados a temas pedagógicos e diretamente relacionados ao ensino e à vida acadêmica dos estudantes.	Estudante 2 (1); Estudante 4 (3); Estudante 5 (3); Estudante 8 (1); Estudante 9 (2); Estudante 12 (1); Estudante 14 (2); Estudante 17 (2); Estudante 19 (3); Estudante 20 (2).	- Assistência estudantil (3); - projetos pedagógicos de cursos (2); - reestruturação de cursos (2); - participação discente nas discussões (1); - formação de cidadãos para além de técnicos (1); - regulamento de pós-graduação (1); - funcionamento de biblioteca (1); - permanência e êxito na EJA (1); - cortes orçamentários (1); - restaurantes nos câmpus (1); - uso de drogas pelos estudantes (2); - bolsas de pós-graduação (1); - Plano Estratégico de Permanência e Êxito (1).
2) Assuntos relacionados à gestão, políticas e regulamentos internas, documentos institucionais relacionados à gestão de pessoas e à gestão orçamentária e administrativa.	Estudante 1 (2); Estudante 5 (1); Estudante 15 (2); Estudante 20 (3).	- Remoção de servidores (2); - parceria com empresas privadas (1); - funcionamento do Congresso (1); Institucional para a construção do PDI (1); - implantação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (1); - composição de comissões permanentes (1); - redação de normativas (1); - sustentabilidade nas aquisições (1).
3) Assuntos relacionados ao funcionamento do próprio conselho.	Estudante 5 (2); Estudante 8 (1); Estudante 9 (1); Estudante 19 (1); Estudante 20 (1).	- Texto de atas (2); - custeio do traslado dos conselheiros (1); - tempo de mandato dos conselheiros (1); - convocação e pauta (1); - composição do conselho (1).
4) Composição/eleição de comissões e grupos de trabalho.	16 tomadas de fala em que os conselheiros se disponibilizaram a participar	Nas atas subsequentes, verificamos que poucos foram os grupos/comissões nos quais os estudantes participaram efetivamente dos trabalhos.

Fonte: a autora, a partir da análise das atas, 2020.

Conforme explicado anteriormente, os conselheiros egressos foram numerados de 1 a 21 (cronologicamente, na ordem dos mandatos, de titulares e suplentes, considerando que houve 21 conselheiros que compareceram, ao menos uma vez, a alguma das reuniões, como titulares ou suplentes). O Quadro 3 mostra que os Estudantes egressos numerados com os números 3, 6, 7, 10, 11, 13, 16, 18 e 21 não tiveram falas registradas.

A análise das atas mostrou essa grande quantidade de conselheiros representantes dos discentes que passaram pelo Consup sem um posicionamento sequer nos registros dos debates. Percebemos também que entre os assuntos mais debatidos pelos estudantes estão aqueles relacionados a temas pedagógicos e diretamente relacionados à vida dos estudantes na Instituição, com destaque para a questão da Assistência Estudantil (auxílio financeiro oferecido aos estudantes de baixa renda).

A baixa frequência de tomadas de fala dos estudantes nos registros das reuniões pode nos mostrar a hipótese de que esse espaço deliberativo que é o Conselho talvez não se apresentar suficientemente confortável para o posicionamento dos estudantes. E o fato de os temas menos discutidos pelos estudantes serem aqueles relacionados a questões mais burocráticas e de gestão (categorias 2, 3 e 4), podem confirmar essa hipótese, pois podem ser temas intimidadores ou desinteressantes para eles. Isso mostra também que a forma como se desenvolvem os debates nas reuniões não encorajam todos os participantes ao engajamento. Os membros do Conselho que recorrentemente têm mais voz deveriam agir para estimular a participação de todos, pois “a força do grupo compensa a fraqueza do indivíduo” (DALLARI, 2004, p. 44)

As entrevistas com seis desses conselheiros egressos, apresentadas na próxima seção, conseguem contribuir para a compreensão desse cenário.

5. ANÁLISE DOS DADOS: ENTREVISTAS COM EXCONSELHEIROS

Para a etapa das entrevistas, contamos com a colaboração de seis conselheiros egressos do Consup, representantes dos discentes, sendo um da primeira composição, dois da segunda, uma da terceira e dois da quarta, os quais foram numerados na lista como Estudantes 1, 4, 6, 8, 14 e 19. A primeira entrevista ocorreu de forma presencial, no mês de fevereiro de 2020, no local de trabalho do entrevistado, ainda anteriormente ao início do decreto de pandemia mundial pela Organização Mundial de Saúde e orientações para o isolamento social pelas autoridades locais. As cinco entrevistas seguintes ocorreram no mês de março de 2020, de maneira remota, via Whatsapp, com gravação das mensagens de áudio. Cada encontro durou cerca de uma hora e meia, e caracterizou-se como um momento tranquilo e descontraído por parte da pesquisadora e entrevistados, que demonstraram satisfação em conversar sobre o período em que atuaram como conselheiros do Consup.

Todas as conversas foram transcritas pela pesquisadora. Nesta seção, analisaremos os principais apontamentos feitos pelos ex-conselheiros em suas falas, e traremos alguns trechos desses depoimentos. Além de tratá-los aqui pelo mesmo número usado na seção anterior (na análise das atas), os nomes dos câmpus do IFG, assim como de reitores, diretores, professores e outros servidores e estudantes que foram citados nas respostas serão ocultados nos trechos transcritos para preservação da identidade de todos os envolvidos.

Os temas das perguntas trabalhadas nas entrevistas foram organizados em quatro diferentes etapas do processo de participação no Consup, conforme quadro a seguir.

Quadro 3: Roteiro da Entrevista

Etapas do processo de participação no Consup	Perguntas da entrevista (resumidas)
1) Antes do mandato Motivações iniciais	<ul style="list-style-type: none"> Quando você se candidatou ao Consup, como foi a sua campanha? O que você acha que contribuiu para que você fosse eleito?
2) Durante o mandato Expectativas Interesse pelos temas pautados Interação com os demais estudantes	<ul style="list-style-type: none"> Quais eram as suas motivações e expectativas ao se candidatar? Foram supridas? Os temas discutidos nas reuniões despertavam seu interesse? Quando você recebia as convocações, como você fazia o estudo das pautas?

Interação com os outros conselheiros Permanência no mandato	<ul style="list-style-type: none"> • Você interagiu com os demais estudantes de seu câmpus em relação aos temas pautados nas reuniões? • Você se sentia confortável para participar das discussões durante as reuniões?
3) Depois do mandato Aprendizagem/formação	<ul style="list-style-type: none"> • Em que medida você considera que sua participação no Conselho colaborou para sua formação? • Hoje em dia, você considera que ter sido conselheiro influenciou sua forma de atuar como cidadão e como profissional? • O que você aprendeu de mais importante no Conselho?
4) Reflexões finais	<ul style="list-style-type: none"> • Você considera que a Instituição poderia propor alguma ação para aprimorar a participação dos estudantes nos conselhos? Quais recomendações você faria?

Fonte: a autora, dados da pesquisa, 2020.

5.1 Etapa 1 – Antes do mandato

Iniciamos a conversa tratando do período em que os egressos resolveram se candidatar para o Conselho, com as perguntas da Etapa 1. Entre as motivações que se destacaram como relevantes para a conquista de votos, de acordo com a concepção dos entrevistados, a participação prévia em outras entidades de política estudantil e também o apoio e o incentivo de servidores de seu câmpus foram fundamentais. O ato de enfrentar uma candidatura e uma campanha eleitoral, mesmo que no âmbito escolar, exige coragem e responsabilidade. Brzezinski e Santos (2015, p. 89) utilizam-se do pensamento de Hanna Arendt para explicar que

ganhar o meio público ou encontrar-se no espaço comum é estabelecer uma existência frente ao outro e isso não é simples. A ruptura com o anonimato, por meio da ação e do discurso, implica a aparição pública, atitude que exige coragem. Quebrar com a segurança e o conforto da vida privada e penetrar o mundo dos conflitos da vida pública é um ato de coragem.

A Estudante 1 relatou que antes de se candidatar ao Consup, já tinha proximidade com os servidores técnico-administrativos da Instituição e com o seu funcionamento. Além disso, havia sido representante de sala e conselheira no Conselho Departamental¹³, ambas funções elegíveis. Esse seu engajamento rendeu-

¹³ O Conselho Departamental é órgão consultivo e deliberativo sobre ações e políticas de ordem pedagógica, didática, disciplinar e administrativa no âmbito do departamento de áreas acadêmicas, sendo ainda a instância de representação das Coordenações de Cursos e Áreas e dos estudantes no âmbito dos departamentos de áreas acadêmicas em cada câmpus do IFG (Regimento Geral do IFG, art. 14).

lhe o incentivo do Diretor-Geral para que ela representasse o câmpus e seus pares também no Consup.

Destacamos que a Estudante 1 participou da primeira eleição para o Consup, num período em que começava a funcionar o IFG (após a promulgação da Lei 11.892/2008), ou seja, período não só de expansão da RFEPCT, mas também de implantação de novos câmpus e novos cursos, sobretudo os cursos superiores, como era o caso do curso que a Estudante 1 cursava.

E aí eu fui convidada pelo Diretor. Ele falou: “[...] a partir de agora vai existir o Conselho Superior [...]. A gente disputa uma vaga pra docente, uma vaga pra administrativo, e uma vaga pra estudante. E se a gente conseguir eleger um em cada, pro nosso câmpus vai ser muito bom. Porque a gente vai estar sempre participando de todas as decisões, e tal”. E aí foi muito interessante, porque todos os professores, os técnicos administrativos, eles incentivaram a candidatura e também me ajudaram na campanha. (Estudante 1)

O Estudante 4 relatou que, à época de sua candidatura ao Consup, já atuava no movimento estudantil, inclusive como presidente do Grêmio. Dessa forma, atribuiu à sua eleição seu conhecimento prévio sobre a Instituição e as parcerias com os estudantes.

Eu acho que a militância, a atuação no movimento estudantil [...] E a gente tinha um reconhecimento já de toda a instituição e de outros câmpus também [...]. Eu, pessoalmente, particularmente, sempre gostei muito de estar nas discussões políticas, nas discussões internas ali, nas decisões internas do câmpus [...]. (Estudante 4)

O Estudante 6 também destacou que já estava envolvido com o movimento estudantil ao se candidatar ao Consup e também participava do Grêmio de seu câmpus.

Eu já fazia parte do Grêmio Estudantil, eu já tava um pouco envolvido nessa parte de representação estudantil. E a partir daí, quando teve as eleições do Consup, eu peguei, me candidatei e tive aquela conversa interna só no câmpus mesmo [...]. (Estudante 6)

O Estudante 19 era recém-chegado à Instituição à época de sua candidatura ao Consup, mas também tinha experiência no movimento estudantil, tendo sido diretor regional da União Brasileira dos Estudantes Secundarista (UBES). O ex-conselheiro relatou que conhecia estudantes de outros câmpus que atuavam na política estudantil,

e que isso lhe garantiu os votos. Dessa forma, o egresso já havia construído sua rede política de participação.

Então, uma das coisas que eu posso atribuir à questão de a gente ter tido uma boa votação foi porque nós tínhamos uma boa comunicação. A todo momento eu dialogava com os meninos, apresentava dicas de como eles deveriam abordar as pessoas, o que eles poderiam fazer, né? [...] eu conhecia esses meninos justamente por uma militância mais política, não política partidária, mas uma militância mais política pra poder defender os interesses dos estudantes. Nós sempre buscávamos métodos e maneiras de não só institucionalizar a movimentação estudantil, mas de conseguir fortalecer cada vez mais a rede dos estudantes. (Estudante 19)

Esses primeiros relatos ilustram como a experiência prévia fez com que esses estudantes tivessem não só interesse, mas também conhecimento do seu papel como parte da comunidade escolar. Segundo Machado (2009, p. 4), o educando tem outros papéis (além de estudante) no sistema de relações sociais, portanto, o processo de identificação dele com a identidade e os objetivos educacionais da instituição passa por ações que vão além do currículo explícito:

Este processo de identificação de diferenças e de construção de sínteses superadoras passa, necessariamente, pela promoção de práticas pedagógicas compartilhadas e de equipes; pela participação orientada por uma relação dialógica e pelo pensar em experiências a serem proporcionadas aos estudantes no cotidiano escolar, através tanto do currículo explícito quanto do currículo oculto. Esta caminhada se inicia, também, com o reconhecimento de que é preciso considerar não somente as parcelas pré-existentes de conhecimentos, mas o novo conhecimento que é produzido nesta interação educacional, neste processo ampliado das possibilidades de comunicação no trabalho educacional.

A Estudante 8 atribuiu seu interesse em se candidatar ao Consup à influência de um professor de seu câmpus, que era Chefe do Departamento de Áreas Acadêmicas à época. Ela destacou que até então não tinha sequer conhecimento da existência do Consup e que o diálogo com o referido professor foi que lhe despertou o interesse pelas políticas institucionais. Ela relatou ainda que o professor a ajudou na campanha, na comunicação com os demais estudantes, fazendo campanha corpo a corpo nos diversos câmpus. Segundo Brzezinski e Santos (2015, p. 16), “a educação e seus agentes, em particular os docentes, guardam no conjunto de suas atribuições

a responsabilidade em cooperar com a capacitação política dos que partilham de seu espaço”.

Eu tive uma participação e na verdade eu agradeço a ele, como prioridade [...]. E a gente começando a conversar, comecei a ter interesse nas áreas políticas da Instituição, né? [...] Na época, a gente visitou vários câmpus. [...] ele realmente fez acontecer aquele jogo da política, sabe? Então, não era só ir lá e demonstrar o que a gente queria ou só pedir votos. Ele realmente queria mudança e ele fez essa vontade de mudança que tinha nele passar pra mim também. Então, eu tomei também, como se diz, tomei as dores que ele tinha, passei a enxergar com olhar mais crítico a Instituição e o que a gente, como estudante, tinha o direito de participar. (Estudante 8)

O Estudante 14, assim como a Estudante 8, não havia participado de outra forma de representação estudantil até sua candidatura ao Consup. Tomando conhecimento do processo eleitoral, conversou com a Diretora-Geral de seu câmpus que lhe explicou o funcionamento do Conselho.

Não sabia muito bem o que era. Tinha visto a propaganda sobre o processo que tinha iniciado, tava no período de inscrições pra Conselho Superior, o Conepex e a CPA. Fui conversar com a gestão da época, era a Diretora-Geral [...] e ela me explicou um pouco como era e eu fiquei interessado e resolvi me candidatar. (Estudante 14)

Podemos perceber nos relatos dos estudantes 1, 8 e 14 que o Edital do processo eleitoral e outras formas de divulgação do Conselho pela Instituição, por si só, não despertaram neles a consciência do que se tratava o órgão colegiado. O apoio e os esclarecimentos de servidores dos câmpus, que ocupavam cargos de gestão e se dispuseram a explicar e incentivar a participação, foram essenciais para que eles se sentissem impulsionados a se candidatar, sobretudo, para os Estudantes 8 e 14, que, dentre os entrevistados, eram os únicos que não traziam experiência de representação estudantil até a entrada no Consup. Conforme elucida Lück (2011, p. 52):

a promoção da participação deve ser orientada e se justifica na medida em que seja voltada para a realização de objetivos educacionais claros e determinados, relacionados à transformação da própria prática pedagógica da escola e de sua estrutura social, de maneira a se tornar mais efetiva na formação de seus alunos e na promoção de melhoria de seus níveis de aprendizagem.

5.2. Etapa 2 – Durante o mandato

Entre as perguntas da Etapa 2, os entrevistados foram questionados sobre quais eram suas expectativas ao entrarem no Consup e se elas foram supridas ao longo do mandato. Por meio das respostas, obtivemos a premissa de que as maiores expectativas dos entrevistados estavam relacionadas a trazer benefícios e soluções para problemas do câmpus em que estudavam, sobretudo os problemas estruturais.

Ainda sobre as expectativas, os estudantes egressos relataram que foram surpreendidos com os trâmites dos documentos, sentindo dificuldades em acompanhar e debater todos os processos analisados nas plenárias. Porém, no decorrer do mandato, perceberam melhor a significância do papel do conselho e os processos burocráticos que envolvem a solução dos problemas que eles almejavam resolver. Sobre essa realidade, Lück (2011, p. 62) explica que

a participação democrática promove a superação da simples necessidade de associação humana, que pode ser orientada por um sentido individualista e oportunista, mediante distorção ou incompletude da formação humana para uma necessidade de integração do ser humano na sociedade, de se sentir parte dela e por ela responsável, de harmonizar e coordenar esforços do grupo, com a finalidade de realizar um trabalho mais eficiente, contribuindo para o bem de todos.

A Estudante 1 relatou que estava interessada em resolver questões relacionadas ao seu curso, que era novo na Instituição, e que, de certa forma, ela acredita que sua participação no Consup trouxe benefícios nesse sentido. A egressa relata que expôs o problema da falta de professores que sua turma estava vivenciando, na presença de representantes do Ministério da Educação (MEC), presentes em determinada reunião, o que gerou, na sua concepção, o surgimento do código de vaga na semana seguinte. Dessa forma, como conselheira representante discente, ela sentiu que suas expectativas foram supridas, pois sua participação trouxe benefícios para seu curso.

A minha expectativa era contribuir de forma efetiva para que a gente não tivesse problema durante o curso, né, porque como eu te falei, nós éramos da primeira turma. Porque a partir do momento que a gente briga por uma causa, a gente acaba respingando, né, em todos os demais. Eu confesso que, sim, eu tinha uma expectativa egoísta, eu pensava principalmente no nosso curso. De forma geral, as

expectativas foram atendidas. Tanto é que em uma das reuniões, a gente já estava sem professor já tinha quase um mês. E eu lembro que eu participei de uma reunião no Conselho Superior que tinha vários representantes do MEC e o Reitor estava apresentando a expansão da rede, os novos câmpus, os cursos integrados que estavam abrindo e nesse momento eu pedi a fala, né, eu falei “não, mas a gente tem que preocupar com outra coisa; a gente tá preocupado em criar câmpus, aumentar a quantidade de alunos atendidos, mas a gente não tá recebendo suporte dos cursos que já estão acontecendo.” Eu falei “olha, já tem um mês de aula e tem duas disciplinas que eu tô sem professor [...]”. Eu fiz um drama, né, claro, eu lembro que o Reitor ficou muito incomodado porque os representantes do MEC estavam nessa reunião, quase nunca eles participavam, tinham uns três ou quatro secretários. E eu lembro que essa reunião foi numa quarta ou quinta-feira. Na segunda-feira, foi liberado o código de vaga pra convocação do professor. (Estudante 1)

Esse depoimento da Estudante 1 mostra que, ao se manifestar na reunião, ao evidenciar os problemas que o Câmpus, o curso, os docentes e alunos estavam vivenciando, e cobrar as soluções, a imediata providência confirmou o poder exercido pela participação discente. Embora, segundo a própria conselheira egressa, sua preocupação parecesse “uma expectativa egoísta”, ela contestou as ações de expansão institucional e a criação de novos câmpus e cursos, enquanto os cursos já em oferta não estavam sendo assistidos devidamente. Assim, seu poder de voz naquele momento trouxe resultados que poderiam ser também refletidos, por analogia, em outros cursos.

A participação discente, nesse caso demonstrado acima, mostra que, para além a sala de aula, na vivência do estudante na instituição escolar, “é preciso que, como parte inseparável de sua educação, o aluno exercite seu poder”, de tal forma que “num processo de assunção de responsabilidades, cuja dimensão aumenta com a idade, possa desempenhar também funções de auto-organização e autogoverno” (Paro, 2014, p. 70-71).

Os Estudantes 4, 6 e 19 também passavam pelo período de implantação de seus câmpus e uma de suas principais expectativas como conselheiros era resolver problemas estruturais desse local.

Mas o que me motivou especialmente para o Conselho Superior e o que motivou também boa parte dos alunos pra participar da eleição, do processo, pra ir votar, foi a questão mesmo da implementação do Câmpus [...]. A gente tava passando uma série de dificuldades. O Câmpus tava no início, então faltava muita coisa, faltava estrutura, faltava banheiro, faltava sala de aula, faltava professor, faltava

servidor. E a gente queria discutir isso, queria debater isso, queria cobrar isso [...]. (Estudante 4)

O que sempre me motivou no movimento estudantil, na política, sempre foi buscar melhorias e uma equidade no geral. Eu via uma desigualdade muito grande em relação [...] aos câmpus que tinham sido implementados no mesmo ano que ele. (Estudante 6)

Naquela época, a gente ainda tinha alguns déficits, [...] não tinha uma quadra coberta, não tinha uma rampa de acessibilidade para os cadeirantes, [...] não tinha um restaurante [...], que eram coisas previstas para poderem serem implementadas. [...] Óbvio que a nossa participação ajudava a sempre pressionar o Reitor e os pró-reitores a se empenharem mais a poder estar buscando os recursos viáveis, né, pra poder fazer com que as obras pudessem sair do papel e tomar, assim, vida, né, de certa forma. (Estudante 19)

Essas falas, assim como a fala anterior da Estudante 1, mostram a percepção dos estudantes sobre os problemas e as fragilidades da gestão, evidenciados em seus câmpus, em especial, aqueles recém-implantados ou nos novos cursos. Compreendemos a importância de esse olhar dos estudantes ser levado ao debate no âmbito do órgão máximo (o Conselho Superior) da Instituição, já que eles são os principais interessados nos objetivos educacionais propostos institucionalmente.

Os entrevistados demonstram reconhecer não só os problemas vivenciados em seus câmpus, mas nos câmpus IFG de forma geral, o que evidencia a essência da representatividade participativa plena, conforme explica Lück (2006, p. 30-31):

Por conseguinte, a participação em sentido pleno é caracterizada pela mobilização efetiva dos esforços individuais para a superação de atitudes de acomodação, de alienação, de marginalidade, e reversão desses aspectos de eliminação de comportamentos individualistas, pela construção de espírito de equipe, visando à efetivação de objetivos sociais e institucionais que são adequadamente entendidos e assumidos por todos.

O Estudante 14 afirmou que ficou eufórico com a ideia da representatividade que teria no Consup, apesar e não possuir experiência político-estudantil prévia. E ressaltou que, para ele, as expectativas de participação ativa não foram supridas. Ao contrário dos outros entrevistados, considera que a representatividade discente é muito limitada, e que somente tornando-se um servidor público é que seria possível dominar todos os assuntos tratados pelo Conselho.

Então, assim, as expectativas eram referentes ao que ela¹⁴ me falou, né? A representatividade, levar as demandas estudantis no que tange à Instituição pra mesa ali, discutir, mostrar, problematizar e tentar solucionar. Isso me deixou um pouco eufórico, né? A gente sonha em ter espaço, né? Os estudantes participarem mais ativamente dos espaços da gestão, da Instituição, de colaborar nas decisões. Afinal, a Instituição é feita para o aluno. E não, as expectativas não foram superadas. Eu vi que a representatividade, na prática, ela é muito limitada. Não porque não deem espaço pra gente, mas, assim, por causa do conhecimento necessário. [...] Tem assuntos também que a gente só vai adquirir com o tempo, e talvez nem com o tempo, mas só se você se tornar um servidor público e atuar em certas áreas. (Estudante 14)

A Estudante 8 destacou que tinha expectativas grandes com sua inserção na política institucional. Ela acredita que até mesmo sua campanha foi capaz de influenciar os outros discentes, deixá-los mais ativos e participativos em relação às escolhas da Instituição. Ela esperava “mudar tudo” e, mesmo não tendo todo esse êxito, percebeu a seriedade do Conselho, e o poder de sua voz. Mas destacou, como o Estudante 14, que a falta de conhecimento e maturidade à época atrapalhou, de certa forma, sua participação.

É complicado porque as minhas expectativas eram muito grandes. [...] Porque a minha voz, no caso, eu estava ali pra representar todos os discentes, né? E isso é uma responsabilidade muito grande. [...] E com a nossa campanha, o pessoal começou a ficar mais ativo, sabe? Então, eu acho que nós tivemos no geral uma influência muito grande sobre os discentes em relação a essa participação mesmo nas escolhas da Instituição. A minha expectativa era entrar e mudar tudo [...]. A gente sonha, né, a gente cria, como você disse, expectativas que às vezes a gente não consegue cumprir. Depois que a gente foi eleito, as reuniões são muito maçantes, na minha opinião. Mas elas são muito sérias, eu consigo ver isso. [...] E o fato de eu não conhecer tanto os processos da Instituição, às vezes atrapalha também. (Estudante 8)

Essa falta de conhecimento e experiência como fatores impeditivos para uma participação efetiva, relatada pelos Estudantes 8 e 14, mostram que a gestão de uma instituição precisa ser planejada de forma que suas nuances sejam explícitas e claras para toda a comunidade acadêmica, não como conteúdo programático, mas como possibilidade de que existam espaços para o contato com essa realidade, conforme explica Grabowski (2014, p. 11):

¹⁴ “Ela” refere-se à Diretora-Geral do Câmpus, que foi quem explicou para o Estudante 14 do que se tratava o Consup.

na educação profissional, tanto ou mais que em outras modalidades e níveis, o planejamento e a gestão devem ser exercitadas não enquanto conteúdos programáticos mas como espaços de aprendizagem (vivências e práticas pedagógicas) que, por sua vez, devem operar na perspectiva de integração do conteúdo, com o método e a forma.

Os entrevistados foram também questionados se os temas que faziam parte das pautas das reuniões despertavam interesse. Foram questionados sobre como se preparavam para as reuniões após receberem as convocações com os documentos e temas que seriam debatidos. Os participantes relataram que o tempo entre o envio dos documentos e a reunião não era suficiente para a leitura aprofundada, e que, por serem estudantes, os assuntos eram de pouco domínio e demandavam mais conhecimento. Relataram também que era difícil conciliar as atividades acadêmicas e, algumas vezes, de trabalho e estágio, com as atividades do Conselho.

Eu era estudante pela manhã e eu trabalhava à tarde. Então, assim, eu não tinha tanto tempo de ficar estudando minuciosamente os temas. Mas eu sempre folheava, abria os e-mails, eu conferia, eu conferia as atas, porque a gente recebia as atas, então, tinha algumas queixas que a gente fazia que eu conferia se na ata estava escrito aquela queixa, né, pra saber se realmente havia sido documentado. Mas, assim, eu não fazia um estudo minucioso não. [...] De forma geral, eu até achava interessantes os assuntos, porque era muito novidade pra mim, então, essa visão de organização, [...] como os processos aconteciam, de certa forma isso me chamava a atenção. (Estudante 1)

O Estudante 4 afirmou que se interessava mais pelas pautas que tinham relação direta com os estudantes. Porém, fazia questão de estar atento e debater todos os temas, como os temas relacionados aos servidores e aos outros câmpus, que não o seu. Destacou que as atribuições da vida de estudante contribuíram para que não conseguisse se preparar para as reuniões previamente, como declarado pela Estudante 1, apenas olhava os pontos de pauta superficialmente.

É claro que a gente tava ali representando os estudantes, e as pautas que eram mais voltadas e que tinham relação com os estudantes nos interessavam mais, né, naturalmente. Mas nós tínhamos consciência do papel que a gente representava ali, da importância da gente ali no Conselho. Então, todos os temas, todos os debates, né, a questão de reivindicação dos servidores, de problemas de outros câmpus, tudo isso a gente ficava atento e a gente fazia questão de debater. [...] A gente recebia a pauta, analisava a pauta muito rapidamente, até

porque vida de estudante, você já viu como que é, né, presidente de grêmio, então, tinha muita coisa. (Estudante 4)

Conforme mostramos na seção 4.3, Quadro 3, as falas dos Estudantes 1 e 4 mostram que a Categoria referente aos temas relacionados diretamente com a vida dos estudantes, os temas acadêmicos, despertavam mais interesse. Sobre os outros assuntos, de outras categorias, os Estudantes 8 e 14 relataram que se sentiam incapacitados para participar, devido à falta de conhecimento e experiência.

No meu ponto de vista, na época acho que eu não tinha tanto, mas, hoje eu consigo ver que estávamos lá basicamente pra marcar presença, nós discentes, né? Os outros tinham muito mais interesse, no sentido de conseguir argumentar, cê tinha que saber o que tava acontecendo, o que eles estavam discutindo, qual seria o impacto e a consequência que aquele assunto traria pros câmpus no geral, né? Eu me lembro que teve uns dois ou três assuntos que eu realmente consegui participar, de todas as reuniões. (Estudante 8)

Às vezes vinham pautas em relação à, vamos lá, à receita ou despesas pra transporte, vindo da pró-reitoria responsável e, tipo, a gente não tinha noção disso. Vinha as pautas pra gente ler e tal, mas por mais que você lesse, você ficava incapacitado porque tem assuntos que requerem experiência, né, vivência, em relação a algumas pautas. Então, a representatividade ficava muito pouco participativa, justamente pela falta do conhecimento e de experiência do aluno. [...] Bem, eu gostava muito da parte de criação de cursos e de extinção de cursos. Eu achava muito legal porque existe um contexto socioeconômico pra partir da análise sobre a demanda social daquela região pra que possam construir um curso. (Estudante 14)

A alegação de que seriam necessários mais conhecimento e mais experiência para conseguir debater todos os assuntos levados ao Conselho, para uma participação mais eficiente, mostra uma “deficiência de comunicação existente entre alunos e gestão”, pois esses estudantes “colocam-se numa posição de sujeitos passivos, receptores e propagadores da informação” (XAVIER, 2019, p. 89). As falas da Estudante 8 e do Estudante 14 evidenciam que, apesar de reconhecerem qual é o papel do representante discente, é preciso mais que a condição de estar nesse espaço, é preciso condições de interagir, de compreender o que é levado para esse espaço.

Ainda sobre o interesse nos temas pautados, o Estudante 19 relatou que ficou confuso no início, já que passou a ser convocado como conselheiro titular após as câmaras já estarem constituídas (era suplente e passou a ser titular com a saída de

uma conselheira). Percebeu que os representantes discentes não estavam atuando de fato dentro das câmaras consultivas, formadas mais efetivamente por professores. Com o tempo, começou a aprender a fazer análises que eram demandadas para as câmaras consultivas.

As primeiras reuniões, elas são um pouco confusas, né, pra quem nunca havia participado, etc., elas ficam um pouco confusas. Porque eu, por exemplo, eu cheguei num momento onde as câmaras já estavam todas definidas [...]. E boa parte delas, estavam ocupadas pelos professores. Os alunos não estavam de fato presentes dentro dessas câmaras. E aí, com o tempo eu me integrei, me coloquei à disposição, comecei a atuar, e comecei a aprender, por exemplo, a fazer uma análise, a pegar os documentos, analisar, organizar, quais são as competências. (Estudante 19)

Ainda tratando sobre os temas da pauta, questionamos se os ex-conselheiros levavam os temas a serem debatidos no Conselho para os demais estudantes de seu câmpus. Eles relataram dificuldade em fazê-lo, seja por falta de tempo suficiente, seja por desinteresse geral.

A Estudante 1 revelou que não havia uma forma organizada de os alunos conversarem. Alguns deles manifestavam interesse ou curiosidade sobre determinados temas que poderiam impactar seus cursos, e perguntavam a ela, de maneira informal. Quando havia discussões mais amplas, aconteciam entre ela e seus colegas de classe.

A gente não tinha uma forma organizada dos alunos conversarem. Então, quando eram discutidos aspectos que iriam impactar diretamente o nosso câmpus, né, pelo menos na minha sala, a gente sempre falava muito sobre isso. Por exemplo, quando ia se discutir uma prestação de contas, financeira, por exemplo, os alunos tinham curiosidade de saber, por exemplo: “tem dinheiro pra equipar o laboratório, ou não tem?”. Eles tinham esse tipo de curiosidade, então eles perguntavam, tipo assim, “olha, você tem acesso a esse tipo de informação, como é que é?”, discutia, assim, “é realmente o que eles falam pra gente?”. (Estudante 1)

O Estudante 14 também relatou que o intercâmbio dos assuntos com os outros estudantes, na prática, não funcionava, pois, poucos estudantes apresentavam interesse nesses debates. Ele considera que, no geral, os estudantes veem esses espaços de debates como um “estresse”, um “problema”.

Eu sabia que eu teria que trazer essas informações. [...] Mas, tipo, primeiramente os alunos não têm, assim, são poucos que têm esse

interesse. Os alunos que vão pra universidade ainda no Brasil, são aqueles alunos que vão pra assistir aula, pagar disciplina, buscar o diploma e trabalhar. Não é uma pessoa que tem consciência política, não tem interesse. Nisso, eu me incluo. Tô mais politizado, modestamente falando, mas as pessoas fogem disso, elas veem isso como um problema, como um estresse. [...] Não sei se porque eu não tinha experiência, como eu disse, política estudantil, não representava nenhum centro acadêmico, não representava nenhum movimento estudantil na Instituição e isso era um fator determinante pra eu não fazer isso. (Estudante 14)

A situação de desinteresse político relatada pelo Estudante 14 mostra a contradição existente nas instituições educacionais, que se propõem a preparar os indivíduos como cidadãos politicamente ativos, mas deparam-se com “um quadro de apatia política que atravessa a sociedade e se faz presente também nos diferentes níveis do ensino, ameaçando seu compromisso político” (BRZEZINSKI E SANTOS, 2015, p. 16). Conseqüentemente, esse cenário conduz à alienação política por parte de muitos cidadãos, que não foram preparados para se organizarem em defesa de seus direitos. Desse modo, ressaltamos o papel das entidades estudantis organizadas para alcançar a comunicação com os demais estudantes, conforme relatado pelos Estudantes 4 e 6:

Depois até tinha algum debate, alguma repercussão, né, dependendo do tema, a gente sempre levava lá pra diretoria do Grêmio, pros estudantes do Câmpus [...], e pros estudantes das outras representações estudantis que a gente tinha contato. A gente sempre fazia questão. (Estudante 4)

E, assim, o que mais eu sentia falta era a participação estudantil [...] Então, a gente geralmente recebia a pauta uns 15 dias antes e variava muito de qual seria a pauta da reunião pra ver se havia essa organização com outros estudantes ou não. Geralmente, a gente conversava com os grêmios estudantis no câmpus onde tinha os presidentes, que nós tínhamos contato, e tentava ver um posicionamento mais geral. Entretanto, isso não ocorria todas as vezes e muitas vezes, igual eu te falei antes, os alunos não tinham interesse em determinados assuntos. Se não fosse atingir eles de uma forma diretamente, eles realmente não participavam, não iam na reunião. Quando a gente convocava uma assembleia, eles não participavam. (Estudante 6)

A Estudante 8 afirmou que não tinha tempo de debater com seus pares os temas antes das reuniões. Mas, por vezes, também conversava com os colegas após

as reuniões. Explicou que, para debater os temas previamente, precisaria apresentá-los de forma muito estruturada e didática, já que os documentos eram muito formais.

Quando eu chegava a conversar com os alunos sobre os temas tratados nas pautas, já era o pós-reunião. Então, eu não tinha o prazo de trabalhar com os alunos antes a ideia do que que ia ser apresentado na reunião pra chegar na reunião com a opinião formada, assim, pela maioria, né, dos meus pares. Eu, como estudante, tenho que primeiro, né, representante dos estudantes, preciso ler todos os documentos pra mostrar pra eles, porque se eu esperar que eles leiam, pouquíssimos fariam isso, e apresentar pra eles de uma forma didática, né, até porque como os documentos são todos formais, a maioria não consegue, assim, assimilar na primeira leitura. [...] E aí, alguns eu até conseguia tratar em sala com alguns colegas de sala mesmo, mas outros... Eu me lembro de prestar contas, sim, sobre as reuniões, umas duas ou três vezes em reuniões pequenas, sabe, porque geralmente também não tem a participação de todos os estudantes do Câmpus, né? (Estudante 8)

Mais uma vez, podemos inferir na fala da Estudante 8 a contradição da instituição educacional que se propõe democrática. Como promover condição de debate e processos de gestão democráticos, sendo que o espaço para isso será quase sempre secundário no cotidiano da comunidade escolar? A participação no Conselho não faz parte da carga horária escolar dos estudantes, que já é, por si só, densa. Fica evidenciado que é preciso repensar as práticas de participação como parte integrante das práticas educativas. Conforme explica Paro (2016, p. 109), fala-se muito que a escola tem o objetivo de “preparo para o exercício da cidadania”, mas “é preciso também avançar muito no estabelecimento de parâmetros a respeito de qual tipo de educação escolar tem condições de atender a esses objetivos”.

Ainda sobre a experiência durante o mandato, ao serem questionados sobre como se sentiam ao pedir a palavra durante as reuniões, se sentiam algum tipo de tratamento diferenciado por parte dos demais conselheiros por serem estudantes, quatro dos participantes relataram que a recepção era satisfatória, que, com o tempo no mandato, sentiram-se mais à vontade para participar.

No início, eles até tinham um olhar assim “meu Deus, que esse aluno vai falar?”, porque, de forma geral, os alunos não têm uma visão da organização, né, então ficava naquela assim “ai, vai fazer um comentário inapropriado”. [...] Esse olhar estranho foi nas primeiras reuniões, mas assim, era estranho pra todo mundo, porque todo mundo era novato, né? [...] Então, eu falo que é como se eu conquistasse o direito da fala, né? (Estudante 1)

Eu não sentia dificuldade de tratamento, muito pelo contrário, eu até sentia uma abertura muito grande da gestão, nas reuniões, pra gente poder manifestar, paciência até, porque a gente tinha dificuldade de entendimento, nas discussões, então, do próprio Reitor [...]. O receio e, às vezes, a timidez que a gente tinha era por desconforto, mas por falta de experiência, e às vezes por vergonha até. (Estudante 4)

Havia uma equidade entre membros do conselho. Toda vez que a gente levava uma opinião, uma colocação, um ponto de vista, eles debatiam, viam se era possível, se era viável. Assim, todos, independente de ser estudante ou não, tinham voz ativa dentro do conselho, sabe, eles sempre ouviam, sempre eram bem receptivos. Nessa questão assim “ah, vamos discutir uma pauta aqui estudantil”, se nós estudantes levássemos uma colocação, era muito bem recebido. (Estudante 6)

Em todas as vezes que eu pude participar, sempre foi um tratamento assim como se de um professor para um aluno, né, pois eu deixei claro que era uma pessoa nova, e que eu estava ali querendo aprender e que eu queria executar da melhor forma possível. Então, todas as vezes que chegavam até mim algumas coisas, sempre foi de uma forma muito didática, muito tranquila, uma abordagem muito tranquila, né, nunca teve uma pressão, algo do tipo. (Estudante 19)

Todavia, dois egressos relataram que não se sentiam tão confortáveis, pois os demais conselheiros demonstravam pouco interesse na fala dos conselheiros “menos experientes”. Esses entrevistados descreveram a sensação de que ser estudante naquele espaço cheio de figuras de autoridades, que pertenciam à gestão e que eram mais experientes, colocava-os numa posição inferior na hierarquia de poder. Brzezinski e Santos (2015, p. 30) utilizam-se do pensamento de Bobbio para afirmar que esse jogo do poder ideológico se relaciona ao controle exercido por aqueles que possuem o controle de informações, no caso do conselho, os gestores, professores, e aqueles representantes da sociedade civil, que, na prática, podem utilizar desse conhecimento “para influenciar escolhas e comportamentos dos demais membros da sociedade, definindo objetivos e caminhos a serem percorridos por todos” (BRZEZINSKI E SANTOS, 2015, p. 30).

E eu também percebia, não sei se isso é coisa da cabeça da gente, na época, mas quando os alunos falavam, pouquíssimas pessoas davam atenção. [...] Eu fico pensando, eu tinha o quê, eu devia ter uns 19-20 anos, e o nível de conhecimento também, de certa forma é reduzido, porque a gente fica só ali naquele mundinho de estudar e não abre a visão para o que é mais sério, né? Que é o sistema interno, os processos que a Instituição tem, política demais da conta. (Estudante 8)

Sim, claro, óbvio (que me sentia desconfortável). Os servidores que são delegados, ou até os membros da sociedade civil eram pessoas de cargos, né, principalmente, da sociedade civil, eram cargos de influência política, né, como secretaria da educação, algum sindicato, né, então, eles já tinham conhecimento, já tinham relação ali com o Reitor, com os pró-reitores, então, tinha uma cordialidade entre eles, claro. [...] Tipo, eu tava com autoridades, né, estávamos com o Reitor, pró-reitor, pessoas experientes, pessoas vividas academicamente, cientificamente, creio também. E pessoas especialistas em suas áreas. Então, o aluno, quando ele se posicionava, era muito arriscado, porque, tipo, são pessoas que leem papel, só lemos papel, não temos experiência, a experiência prática do dia a dia, naquelas áreas. (Estudante 14)

As falas dos Estudantes 8 e 14 nos dão uma noção clara do quão intimidador o ambiente do Conselho pode ser, apesar de sua proposta de ser um espaço de deliberação democrático e participativo. Os próprios estudantes se viam como aqueles quem ficam “só ali naquele mundinho de estudar e não abre a visão para o que é mais sério”. Esse nivelamento mostra que o cientificismo e o positivismo tendem a tratar a política como uma questão técnica que

conduz a gestão da educação profissional a processos elitizados, a serem realizados por especialistas, que pela sua excelência seriam capazes de decidir o que é bom para toda a sociedade, independentemente das relações de classe, uma vez que o conhecimento, a partir de sua neutralidade, assegura aos cientistas um lugar social acima do bem e do mal; justifica-se, desta forma, a gestão por pares, ao melhor estilo das tecnoburocracias, em que a competência resulta do conhecimento (GRABOWSKI, 2014, p. 26).

A percepção do Estudante 14 de que os membros da sociedade civil, o Reitor e pró-reitores tinham domínio da situação, influência política, e que existia “uma cordialidade entre eles” explicita o que discutimos na seção 3.2, a respeito da quase paridade numérica entre o número de representantes externos e da gestão e os representantes dos segmentos da comunidade acadêmica (eleitos democraticamente em processo eleitoral ampliado). Nota-se que a desenvoltura apresentada pela Estudante 1, ao se manifestar sobre a falta de professor em seu curso, frente a representantes do MEC, questionando as ações da gestão, não é tão facilmente atingida por todos os estudantes.

Considerando, ainda, que na terceira e na quarta composições, às quais pertenciam os Estudantes 8 e 14, a Instituição, de certo modo, apesar de já haver superado sua fase de “expansão”, estando mais consolidada socialmente como Instituto Federal, não poderia perder de vista os objetivos educacionais de transformação social e emancipação da EPT. Os estudantes são os interessados, sua formação é o produto do trabalho desenvolvido na Instituição, portanto, a gestão deve contemplar a participação efetiva desses sujeitos nos espaços decisórios, que não podem servir à mero espaço de votação e concordância com a gestão.

5.3 Etapa 3 – Depois do mandato

A participação, segundo Lück (2011), não é um fim e sim um meio, importante não pela participação em si mesma, mas “pelos resultados que propicia e pelo desenvolvimento da rede de relações em vários âmbitos, que reforça o trabalho educacional e promove a vivência democrática” (Lück, 2011, p. 83). Tendo em vista essa concepção da participação como um meio para o trabalho educativo que a questão chave da entrevista foi se os estudantes consideram que a participação no Consup contribuiu para sua formação, e em que medida isso aconteceu; o que aprenderam, e como isso se mostra na sua atuação hoje em dia. Todos responderam que a participação contribuiu e influenciou na sua formação e em quem eles são hoje em dia, sobretudo, profissionalmente.

*Quando eu comecei a assumir outras funções na empresa, quando eu precisei ter uma visão de organizações, né, de empresas, de fluxos, de quem manda e quem obedece, vamos dizer assim. Por exemplo, na época, o reitor, ele era muito bom em contornar situações constrangedoras, era um ótimo mediador e eu aprendi muito com isso. **Essas mediações de conflito.** Essa ideia de “não vamos alterar os ânimos, não vamos perder o foco”. E isso mais pra frente, tipo, uns dois anos depois, que eu já tinha deixado o Conselho, eu falei “nossa, eu tenho essa visão, né, porque eu comecei a perceber que meus colegas de faculdade não tinham isso e que meus colegas de trabalho também não tinham essa visão. (Estudante 1, grifos nossos)*

*Hoje, assim, eu me formei em Direito, faço uma especialização em Direito Público e tô fazendo hoje a inscrição em um mestrado em Poder Legislativo. Então, isso influenciou e foi determinante, porque você passa a ter um **amadurecimento político** maior, conhecimento político maior, você passa a ter contato, né, com agentes políticos institucionais, e isso te abre portas, mas também te dá uma bagagem*

muito grande, né, uma bagagem política mesmo, de entendimento dos processos, de entendimento das discussões, de entendimento do funcionamento da Instituição, da participação política e da importância de participar politicamente. (Estudante 4, grifos nossos)

*O Consup me possibilitou ter experiências que se eu só tivesse ficado ali dentro da sala de aula, jamais eu teria vivenciado. [...] O Consup me fez, assim, **saber me comunicar** com as pessoas, como me portar perante diversas situações, né, foram experiências que hoje eu levo pra vida. [...] E hoje em dia, eu faço parte de partido político e pretendo ser candidato a vereador aqui no meu município. [...] O aluno que quer se desenvolver como pessoa, aumentar seu networking, **entender o funcionamento da Instituição**, os conselhos são os melhores lugares pra você poder se expressar, né, vale a pena toda participação. (Estudante 6, grifos nossos)*

*Minha formação pessoal é outra. Me considero uma **pessoa basicamente politizada**, não só no sentido social, mas no sentido acadêmico também, sabe. [...] **Aqui na Universidade [...], eu pretendo entrar em um CA, em um Diretório Acadêmico, né, participar das forças estudantis que tem e ver o que eu posso fazer pra contribuir**, pra melhorar, pra fortalecer os movimentos. [...] O que aprendi é que representatividade, ela é necessária, mas ela não é ideal. Nós colocamos pessoas supostamente capacitadas e empáticas com as causas, com as demandas, com as pautas das classes, das categorias. É engraçado que quando a gente fala disso, tá meio que se referindo à sociedade, né? Mas, é assim também na educação e eu vejo que a representatividade ainda deixa muito a desejar. A qualidade da representatividade, entende? (Estudante 14, grifos nossos)*

*Participar do conselho foi muito bom pra mim porque eu pude perceber que a política educacional, que precisa ser implementada no Brasil, etc., ela necessariamente tem que ter um alto rigor, em alguns aspectos, principalmente na questão burocrática [...]. E isso, eu pude perceber **que não é só de vontade política que as coisas são feitas, mas também de ações bem coordenadas e bem feitas**. Sem dúvida alguma, é algo que eu carrego pra minha vida inteira agora. Participar de um espaço tão privilegiado como foi o Consup me pode reafirmar algumas coisas que eu tenho comigo, né, algumas visões de mundo, que eu carrego comigo desde quando meio que me entendo por gente, que é principalmente da questão do **trabalhar no meio público, na área pública, ela exige muita dedicação, ela exige um comprometimento social. E principalmente, não buscar o benefício próprio**, sabe. (Estudante 19, grifos nossos)*

*Eu me habilitei a **ter uma visão mais crítica, eu conseguia passar informação, ter informação**, né, de uma forma bem diferente dos outros alunos, que não tinham acesso a esse vínculo institucional, sabe? [...] Então, a partir do Consup, **eu entrei, por exemplo, no***

Centro Acadêmico, a gente fundou o Centro Acadêmico, eu era a vice-presidente, fiquei no Consup basicamente até a minha formatura. [...] É muita influência, muita responsabilidade isso. Até porque **me desenvolvi como pessoa, né, na fala, na liberdade de expressão e no desenvolvimento assim, de conversa mesmo e **diálogo com outras pessoas**, tanto os meus pares quanto acima deles, porque a partir daí que eu fui reconhecer que eu precisava me desenvolver e eu não tinha essa visão até o momento. [...] Eu acredito que a minha visão hoje, claro que ajuda demais, o que eu consegui absorver de experiência e conhecimento no Consup, em todos os pontos. E uma delas, por exemplo, é o Centro Acadêmico, que eu tô liderando hoje o pessoal*, né, assim, liderando de certa forma eles precisam de uma orientação, sabe, os alunos, pra se manterem.** (Estudante 8, grifos nossos)

Os relatos dos estudantes mostram que a aprendizagem advinda da experiência de participação no Consup revela-se diretamente em suas vidas profissionais e até mesmo na continuidade da vida acadêmica. Percebemos que, para além da questão dos trâmites de documentos e processo burocráticos da Instituição, alguns dos principais aspectos formativos evidenciados nos depoimentos são: a postura mediadora diante de situações de conflito, a capacidade de comunicação e liderança, o trabalho em equipe em prol de um bem comum, o amadurecimento político e as escolhas profissionais.

Apesar de todas as dificuldades relatadas por alguns dos entrevistados, como a falta de incentivo, falta de tempo para se dedicar e falta de conhecimento prévio sobre os temas pautados, a experiência no Conselho foi significativa. As práticas ali presentes atingiram os objetivos de “despertar, influenciar e canalizar o desenvolvimento de potencialidades que ele, sujeito, traz dentro de si, tendo em vista fazer com que ele seja agente de transformações” (MACHADO, 2009, p. 9).

Dessa forma, conseguimos notar que a aprendizagem advinda da participação no Conselho abrangeu diversas dimensões da vida dos estudantes. Os aspectos formativos relatados não podem ser considerados práticas pedagógicas explícitas, mas contribuíram para que esses egressos fossem sujeitos do seu próprio processo de formação, tornando-se sujeitos críticos e mais capazes de participar de outros espaços políticos.

5.4 Etapa 4 – Reflexões dos Estudantes a partir de suas experiências de participação no Consup

Os relatos das percepções dos estudantes sobre a representação discente no Conselho Superior são muito importantes para que a Instituição possa refletir sobre o aperfeiçoamento do funcionamento desta instância colegiada. Sobre como a Instituição poderia agir para que a participação discente fosse mais efetiva, os participantes destacaram o incentivo por parte dos servidores, principalmente, professores nos câmpus com os alunos e destacaram também a importância de o interesse partir do próprio corpo discente.

De forma geral, a Instituição tem que ser muito parceira do aluno, ela tem que ver nesse aluno, nesse conselheiro, a chave pra ela conquistar as coisas. [...] O que que funciona: funciona o conjunto; o aluno por si só, ele ser colocado dentro de um Conselho, ele não faz a mínima ideia do que que ele pode contribuir, então ele precisa dessa mediação, ele precisa dessa orientação, ele precisa ser mediado, conduzido, ele precisa dessas conversas, senão, é desperdício, é desperdício de tempo pra todo mundo. (Estudante 1)

E isso era até um problema, era até uma das coisas que a gente discutia, porque boa parte dos professores não davam valor nisso e não incentivavam, muito pelo contrário, sabe, entendiam que aquilo atrapalhava e como de fato, atrapalhava. Porque, às vezes, você tinha que sair da aula, ou tinha que deixar alguma atividade, pra ir acompanhar uma reunião do conselho. (Estudante 4)

Lück (2011, p. 76-77) esclarece que situações como as relatadas pelo Estudante 4, em que os professores não incentivavam a participação, porque o aluno perdia aula, podem ser associadas a “uma falta de clareza do significado da participação [...]. O alargamento dessa consciência, associado ao desenvolvimento de competência técnica para colocá-la em prática, são condições fundamentais para que se possa construir uma cultura de participação efetiva na escola.”

Eu acho que talvez uma campanha da Instituição, do Conselho, no sentido de conscientizar os servidores, os professores, da importância da participação política dos estudantes, né, nesse conselho, e até de tentar fazer, tentar tirar algum proveito disciplinar, didático, da formação acadêmica nisso, eu acho que é interessante de se fazer e é até uma sugestão que eu deixo. [...] E não só o Conselho Superior, mas as instâncias dos câmpus também, o conselho de cada câmpus, e as instâncias de participação política mesmo, dentro da instituição. Se a gente preservar isso nas instituições, a gente preserva a

democracia no geral, porque quando a gente fala em democracia, em instâncias de representação e de participação política, a gente só pensa em parlamentar, em deputado, em prefeito, em presidente, e não é, né? Democracia começa na instituição, no espaço que a gente ocupa. (Estudante 4)

Como é que o estudante vai se interessar por política? Porque é política, né? A educação é feita de políticas, né? Pessoas interessadas na educação. Como é que um estudante vai se interessar por política educacional se ele nunca foi estimulado a isso? [...] o desafio é você conseguir chamar atenção dessas pessoas que nunca foram favorecidas, né, pela politização, por essa instrução tão segregada em nossa sociedade. (Estudante 14)

Não sei se tem alguma coisa que realmente pudesse ser feito. Porque todos os processos, tudo, todas as documentações, todas as informações necessárias que as pessoas precisam ter pra poder saber a respeito do que acontece no Conselho e etc., elas são amplamente divulgadas em todos os canais oficiais de comunicação do IF [...]. Então, acredito que parte mesmo da vontade do estudante de querer acompanhar a vida institucional. (Estudante 19)

Com essas últimas reflexões dos entrevistados, entendemos que é necessário promover condições para que essa atuação (participação) seja efetiva, para que os estudantes se sintam mais confortáveis e seguros de que o espaço que ocupam em uma instância colegiada, como é o caso do Conselho Superior, não seja apenas uma representação passiva, mas que eles possam contribuir verdadeiramente nas discussões e nas deliberações em torno das finalidades e dos objetivos institucionais – que envolvem justamente a formação desses estudantes. O colegiado em si deve refletir o processo democrático de gestão em suas práticas, proporcionando aos seus conselheiros uma participação consciente, cooperativa e efetivamente democrática. Além disso, é preciso também envolvimento do corpo docente, em especial, como mediadores da conscientização sobre a participação dos estudantes nos espaços decisórios instituídos.

6. PRODUTO EDUCACIONAL

Nos Programas de Mestrado Profissional, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) indica que, além da Dissertação, para obtenção do título de mestre, o pesquisador também desenvolva, a partir de sua pesquisa científica, um produto educacional. Segundo o Relatório de Avaliação da Área de Ensino da CAPES, os Produtos Educacionais podem ser de vários tipos: mídias educacionais; protótipos educacionais e materiais para atividades experimentais; propostas de ensino; material textual (livros didáticos ou paradidáticos e outros); materiais interativos; atividades de extensão (cursos, oficinas e outros), além do desenvolvimento de aplicativos (CAPES, 2017).

Considerando que a pesquisa e o conhecimento desenvolvidos no Mestrado Profissional devem ser direcionados para a prática, para o aprimoramento das ações e dos espaços educativos, conforme previsto no Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), como última etapa deste estudo, construímos um projeto de produto educacional que pode ter aplicabilidade imediata e posterior, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino da CAPES.

Ainda, de acordo com a análise das entrevistas com os ex-conselheiros, percebemos que a alegação de desconhecimento sobre a estrutura organizacional da Instituição e do próprio funcionamento do Conselho, antes de iniciar o mandato, era comum a quase todos eles. Propusemos, assim, uma Oficina Pedagógica para os estudantes do IFG, que fazem parte de algum conselho institucional, visando ampliar o conhecimento sobre o funcionamento da Instituição, dos conselhos institucionais e da representação estudantil em órgãos colegiados. A Oficina para os atuais conselheiros discentes do Consup, com possibilidade de participação também dos conselheiros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepex) e dos conselhos departamentais dos diversos câmpus do IFG, visou ampliar o conhecimento sobre o funcionamento da Instituição, dos órgãos colegiados institucionais e do papel da representação estudantil.

Objetiva-se que a Oficina Pedagógica seja replicada a cada nova composição dos conselhos, bienalmente, para que os estudantes interessados em atuarem como conselheiros tenham à sua disposição a oportunidade de conhecer as características

da gestão, assim como as formas de intervenção nela, aprimorando sua capacidade de atuar como representantes discentes.

O objetivo geral da Oficina Pedagógica é contribuir para que os discentes reflitam sobre sua representação no Consup (e demais órgãos colegiados) com mais ciência de seu papel e mais compreensão sobre a estrutura da Instituição. Assim, a partir dessa atividade, pretende-se contribuir não somente para a efetivação de uma gestão democrática e participativa, como também para a formação da consciência política emancipatória dos estudantes.

Entre os objetivos específicos da Oficina Pedagógica, pretendemos proporcionar aos estudantes participantes oportunidade de:

- a) Conhecer a estrutura organizacional do IFG (gestão e seus setores);
- b) Conhecer os documentos basilares e normativos da Instituição (Estatuto, Regimento Geral, PDI, PPPI, Relatório de Gestão, resoluções, portarias) e os trâmites de construção desses documentos;
- c) Compreender a estrutura e o funcionamento dos conselhos consultivos e deliberativos (Conselho Departamental, Conselho de Câmpus, Conepex, Consup) do IFG;
- d) Debater sobre a participação e a representação discente no IFG (noções de gestão democrática, importância e formas de participação, aprendizagem nos espaços colegiados, participação efetiva); e
- e) Construir novas propostas para efetivação da participação estudantil, a serem apresentadas à Instituição.

Na primeira experiência de execução, desenvolvida em outubro de 2020, além da pesquisadora e de seu orientador, para conduzirem as atividades da Oficina, intitulada “Participação discente nos Conselhos do IFG como processo formativo: debate sobre a estrutura institucional de gestão”, de forma voluntária, foram convidados ex-conselheiros do Consup que, de acordo com a análise das atas de reuniões do período de 2010 a 2019, tiveram participação efetiva no Conselho, entre discentes, docentes e técnicos administrativos. Aceitaram o convite para contribuir com a condução da Oficina, voluntariamente, dois estudantes egressos, três servidores técnico-administrativos, e uma servidora docente.

Para participar dessa primeira experiência da Oficina Pedagógica proposta, convidamos os atuais conselheiros discentes, titulares e suplentes, do Consup, do Conepex, dos conselhos departamentais dos câmpus do IFG, além de alguns representantes de turma. Ressaltamos que foram convidados, via e-mail, os 12 conselheiros do Consup (6 titulares e 6 suplentes)¹⁵, os 10 conselheiros do Conepex (6 titulares e 4 suplentes), e, ainda, cerca de 80 conselheiros dos diversos conselhos departamentais dos 14 câmpus do IFG.

Considerando a situação de Pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde neste ano de 2020, que resultou em situação de suspensão das aulas presenciais, trazendo a necessidade de que as atividades escolares passassem a ser realizadas de forma remota, o Projeto de Oficina foi adaptado para atender à demanda dessa nova realidade. Dessa forma, a Oficina ocorreu virtualmente, por meio de plataforma digital.

A execução da Oficina aconteceu em uma etapa, sendo um encontro virtual de aproximadamente 4 horas, via plataforma Google Meet, no dia 16 de outubro de 2020. Iniciou-se com uma breve apresentação do percurso da pesquisa que levou ao desenvolvimento deste Produto, pela pesquisadora, que também compartilhou alguns dados levantados na pesquisa documental e na entrevista com os ex-conselheiros, como o percentual de participação de discentes por câmpus durante o período analisado (2010-2019) e alguns trechos importantes das falas coletadas durante as entrevistas com os ex-conselheiros. Em seguida, os ministrantes convidados conduziram o debate sobre os temas elencados na Programação. Como última etapa da atividade, houve um momento de perguntas dos participantes para os ministrantes, com troca de experiências e também de impressões acerca dos temas levantados durante a tarde. Após a realização da Oficina, foi enviado um formulário de avaliação para os participantes e ministrantes, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ser assinado.

O processo de acesso aos estudantes do IFG que são membros dos diversos conselhos institucionais para convidá-los para essa atividade mostrou-se dificultoso no sentido de encontrarmos interesse e disponibilidade por parte deles. Dos cerca de 100 estudantes convidados, recebemos respostas de confirmação de participação de

¹⁵ A partir da quinta composição do Consup, iniciada em dezembro de 2019, além dos cinco titulares e cinco suplentes eleitos, há um representante discente, com seu respectivo suplente, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

24. Desses 24 confirmados, apenas 13 estiveram presentes na sala virtual da Oficina, sendo: 3 membros do Consup, 3 membros do Conepex, 5 membros de conselhos departamentais de câmpus e 2 membros de um conselho de representantes de turma.

Entre as justificativas de alguns dos estudantes convidados que não puderam participar, recebemos relatos de que estavam com excesso de atividades acadêmicas e laborais nesse período. Ressalta-se que a circunstância vivenciada neste momento de pandemia (Covid-19) e isolamento social é atípica e muitas pessoas estão trabalhando e estudando em suas casas, muitas vezes sobrepondo esses afazeres com as demandas domésticas e familiares, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, tornando-se, portanto, compreensível a dificuldade de acompanhar todas as atividades extracurriculares ofertadas. A mesma lógica pode ser aplicada à justificativa de outros ex-conselheiros que foram convidados para ministrarem a Oficina, sobretudo os docentes, que lidam com a novidade do ensino remoto emergencial.

Por outro lado, a maioria dos estudantes convidados não responderam ao e-mail com o convite para a Oficina. Como alguns desses estudantes foram também contatados por *Whatsapp*, para reforço do convite, notamos que mesmo tratando-se de “participação discente em conselhos do IFG”, o assunto do e-mail passou despercebido por eles. Recebemos com certa surpresa alegações como: “*Eu vi o e-mail, mas não li. Do que se trata?*”, pois todos os estudantes convidados eram, na ocasião, membros de algum conselho do IFG, ou seja, possivelmente estariam interessados no tema. Destaca-se, entretanto, que nem todos os estudantes convidados agiram com indiferença, e prontamente aceitaram o convite para participar da Oficina Pedagógica.

Quanto aos ministrantes, após aceitarem o convite, realizamos uma reunião para definir a metodologia e as temáticas a serem trabalhadas durante a atividade. O entusiasmo do Ministrante 1 ficou evidente, que ao iniciar a sua parte na atividade da Oficina, fez uma citação do escritor João Ubaldo Ribeiro para refletir sobre a questão da participação política:

[...] a presença da Política em nossa existência desafia qualquer tentativa de enumeração. Porque tudo pode – e deve, a depender do caso – ser visto de um ponto de vista político. É impossível que fujamos da Política. É possível, obviamente, que desliguemos a televisão se nos aparecer algum político dizendo algo que não estamos interessados em ouvir. Isto, porém, não nos torna “apolíticos”, como tanta gente gosta de falar. Torna-nos, sim, indiferentes e, em última análise, ajuda a que o homem que está na televisão consiga o que quer, já que não nos opomos a ele. O problema é que, por

ignorância ou apatia, às vezes pensamos que estamos sendo indiferentes, mas na verdade estamos fazendo o que nos convém. (RIBEIRO, 1998, p. 4).

Ao citar essas palavras de João Ubaldo Ribeiro, o Ministrante 1 o fez para ilustrar o posicionamento que defendeu em sua fala, mostrando aos participantes que as ações nos conselhos são ações políticas, ressaltando que não se pode confundir a concepção de democracia com o mero processo de votação ou de legitimação da vontade dos gestores. E para debater sobre a estrutura da Instituição, esclareceu que os diversos setores e departamentos do IFG, devido ao dimensionamento institucional, tratam de assuntos específicos, diferentemente de uma simples “secretaria escolar”, como no quesito referente ao tripé ensino-pesquisa-extensão. Nesse sentido, o Ministrante 1 demonstrou a equivalência entre a estrutura “micro” do câmpus e a estrutura “macro” da Reitoria.

Para tratar dos documentos basilares da Instituição, a Ministrante 2 mostrou a importância de se analisar minuciosamente cada parte das minutas de documentos que estão sendo debatidos no âmbito dos conselhos, pois cada palavra faz diferença na execução das normativas. Foi levado ao debate também a hierarquia dos documentos basilares da Instituição, como o Estatuto sendo o documento máximo, seguido do Regimento Geral, o PDI e o PPPI.

A Ministrante 3 apresentou aos participantes as diferenças de finalidade e de funcionamento de cada conselho nos câmpus do IFG, o Conselho Departamental e Conselho de Câmpus. Sobre a dinâmica de cada conselho, esclareceu sobre a importância da conexão que existe entre eles, porque muitos assuntos precisam passar por diversas instâncias, e assim, pareceres e atas de um conselho serão levados a outro conselho de hierarquia superior.

O Ministrante 4 explicou a diferença entre os dois maiores conselhos da instituição – o Conepex e o Consup, e ressaltou a importância de os conselheiros prepararem-se para cada reunião, para chegar com as propostas qualificadas, sendo capaz de debater, com conhecimento da lei que embasa cada assunto, para participar efetivamente e com qualidade. Debateu-se sobre o fato de que o IFG possui cinco vagas para estudantes no Consup além de uma vaga para representante no DCE, e comparativamente como outros institutos, essa é uma representação bastante significativa.

O Ministrante 5 (Estudante 4) compartilhou sua experiência como representante discente no Consup, ressaltando que foi especialmente importante por ter acontecido durante o período de implantação de novos câmpus. Expressou que era necessário que os departamentos de áreas acadêmicas dos câmpus tivessem uma coordenação para tratamento alternativo para os alunos conselheiros, em relação às aulas e à frequência, para viabilizar a participação nas reuniões. Sobre haver um declínio dos estudantes no final dos mandatos, opinou que é parte do processo acadêmico dos estudantes, que vão se aproximando da sua formatura, trabalho, primeiro emprego, etc., e assim, o vínculo com a instituição vai se perdendo – considerando isso um processo natural e que pode ser um problema, pois viveu isso e viu outros colegas vivenciando também. Ainda, contou que percebia a falta de provocação e consciência política estudantil: “é importante criar uma atmosfera para esse debate, inclusive em sala de aula; é preciso debater o câmpus, promover conferências gerais com a comunidade” (Estudante 4).

A Ministrante 6 (Estudante 1) também compartilhou algumas de suas experiências vividas quando era conselheira e esclareceu que sua participação a fez enxergar a Instituição como um organismo, que não é feita pela vontade de uma pessoa só, mas do conjunto. Retomou sobre a importância de ter um olhar minucioso sobre os documentos, pois muitos chegam em “caráter emergencial” para serem aprovados, principalmente no contexto de expansão aligeirada da Rede Federal.

Esses e outros diversos depoimentos e troca de experiências chamaram a atenção dos estudantes participantes da Oficina, que aproveitaram para expressar como estão lidando com a condição de conselheiros e também para relatar a situação em seus câmpus, em especial os recém-implantados, que enfrentaram e ainda enfrentam precariedade em sua estrutura. Debateu-se sobre a vontade dos estudantes de lutarem por melhorias estruturais em todos os câmpus. Um dos estudantes participantes lembrou a importância dos movimentos estudantis e que eles deveriam interagir mais com os conselhos. Outra participante relatou que participa de vários conselhos devido a não haver outros estudantes interessados.

Após a realização da Oficina, enviamos um formulário de avaliação para os estudantes participantes. Nessa avaliação, os estudantes responderam, de forma voluntária e anônima, sobre sua relação com os documentos normativos, sobre a compreensão a respeito de cada conselho, sobre a percepção após a Oficina. As

respostas demonstraram que os estudantes não encontravam dificuldades em lidar com os documentos institucionais, mas que não tinham clara concepção sobre o papel de cada conselho, o que deve ser levado em consideração na próxima execução da Oficina.

Em resposta à avaliação, os estudantes participantes da Oficina alegaram também que o debate com os ministrantes trouxe um pouco de alívio por verem que os outros conselheiros, inclusive representantes das categorias dos servidores, também passam e passaram por desconforto e intimidação ao participarem das reuniões. Todos os respondentes afirmaram que, desde que ingressaram como estudantes no IFG, nunca haviam participado de alguma aula, oficina, debate, palestra, etc., que abordasse os temas semelhantes aos tratados nessa Oficina. Os respondentes consideram que esse tipo de atividade deve continuar sendo executado com os futuros conselheiros discentes, e que a participação de estudantes em oficinas (ou outras atividades semelhantes) de formação sobre a estrutura e o funcionamento do IFG podem incentivar bastante a prática de representação do segmento estudantil em conselhos da Instituição.

Após participar da Oficina, os ministrantes também responderam, anonimamente, a um formulário de avaliação. Afirmaram que também adquiriram conhecimentos novos e relevantes sobre os conselhos do IFG, portanto, a aprendizagem foi construída bilateralmente. Relataram perceber que atividades formativas como a Oficina são necessárias para o preparo dos conselheiros para ocuparem seus espaços de representação com mais consciência.

A realização da Oficina de maneira remota possibilitou o debate sobre a real vivência dos conselheiros de vários segmentos em seu papel de representante de cada categoria. Os relatos de experiências dos ministrantes mostraram que os representantes dos servidores docentes e técnico-administrativos, assim como relatado pelos estudantes egressos entrevistados, sentem-se intimidados e constrangidos nos momentos de tomadas de fala, nas situações de discussão durante as reuniões dos conselhos, sobretudo, do Conselho Superior. Especificamente no Consup, os representantes das categorias se sentem minoria, pois há vários representantes externos e apoiadores da gestão. Além disso, alegaram que há corporativismo e que os representantes externos à Instituição votam com a gestão – seja porque não tiveram tempo de ler os documentos, seja porque não querem

contrariar a gestão. Esse fato nos alude ao jogo de poder explícito nesse espaço. Os participantes e ministrantes da Oficina concluíram que a ocupação desse espaço é extremamente necessária e requer coragem. E esse espaço que foi duramente conquistado, apesar de intimidador, deve ser usado e ocupado.

Assim como relatado pelos conselheiros egressos respondentes das entrevistas, na Seção 5, outro assunto abordado por parte dos ministrantes durante o debate foi o fato de que no espaço do Conselho aprenderam muito sobre o funcionamento da Instituição, e sobre como argumentar e convencer o outro, sobre negociação, aproximação com os outros conselheiros. Debateu-se ainda sobre como é trabalhoso ler e entender todos os documentos pautados.

“Democracia é um processo trabalhoso” (Ministrante 2). Assim, durante a realização da Oficina, os participantes e ministrantes concluíram que a existência dos conselhos é a primeira parte no processo democrático, ela não garante a democracia em si. A Instituição deve viabilizar a participação efetiva de todos os segmentos, para além da sua existência para mero cumprimento da lei.

Essa primeira experiência de Oficina demonstrou que os ministrantes se sentiram mais inclinados a usar este espaço pedagógico para relatar experiências como conselheiros do que para expor um conteúdo programado. Como resultado, isso levou mais interesse aos alunos que participaram, pois eles se identificaram com as situações expostas e puderam compreender melhor certos trâmites por meio de exemplos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que as instituições educativas constituem ambientes de vivência e interação entre os diferentes segmentos da comunidade acadêmica, elas se tornam também espaços de disputas e contradições. Segundo Paro (2016), o produto do trabalho pedagógico desse tipo de instituição não se restringe ao ato de aprender, pois o educando “se transforma nesse processo”, de acordo com sua especificidade humana, participando ativamente, enquanto ser histórico (PARO, 2016, p. 41).

Como este estudo está ambientado no contexto da EPT na RFEPCT, que pretende promover uma educação integral (inteira) como projeto de emancipação humana (Ramos, 2008), percebemos que a atuação dos estudantes nos espaços colegiados, onde são construídas as políticas educacionais, constitui-se como prática potencialmente formativa e emancipatória.

No contexto dos colegiados das instituições educativas, a participação representativa não significa apenas a delegação de poderes a alguém para agir em seu nome. A participação implica trabalho conjunto na execução e definição de propostas definidas, bem como compromisso com os objetivos institucionais e responsabilidade pelos resultados desejados. Deste modo, a participação de estudantes em atividades institucionais para além das práticas pedagógicas específicas em sua área de formação profissional pode promover o desenvolvimento do ser humano como ser social (cidadão) e contribuir com a transformação da instituição em um espaço cada vez mais democrático.

Assim, ao longo deste trabalho, buscamos responder de que forma os representantes discentes do Consup ocupam o Conselho como espaço de possibilidades de práticas educativas que contribuem para sua formação integral. No levantamento de como o IFG está estruturado conforme suas normativas, em especial o Conselho Superior, percebemos que sua simples existência, conforme prevê a lei, não garante, por si só, a democracia, tampouco a previsão da prática de representação garante a participação ativa e efetiva de estudantes nas suas instâncias deliberativas. A Instituição pode colaborar para melhorar a participação efetiva dos estudantes em órgãos colegiados, à medida em que são desenvolvidas metodologias que possibilitem maior motivação e envolvimento desses sujeitos, para

que ponham as suas experiências estudantis à serviço da comunidade educativa, como parte de sua formação para a participação da vida social.

Além de o Consup ser formado em grande parte por membros indicados por entidades externas e por gestores, percebemos outros pontos frágeis em seu funcionamento, que impedem uma participação eficaz e motivadora dos estudantes. Destacamos que a própria forma de organização e funcionamento das reuniões do Conselho nem sempre atende às especificidades das demandas dos estudantes. O pouco tempo disponível para o estudo de pautas longas e densas, que trazem a necessidade de análise aprofundada, dificulta a leitura detalhada dos documentos a serem discutidos e o compartilhamento dos temas pautados com seus pares (a comunidade estudantil).

Mas ao refletirmos se o curto tempo entre a convocação/envio da pauta e as reuniões fosse estendido para um período maior (que dez dias), os conselheiros fariam esse estudo profundo e chegariam mais preparados para debaterem todos os temas com segurança e propriedade, de acordo com o que os dados da pesquisa revelam, o tempo não se apresenta como único fator limitante da participação dos estudantes nas reuniões do Consup. Notamos que há uma necessidade de formação política e de conhecimento mais aprofundado do funcionamento das instâncias da Instituição para possibilitar a participação efetiva dos estudantes. Estar em um conselho representando uma categoria, para debater e deliberar sobre os principais temas que regem a Instituição é um fazer político, que exige preparação. Sobre as responsabilidades advindas da participação em reuniões como as de conselhos, Dallari (2004, p. 70) afirma que

é necessário dar consequência às reuniões, ou seja, os participantes devem sentir que houve algum proveito, que em conjunto fizeram melhor do que fariam sozinhos e que as decisões que tiverem tomado terão resultado prático. É preciso considerar também que a participação em reuniões sempre exige que os participantes empreguem nisso o tempo que poderia ser utilizado em outra atividade, podendo mesmo ocorrer que essa outra fique prejudicada.

Percebemos também que existe a necessidade de outros espaços de trocas e debates, entre gestores e estudantes, mas sobretudo entre os próprios estudantes. Ficou evidente a importância das entidades estudantis, como grêmios, centros acadêmicos, e mais recentemente, no caso do IFG, do Diretório Central dos

Estudantes (DCE), como fortalecedoras desse diálogo. Os estudantes entrevistados que haviam passado por experiências anteriores nessas entidades, relataram ter encontrado mais facilidade para lidar com os trâmites da representação ao chegarem ao Conselho. Consideramos, portanto, que as entidades estudantis poderiam estar à frente da busca pela formação política dos estudantes¹⁶, como espaços que podem possibilitar o debate sobre as instâncias da Instituição, seus regulamentos e o seu próprio funcionamento. Ademais, o próprio Consup também pode exercer essa função de contribuir com a formação de estudantes, a partir da proposição de estudos que tratam de temas relacionados ao conhecimento do funcionamento do IFG, como Instituição educativa.

As percepções apresentadas pelos ex-conselheiros nas entrevistas nos mostraram também quais foram os tipos de aprendizagens mais relevantes, a partir da experiência de participar do Consup. Considerando os relatos, podemos afirmar que a participação trouxe emancipação política para alguns conselheiros, que relataram sentir-se mais seguros e motivados para participar de outras organizações colegiadas em suas vidas acadêmicas, além de ter outra perspectiva mais ampliada em circunstâncias profissionais e, até mesmo, na política partidária. E política é uma prática educativa, na qual a participação pode estimular o protagonismo estudantil no desenvolvimento pessoal e institucional.

Os relatos demonstraram também que a maior aprendizagem se refere ao próprio fazer político, no sentido de como relacionar-se, lidar com conflitos e adversidades em situações de debates profissionais, discutir ideias (e não com pessoas), e ouvir e defender um posicionamento. Podemos deduzir que o Conselho promoveu o desenvolvimento cognitivo e a consciência crítica. Essa experiência, portanto, no sentido da prática social mais ampliada, permitiu o desenvolvimento pessoal dos sujeitos.

Dessa forma, notamos que a consciência democrática se aprende principalmente na prática, e estar no Conselho faz com que os estudantes se sintam

¹⁶ Como já destacado, a quinta composição do Consup, que tomou posse em dezembro de 2019, conta com a representação de estudante indicado pelo DCE. Percebemos, no decorrer do ano de 2020, que a existência dessa entidade na Instituição tem feito bastante diferença no atual cenário de envolvimento estudantil, sobretudo se considerarmos que esse ano trouxe intensos debates da Instituição com os estudantes (e com toda a comunidade), a fim de encontrar meios viáveis de manutenção de atividades acadêmicas em meio à pandemia da Covid-19.

parte integrante da gestão. Na relação com os demais conselheiros, aprende-se que participar exige compromisso, responsabilidade, engajamento.

Identificamos também a influência dos educadores no processo de interesse e motivação dos estudantes em relação ao Conselho. Os resultados da pesquisa, a partir dos relatos nas entrevistas, evidenciam que alguns estudantes decidiram participar do Consup a partir de incentivos de alguns de seus professores. Quando professores e técnicos-administrativos compreendem a importância do envolvimento e da participação discente nos espaços democráticos de gestão, cultiva-se o envolvimento dos estudantes com o acesso e o funcionamento das instâncias de participação, em busca de uma gestão democrática.

Nesse sentido, a proposta de Oficina Pedagógica mostrou-se um meio viável para atingir o objetivo de despertar interesse e também compreensão sobre o funcionamento da Instituição, além de demonstrar como os estudantes podem fazer parte dos conselhos, de forma crítica e consciente, gerando a condição de pertencimento e contribuindo para a prática da gestão democrática.

A realização da primeira experiência do nosso projeto de Oficina, com ex-conselheiros dos três segmentos da comunidade acadêmica como ministrantes, mostrou que os docentes e técnicos-administrativos também têm dificuldade de entender o funcionamento da Instituição, e que só aprendem sobre as suas nuances com o tempo. Esse tempo não existe para os estudantes, que permanecem, em média de três a quatro anos na Instituição, portanto, é natural que tenham mais dificuldade de compreender todos os processos.

O desenvolvimento deste estudo, desde o levantamento do problema e a enumeração dos objetivos e da metodologia, passando pelo estudo do referencial teórico, pela análise dos documentos institucionais e das atas, em seguida, pela realização das entrevistas com os ex-conselheiros e, finalmente, executando o projeto de Oficina Pedagógica como Produto Educacional, teve essas duas últimas etapas como as mais ricas e intensamente experienciadas pela pesquisadora. O processo de escuta foi, indubitavelmente, enriquecedor e esclarecedor, pois, na rotina diária de quem trabalha na Reitoria do IFG, acompanhando as reuniões do Consup de perto, porém, somente do ponto de vista de quem assiste e atua na sua organização, nunca foi possível saber dos estudantes o que eles realmente estavam fazendo ali, aprendendo, ou não, naquela mesa de debatedores “mais experientes” e usualmente,

“mais velhos” que eles. E a realização da Oficina mostrou que aquilo que os discentes realmente querem e precisam é ser ouvidos e, também, mediados para o melhor entendimento e a melhor ocupação dos espaços do IFG.

Para investigações futuras sobre os assuntos trabalhados nesta pesquisa, ficam como lacunas a investigação sobre a metodologia de funcionamento dos conselhos, e como ela poderia ser alterada para possibilitar que os estudantes realmente participem desses espaços, como parte integrante de seu processo formativo, para fazer valer os interesses educacionais de uma Instituição comprometida com a formação emancipatória e integral. Além disso, notamos o imperativo de que toda a comunidade acadêmica, não só a discente, necessita de espaços formativos acerca das formas de participação na organização e na gestão por meio de espaços colegiados.

É preciso fazer da participação uma arena para a democracia real e não apenas um processo de votação que satisfaz a vontade dos gestores. É necessário promover condições para que essa atuação (participação) seja efetiva, para que os estudantes se sintam mais confortáveis e seguros de que o espaço que ocupam em um conselho não seja apenas uma representação passiva, mas que eles possam contribuir verdadeiramente nas discussões e nas deliberações em torno das finalidades e dos objetivos institucionais – que envolvem justamente a formação desses estudantes. O colegiado em si também deve refletir o processo democrático de gestão em suas práticas, proporcionando aos seus conselheiros uma participação consciente, cooperativa e não autoritária.

O conselho pode ser uma soma de conhecimentos dos seus representantes e representados quando busca traduzir práticas do processo de democratização. Daí a importância de que os representantes de todas as instâncias e segmentos dos colegiados das instituições que adotam o princípio da gestão democrática passem pelo processo de eleição por seus representados e não sejam meramente indicados. Do contrário, corre-se o risco de perder a legitimidade da representação política.

Entendemos, portanto, que o trabalho de participação e representação política de estudantes em órgãos colegiados constitui práticas educativas complexas e não explícitas que impõem responsabilidades institucionais e sociais tanto para representantes como para o coletivo de representados. Isso ocorre porque a participação política e a fragilidade de seu exercício nas instâncias de representação

interferem diretamente na formulação de políticas e no desenvolvimento da Instituição como um todo. Trata-se, neste processo, da corresponsabilidade entre a Instituição e os representantes estudantis e seus representados, para que as práticas educativas possam permitir o fortalecimento da qualidade do exercício de seus direitos e no cumprimento de seus deveres.

Assim, compreendemos que uma instituição educativa não apenas prepara estudantes para a sua vida profissional, mas, sobretudo, organiza a atividade intelectual desses sujeitos no conjunto da vida social. Nesse sentido, as práticas político-pedagógicas que visam dar voz aos estudantes em instâncias colegiadas possibilitam a esses sujeitos o exercício do diálogo democrático, como práticas necessárias à formação para a cidadania.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, v. 52, n. 38, p. 61-80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/viewFile/7956/5723>. Acesso em 27 jan. 2020.
- ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. Referências sobre práticas formativas em Educação Profissional: o velho travestido de novo ante o efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 51-63, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/download/218/201>. Acesso em 2 dez. 2019.
- AZEVEDO, J. M. L. **A educação como política pública**. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2001.
- BARBOSA, W. Perspectivas e possibilidades de Construção do IFG. *In*. BARBOSA, W., SOUSA, R. R., MORAIS, M. R. S. R. **Instituto Federal de Goiás: História, reconfigurações e perspectivas**. Goiânia: Editora IFG, v. 3, 2016. p. 27-59.
- BESSA M. N., AMORIM W. M., FILHO S. A. C. Redistribuição dos poderes no Espaço Social da escola Enfermagem Alfredo Pinto pela enunciação do discurso do diretório estudantil (1955). **Revista de Pesquisa: Cuidado é fundamental**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 217-233, 2009. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/382/339>. Acesso em 5 mar. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**: Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1909. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-norma-pe.html>. Acesso em 14 jan. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 1971. (Revogada)
- BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Edições Técnicas, 2011.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, Presidência da República, 2004.
- BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de

Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República, 2008.

BRZEZINSKI, I.; SANTOS, C. A. **Sentido e Significados da Política**. Ação e liberdade. Brasília: Liber Livro, 2015.

CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). **Relatório de Avaliação da Área de Ensino da CAPES para o Quadriênio 2017-2018**. Disponível em: <https://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrienal-2017/20122017-ENSINO-quadrienal.pdf>. Acesso em 11 set. 2019.

CARDOZO, R. M. D. **Gestão participativa na educação profissional e tecnológica: o papel do Conselho Diretor**: um estudo do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais Campus Salinas - MG. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CATANI, A. M; OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F; Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 75, p. 67-83, ago./2001.

CHIZZOTTI, A. **A Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Revista Portuguesa de Educação. Universidade do Minho, vol. 16, n. 2. Braga, Portugal, p. 221-236, 2003. Disponível em: http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/Pesquisa_Qualitativa_em_Ciencias_Sociais_e_Humanas_-_Evolucoes_e_Desafios_1_.pdf. Acesso em 10 set. 2020.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo. Cortez, 2013.

CIAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*. FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M.; RAMOS; M. N. **Ensino Médio Integrado**: concepção e contradições. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GAMBOA, S. S. **Pesquisa em Educação**: métodos e epistemologias. 2 ed. Chapecó: Argos, 2012.

GRABOWSKI, G. Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica. **Coleção formação pedagógica**, Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 6, 2014.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GOHN. M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação de políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000100003. Acesso em 16 abr. 2020.

PRODUTO EDUCACIONAL

PARTICIPAÇÃO DISCENTE NOS CONSELHOS DO IFG COMO PROCESSO FORMATIVO:

**OFICINA PEDAGÓGICA SOBRE ESTRUTURA
INSTITUCIONAL DE GESTÃO**



FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA

WANDERLEY AZEVEDO DE BRITO

2021

FICHA TÉCNICA

INSTITUIÇÃO E PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Anápolis

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO, LINHA DE PESQUISA E ORIENTAÇÃO

Área de Concentração: Educação Profissional e Tecnológica.

Linha de Pesquisa: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Azevedo de Brito

PRODUTO EDUCACIONAL

Produto Educacional vinculado à Dissertação “Representação estudantil em órgãos colegiados: práticas educativas no Conselho Superior do IFG”

Edição, revisão e diagramação de texto: Fernanda Eline de Oliveira e Wanderley Azevedo de Brito

Disponibilidade: Irrestrita, com proibição do uso comercial e preservação dos direitos autorais

Divulgação: em formato digital

CAPA

Ilustração: Guilherme Hiroki Tsujii

1ª edição – E-book – dezembro, 2020

ISBN: 978-65-00-17543-1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

OLIVEIRA, Fernanda Eline de

O48p Participação discente nos conselhos do IFG como processo formativo: oficina pedagógica sobre a estrutura institucional de gestão. / Fernanda Eline de Oliveira, Wanderley Azevedo de Brito -- Anápolis: IFG, 2021.

26 p. : il. color.

ISBN: 978-65-00-17543-1

Produto Técnico/Tecnológico (Mestrado) – IFG – Câmpus Anápolis, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, 2021.

1. Participação discente – Conselhos do IFG. 2. Processo formativo. 3. Oficina pedagógica. 4. Educação. I. BRITO, Wanderley Azevedo de. II. Título.

CDD 370.7

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo | |

Nome Completo do Autor: Fernanda Eline de Oliveira

Matrícula: 20182060150130

Título do Trabalho: Participação discente nos conselhos do IFG como processo formativo: oficina pedagógica sobre a estrutura institucional de gestão.

Autorização - Marque uma das opções

- Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
- Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ___/___/____ (Embargo);
- Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- O documento está sujeito a registro de patente.
 O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
 Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Anápolis, 12/02/2021.

Fernanda Eline de Oliveira

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

APRESENTAÇÃO

O trabalho “Participação discente nos Conselhos do IFG como processo formativo: oficina pedagógica sobre a estrutura institucional de gestão” é um Produto Educacional desenvolvido como parte da pesquisa de Dissertação de Mestrado intitulada “Representação estudantil em órgãos colegiados: práticas educativas no Conselho Superior do IFG”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Anápolis.

Como parte dos requisitos obrigatórios de pesquisas de Pós-Graduação *stricto sensu* na modalidade Profissional, o Produto Educacional foi organizado no formato de Oficina Pedagógica e resulta de uma proposta de intervenção no ambiente pesquisado, sobretudo com pessoas que atuaram ou atuam como representantes estudantis no Conselho Superior do IFG (Consup).

No campo da educação, as oficinas pedagógicas constituem uma estratégia metodológica de estudo teórico-prático coletivo, com etapas para reflexão e formação dos sujeitos envolvidos. Organizadas a partir da definição de objetivos e critérios metodológicos e avaliativos, as oficinas pedagógicas podem ser desenvolvidas considerando determinados temas que emergem das demandas e repertórios dos diversos sujeitos que integram os processos educativos formais ou não formais e da realidade de cada instituição.

Esperamos que este Produto Educacional seja fonte de inspiração para o desenvolvimento de diversas estratégias metodológicas de processos formativos, com o objetivo de estimular a participação de estudantes em instâncias colegiadas consultivas e deliberativas de instituições educacionais.

Anápolis, dezembro de 2020.

Fernanda Eline de Oliveira
Wanderley Azevedo de Brito

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	05
1. OFICINA PEDAGÓGICA: ESTRATÉGIA METODOLÓGICA FORMATIVA	08
1.1. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS	09
1.1.1 Planejamento e ações norteadoras de uma oficina pedagógica	10
1.1.2 Desenvolvimento de uma oficina pedagógica e fases de execução	12
1.1.3 Avaliação da oficina pedagógica	12
1.2. OBJETIVOS DA OFICINA PEDAGÓGICA SOBRE PARTICIPAÇÃO DISCENTE NOS CONSELHOS DO IFG	12
1.3. EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO DA OFICINA PEDAGÓGICA NO IFG	13
2. METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA OFICINA PEDAGÓGICA	15
2.1. EXECUÇÃO DA OFICINA	16
3. AVALIAÇÃO DA OFICINA PEDAGÓGICA: PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	26

INTRODUÇÃO

Os sistemas educativos são constituídos por comunidades que integram diferentes segmentos sociais, com múltiplos interesses e que, por esta razão, dividem e compartilham responsabilidades em prol do desenvolvimento de cada sujeito em particular, dos variados grupos sociais e da própria instituição educacional. A concepção de gestão participativa em instituições de educação requer a criação de espaços colegiados que possibilitem ações de participação, colaboração e consulta, de modo a contemplar as demandas dos diferentes segmentos sociais integrantes de cada comunidade.

O sentido integrado das comunidades educativas reflete a coexistência de diferentes segmentos como trabalhadores da educação e estudantes, com reivindicações pelo direito de participação no funcionamento de cada instituição educacional. Tal realidade faz emergir conflitos de interesse e de poder entre esses grupos. Nessa linha interpretativa, consideramos que é pela oportunidade de participação que os estudantes podem desenvolver a consciência de seu papel na instituição e na sociedade como um todo.

A participação, portanto, tem uma dimensão pedagógica, considerando que a prática de participar em si já é um processo formativo, além de ter uma dimensão política:

Pela participação, a escola se transforma numa oficina de democracia, organizando-se como instituição cujos membros se tornam conscientes de seu papel social na construção de uma instituição verdadeiramente educacional. [...] Cria-se, por conseguinte, uma cultura de poder compartilhado, desenvolvendo-se a prática da cidadania no interior da escola. Como resultado dessa prática, portanto, constrói-se a autonomia e o empoderamento pelo alargamento da consciência social e pelo desenvolvimento de competências sociais (LÜCK, 2011, p. 66-67).

Considerando que a pesquisa e o conhecimento desenvolvidos no Mestrado Profissional devem ser direcionados para a prática, para o aprimoramento das ações e dos espaços educativos, e considerando, ainda, que uma das razões para a escolha do tema deste estudo foi a observação, por parte da pesquisadora e de seu orientador, de como os estudantes que atuavam como conselheiros no Conselho Superior (Consup) do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia de Goiás (IFG), nos últimos anos, participavam pouco durante as reuniões, planejou-se que o Produto Educacional decorrente dessa pesquisa pudesse contribuir para haver mais efetivação dessa participação.

Propusemos, assim, uma Oficina para os estudantes do IFG, atuais conselheiros do Consup, com possibilidade de participação também dos conselheiros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Conepex) e dos conselhos departamentais dos diversos câmpus do IFG, visando ampliar o conhecimento sobre o funcionamento da Instituição, dos conselhos institucionais e da importância da representação estudantil em órgãos colegiados.

Objetiva-se que a Oficina seja replicada a cada nova composição dos conselhos, bienalmente, para que os estudantes interessados em atuarem como conselheiros tenham à sua disposição a oportunidade de conhecer as características da gestão, assim como as formas de intervenção nela, aprimorando sua capacidade de atuar como representantes discentes.

Esse tipo de atividade pressupõe uma metodologia de trabalho que envolve troca de saberes e leva a uma formação coletiva. Sua execução pretende-se participativa e reflexiva, sem que seus condutores (palestrante, seminarista, professor) estejam no centro do processo, como explica Candau (1999):

A atividade, a participação, a socialização da palavra, a vivência de situações concretas através de sóciodramas, a análise de acontecimentos, a leitura e discussão de textos, a realização de vídeodebates, o trabalho com diferentes expressões da cultura popular etc., são elementos presentes na dinâmica das oficinas. O desenvolvimento das oficinas, em geral, se dá através dos seguintes momentos básicos: aproximação da realidade/sensibilização, aprofundamento/reflexão, construção coletiva e conclusão/compromisso. Para cada um desses momentos é necessário prever uma dinâmica adequada para cada situação específica, tendo-se sempre presente a experiência de vida dos sujeitos envolvidos no processo educativo (CANDAU, 1999, p. 11-12).

Assim, a principal característica da oficina pedagógica é ser um espaço onde se aprende fazendo, refletindo e dialogando sobre a realidade a ser compreendida, conforme explicam Figueiredo *et al*, (2006, p. 5):

Esse tipo de metodologia promove a ação coletiva, e potencializa o espírito crítico e participativo. Possibilita condições para uma maior interação entre participantes da comunidade atendida [...]. Com efeito, as

crianças e adolescentes envolvidos nas oficinas são aprendizes de um processo que emancipa, torna-os sujeitos ativos na construção de uma democracia participativa, fortalecendo o protagonismo infanto-juvenil. Nessa relação de construção de uma metodologia dialética, o educador se percebe aprendiz e implementa uma nova metodologia que respeita as crianças e os adolescentes enquanto seres peculiares em desenvolvimento e sujeitos de direitos.

Pretende-se promover, nesta proposta de Produto, momentos em que os estudantes (conselheiros representantes dos discentes nos diversos conselhos) possam entrar em contato com a estrutura da gestão institucional do IFG, com seus documentos basilares (Estatuto, Regimento Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI), assim como com o fluxo de seus documentos normativos (resoluções e portarias normativas). Além disso, objetiva-se promover o debate sobre o papel da representação discente na política institucional e no processo formativo dos estudantes. Para isso, o espaço da Oficina convém para a troca de experiências e soluções de dúvidas. Assim, servidores e discentes, que já atuaram efetivamente como conselheiros, são os indicados para conduzir as atividades da Oficina.

1. OFICINA PEDAGÓGICA: ESTRATÉGIA METODOLÓGICA FORMATIVA

Oficina Pedagógica é uma estratégia metodológica baseada na construção coletiva e interdisciplinar do conhecimento, cuja ação é voltada para atender a uma necessidade e a uma temática específica de um contexto educativo, que pode ser planejada para acontecer em espaços presenciais ou virtuais em um tempo determinado. Segundo Paviani e Fontana (2009, p. 78), a

oficina pedagógica atende, basicamente, a duas finalidades: (a) articulação de conceitos, pressupostos e noções com ações concretas, vivenciadas pelo participante ou aprendiz; e b) vivência e execução de tarefas em equipe, isto é, apropriação ou construção coletiva de saberes.

Com enfoque pedagógico interdisciplinar, como resposta à necessidade de agir sobre um contexto pedagógico, os sujeitos envolvidos nas atividades da Oficina Pedagógica assumem uma ação dialógica e trocam experiências no processo participativo de construção do conhecimento. Nesse sentido, a Oficina Pedagógica é uma estratégia metodológica que prevê reuniões de trabalho com temáticas e objetivos específicos, que visam propiciar a construção do conhecimento.

Acrescenta-se que a Oficina Pedagógica apresenta uma perspectiva horizontal de organização do trabalho, já que pode integrar pessoas e especialistas com diferentes níveis de conhecimentos (teóricos e práticos), que têm a oportunidade de, por meio de espaços cooperativos, trocar experiências e construir conhecimentos sobre determinados assuntos. Paviani e Fontana (2009, p. 7) sustentam ainda que a

articulação entre teoria e prática é sempre um desafio, não apenas na área da educação. Entre pensar e fazer algo, há uma grande distância que, no entanto, pode ser vencida. Um dos caminhos possíveis para a superação dessa situação é a construção de estratégias de integração entre pressupostos teóricos e práticas, o que, fundamentalmente, caracteriza as oficinas pedagógicas.

Desse modo, planejamento, coordenação e avaliação devem ser partes integrantes das oficinas pedagógicas que, por meio de metodologias dinâmicas, participativas e formativas, podem permitir a unidade teoria-prática, de modo a

favorecer a sistematização, a reflexão e a integração de conhecimentos, bem como o desenvolvimento individual e coletivo dos participantes das atividades.

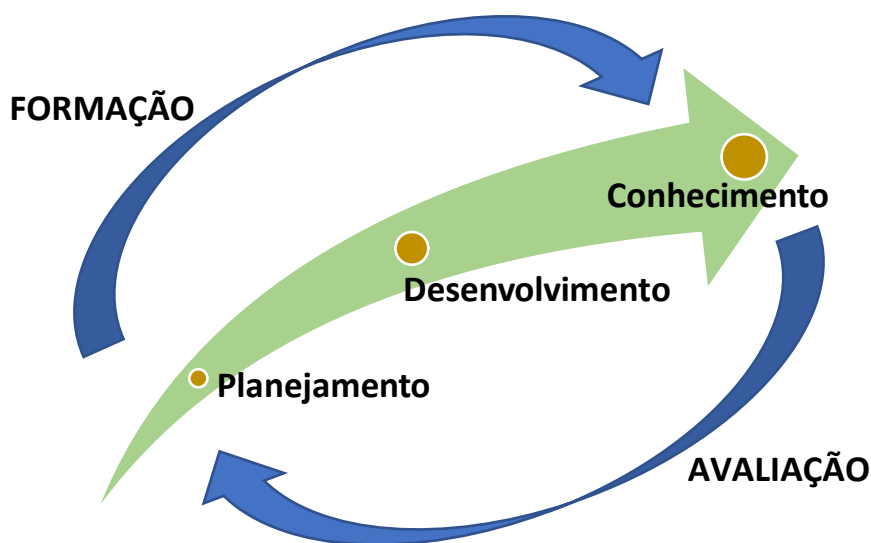
A oficina, como qualquer ação pedagógica, pressupõe planejamento, mas é na execução que ela assume características diferenciadas das abordagens centradas no professor e no conhecimento racional apenas. O planejamento prévio caracteriza-se por ser flexível, ajustando-se às situações-problema apresentadas pelos participantes, a partir de seus contextos reais de trabalho (PAVIANI; FONTANA, 2009, p. 79).

Como estratégia metodológica a Oficina Pedagógica busca propiciar a construção do conhecimento, por meio da integração ou relação teoria-prática, a partir da vivência dos sujeitos envolvidos nas atividades, possibilitando-lhes a troca de experiências e a reflexão, como síntese do pensar e do fazer em um determinado contexto.

1.1. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE OFICINAS PEDAGÓGICAS

As oficinas pedagógicas constituem estratégias metodológicas que podem contribuir tanto para atividades de educação formal, quanto não formal. O êxito dessa modalidade de formação requer um cuidadoso planejamento, com organização e desenvolvimento de atividades em diferentes etapas.

Figura 1: Processo de organização de Oficina Pedagógica



Fonte: os autores, 2020

A etapa de planejamento parte da escolha do tema e segue com a previsão de outras ações e estratégias importantes para o desenvolvimento de oficina pedagógica.

1.1.1 Planejamento e ações norteadoras de uma oficina pedagógica

Na etapa do planejamento de uma oficina pedagógica, é importante ter em vista as seguintes ações norteadoras:

- a. escolha do tema;
- b. seleção do público-alvo e do número de participantes;
- c. definição do local, da data e da carga horária;
- d. descrição dos objetivos gerais e específicos;
- e. decisão sobre a operacionalização quanto ao perfil do coordenador, dos palestrantes, mediadores e participantes;
- f. observação às normas e aos procedimentos éticos das instituições envolvidas;
- g. comunicação: ofícios e memorandos de requerimentos às instituições, convite aos palestrantes e aos participantes;
- h. solicitação de autorização formal aos pais ou responsáveis, nos casos de participantes menores de idade (quando for o caso);
- i. seleção, organização e/ou criação dos materiais e insumos a serem utilizados na oficina (textos, documentos, vídeos, formulários de inscrição e de avaliação, outros);
- j. definição do referencial teórico para subsidiar o desenvolvimento da oficina;
- k. escolha das estratégias metodológicas para organização, desenvolvimento e avaliação das atividades de funcionamento da oficina pedagógica:
 - palestras;
 - dinâmicas em grupo;
 - discussões mediadas;
 - grupos de estudo;
 - estudo de caso.

- l. planejamento dos recursos tecnológicos e dos equipamentos necessários para a realização da oficina;
- m. organização do cronograma, com etapas e atividades da oficina;
- n. envio dos convites aos palestrantes e oficinairos;
- o. descrição dos meios da divulgação da oficina aos participantes:
 - cartaz impresso;
 - folder digital;
 - sites, blogs, redes sociais, e-mail;
 - outros meios.
- p. definição dos critérios e dos instrumentos de avaliação de oficina pedagógica.

1.1.2 Desenvolvimento de uma oficina pedagógica e fases de execução

Para o desenvolvimento de uma oficina pedagógica, são previstas as seguintes fases de execução:

- a. atenção à lista das atividades, materiais e ações para o desenvolvimento da oficina;
- b. envio ou disponibilização dos materiais com antecedência;
- c. recepção e acolhida dos participantes;
- d. apresentação dos participantes;
- e. reaviso aos participantes sobre o roteiro, a metodologia, o tempo previsto e os critérios de avaliação da oficina;
- f. justificativa do tema e apresentação dos objetivos da oficina;
- g. realização da oficina, conforme planejamento das etapas e roteiro das estratégias metodológicas e atividades;
- h. envolvimento dos participantes da oficina, a partir das estratégias metodológicas planejadas;
- i. relação teoria-prática e socialização dos conhecimentos e das experiências dos participantes;
- j. síntese da oficina como processo formativo;

- k. considerações finais;
- l. agradecimentos.

1.1.3 Avaliação da oficina pedagógica

Na etapa de avaliação da oficina pedagógica, após sua execução, para ser considerada nas próximas oportunidades de execução, recomenda-se:

- a. avaliação por parte dos participantes da oficina pedagógica, a partir dos critérios estabelecidos *à priori*;
- b. acolhida das sugestões dos participantes para aperfeiçoamento da oficina;
- c. realização da meta-avaliação como critério para qualificar o processo de autoavaliação e aperfeiçoar o projeto de oficina pedagógica, a partir dos resultados da avaliação.

É fundamental aos organizadores de oficinas pedagógicas, a partir da experiência e da avaliação feita pelos participantes, identificar e refletir sobre questões relacionadas aos objetivos e às estratégias metodológicas das atividades desenvolvidas, com vistas a alcançar melhorias do processo formativo.

1.2. OBJETIVOS DA OFICINA PEDAGÓGICA SOBRE PARTICIPAÇÃO DISCENTE NOS CONSELHOS DO IFG

O objetivo geral da Oficina Pedagógica sobre participação discente nos conselhos do IFG é contribuir para que os discentes reflitam sobre sua representação no Consup (e demais órgãos colegiados) com mais ciência de seu papel e mais compreensão sobre a estrutura da Instituição. Assim, a Oficina pretende contribuir não somente para a efetivação de uma gestão democrática e participativa, como também para a formação da consciência política emancipatória dos estudantes.

Entre os objetivos específicos da Oficina, pretendemos proporcionar aos estudantes participantes oportunidade de:

- a) conhecer a estrutura organizacional do IFG (gestão e seus setores);
- b) conhecer os documentos basilares e normativos da Instituição (Estatuto, Regimento Geral, PDI, PPPI, Relatório de Gestão, resoluções, portarias) e os trâmites de construção desses documentos;
- c) compreender a estrutura e o funcionamento dos conselhos consultivos e deliberativos (Conselho Departamental, Conselho de Câmpus, Conepex, Consup) do IFG;
- d) debater sobre a participação e a representação discente no IFG (noções de gestão democrática, importância e formas de participação, aprendizagem nos espaços colegiados, participação efetiva);
- e) construir novas propostas para efetivação da participação estudantil, a serem apresentadas à Instituição.

1.3 EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO DA OFICINA PEDAGÓGICA NO IFG

Na primeira experiência de execução deste projeto de Oficina Pedagógica, desenvolvida em outubro de 2020, além da pesquisadora e de seu orientador, para conduzirem as atividades da Oficina, de forma voluntária, foram convidados ex-conselheiros do Consup que, de acordo com a análise das atas de reuniões do período de 2010 a 2019, tiveram participação efetiva no Conselho, entre discentes, docentes e técnicos administrativos. Aceitaram o convite para contribuir com a condução da Oficina, voluntariamente, dois estudantes egressos, três servidores técnico-administrativos, e uma servidora discente, formando o quadro de ministrantes a seguir:

Quadro 1. Organização da Oficina Pedagógica

Ministrantes:	Representação	Experiência nos conselhos do IFG
Ministrante 1	Técnico-Administrativo	Membro do Consup de 2015 a 2017; membro do Conselho de Câmpus do Câmpus Cidade de Goiás.
Ministrante 2	Técnico-Administrativo	Membro do Consup de 2015 a 2017, membro do Conselho de Câmpus do Câmpus Inhumas de 2018 a 2020.
Ministrante 3	Docente	Membro do Conselho de Câmpus do Câmpus Anápolis de 2016 a 2017; membro do Conselho Departamental do Câmpus Anápolis de 2012 a 2013; membro do Consup de 2017 a 2019.

Ministrante 4	Técnico-Administrativo	Secretário do Conselho Editorial da Editora IFG de 2012 a 2014; membro do Conepex de 2012 a 2014; membro do Consup de 2018-atual (reeleveu-se para o mandato iniciado em 2020).
Ministrante 5 (Estudante 4)	Discente	Membro do Consup de 2012 a 2013.
Ministrante 6 (Estudante 1)	Discente	Membro do Conselho Departamental do Câmpus Jataí de 2008 a 2010; membro do Consup de 2010 a 2012.

Fonte: os autores – 2020.

Para essa edição, foram convidados os atuais conselheiros titulares e suplentes do Consup, do Conepex, dos conselhos departamentais dos câmpus do IFG, além de alguns representantes de turma. Ressaltamos que foram convidados, via e-mail, os 12 conselheiros do Consup (6 titulares e 6 suplentes), os 10 conselheiros do Conepex (6 titulares e 4 suplentes), e, ainda, cerca de 80 conselheiros dos diversos conselhos departamentais dos 14 câmpus do IFG.

2. METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DA OFICINA PEDAGÓGICA

Considerando a situação de Pandemia decretada pela Organização Mundial de Saúde neste ano de 2020, que resultou em situação de suspensão das aulas presenciais, trazendo a necessidade de que as atividades escolares passassem a ser realizadas de forma remota, o Projeto de Oficina foi adaptado para atender à demanda dessa nova realidade. Dessa forma, a Oficina ocorreu virtualmente, por meio de plataforma digital. A edição da Oficina Pedagógica foi planejada para ocorrer em uma etapa, sendo um encontro virtual de aproximadamente 4 horas, via plataforma Google Meet, no dia 16 de outubro de 2020.

Quadro 2: Programação da Oficina Pedagógica

Oficina: Participação discente nos Conselhos do IFG como processo formativo – 16 de outubro de 2020		
Tema da Atividade	Ministrantes	Horário
Apresentação/breve resumo da pesquisa de mestrado.	Pesquisadora	14h
Estrutura organizacional do IFG (gestão/setores); Documentos basilares e normativos do IFG (Estatuto, Regimento Geral, PDI, PPPI, Relatório de Gestão, Resoluções, Portarias) e os trâmites de construção desses documentos.	Ministrante 1; Ministrante 2.	14h30
Estrutura e funcionamento dos conselhos consultivos e deliberativos do IFG (Conselho Departamental, Concâmpus, Conepex, Consup).	Ministrante 3; Ministrante 4.	15h30
Participação e representação discente no IFG (noções de gestão democrática, importância e formas de participação, aprendizagem nos espaços colegiados, participação efetiva).	Ministrante 5 (Estudante 4); Ministrante 6 (Estudante 1).	16h30
Perguntas aos ministrantes; considerações finais	Conselheiros participantes; Orientador.	17h30

Fonte: os autores, 2020.

O processo de acesso aos estudantes do IFG que são membros dos diversos conselhos institucionais mostrou-se dificultoso no sentido de encontrarmos interesse e disponibilidade por parte deles. Dos cerca de 100 estudantes convidados, recebemos respostas de confirmação de participação de

24. Desses 24 confirmados, apenas 13 estiveram presentes na sala virtual da Oficina, sendo: 3 membros do Consup, 3 membros do Conepex, 5 membros de conselhos departamentais de câmpus e 2 membros de um conselho de representantes de turma.

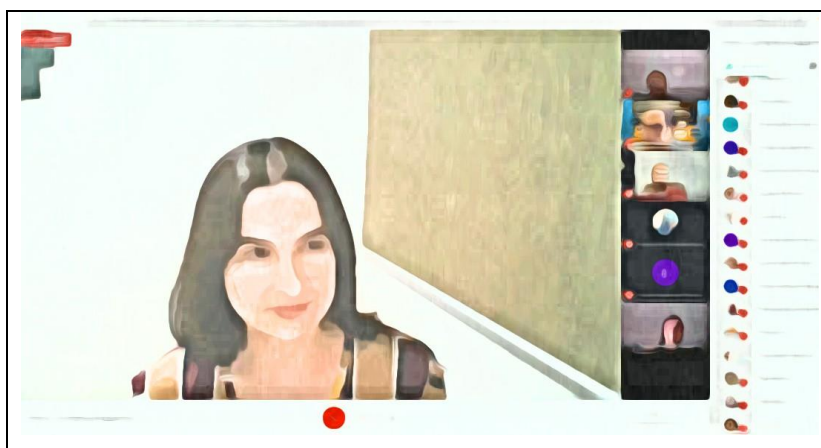
Entre as justificativas de alguns dos estudantes convidados que não puderam participar, recebemos relatos de que estavam com excesso de atividades acadêmicas e laborais nesse período. Ressalta-se que a circunstância vivenciada neste momento de pandemia (Covid-19) e isolamento social é atípica e muitas pessoas estão trabalhando e estudando em suas casas, muitas vezes sobrepondo esses afazeres com as demandas domésticas e familiares, ao mesmo tempo e no mesmo espaço, tornando-se, portanto, compreensível a dificuldade de acompanhar todas as atividades extracurriculares ofertadas. A mesma lógica pode ser aplicada na compreensão à justificativa de outros ex-conselheiros que foram convidados para ministrarem a Oficina, sobretudo os docentes, que lidam com a novidade do ensino remoto emergencial.

2.1 EXECUÇÃO DA OFICINA

A Oficina teve início com a acolhida dos participantes da atividade na sala virtual do Google Meet. Na sequência, os coordenadores da Oficina apresentaram o roteiro e as estratégias metodológicas das atividades, além do tempo previsto para cada etapa.

Em atendimento ao planejamento da Oficina, a pesquisadora e coordenadora do evento explicou sobre o tema e os objetivos da atividade. Na sequência, ela fez uma breve apresentação da justificativa do percurso da pesquisa que levou ao desenvolvimento deste Produto Educacional. Apoiando-se no referencial teórico que fundamenta a sua pesquisa, a coordenadora também compartilhou alguns dados levantados na pesquisa documental e nas entrevistas com os ex-conselheiros, como o percentual de participação de discentes por câmpus durante o período analisado (2010-2019) e alguns trechos importantes das falas coletadas durante as entrevistas com os ex-conselheiros.

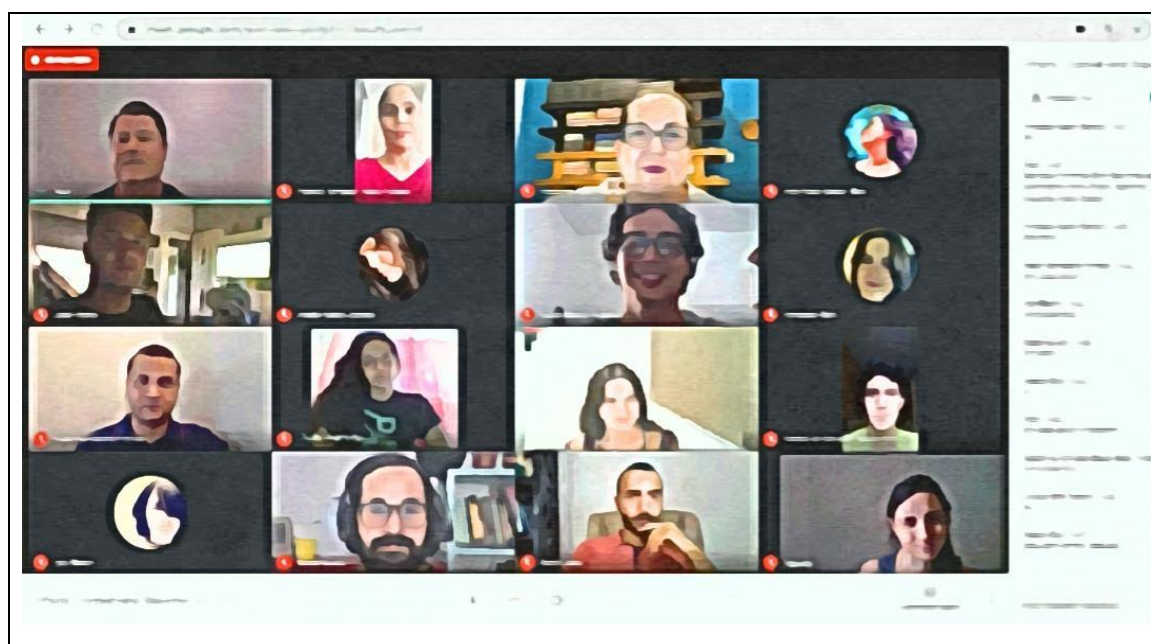
Figura nº 2 – Apresentação dos objetivos da Oficina pela pesquisadora



Fonte: pesquisadora, 2020

A imagem a seguir mostra um dos momentos síncronos da Oficina no Google Meet.

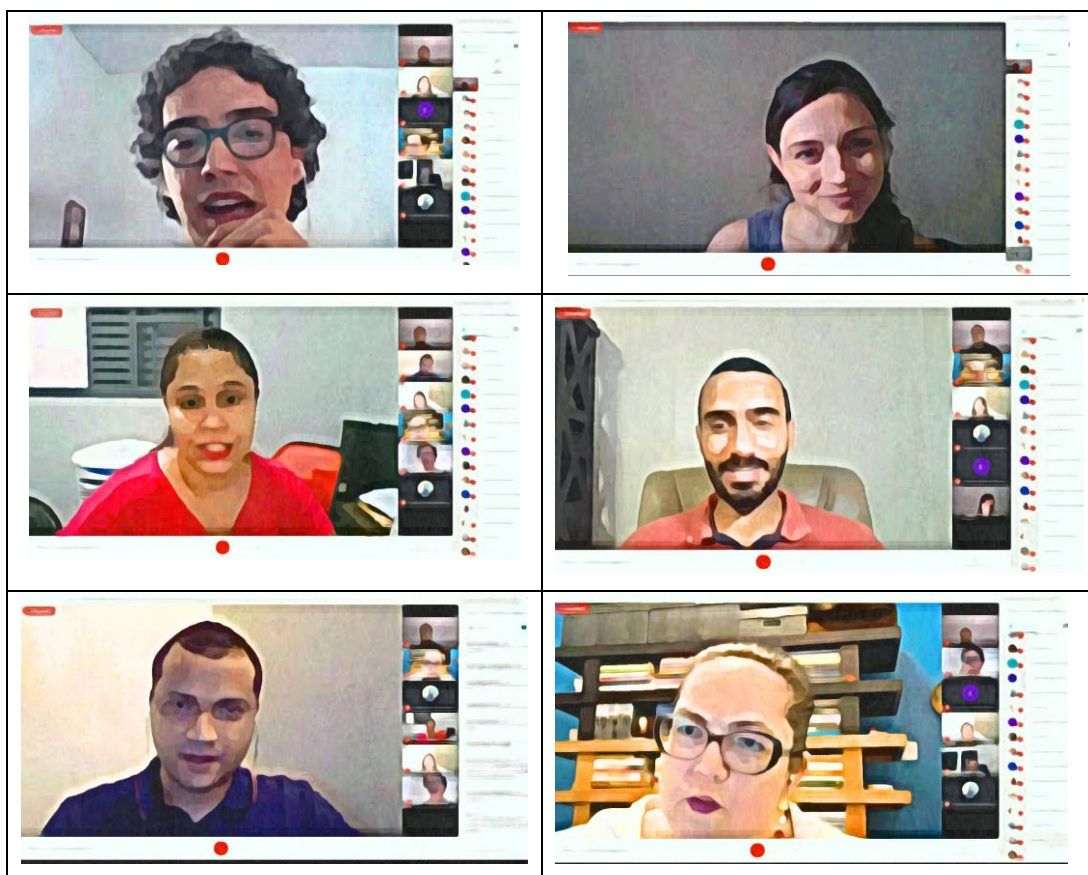
Figura nº 3 – Participantes da Oficina Pedagógica



Fonte: pesquisadora, 2020

Na sequência das atividades, os ministrantes convidados conduziram o diálogo com os participantes da oficina sobre os temas elencados na Programação.

Figura nº 4 – Imagens dos Convidados da Oficina Pedagógica



Fonte: dados da pesquisa, 2020

O Ministrante 1 iniciou a sua parte na Oficina com uma citação de João Ubaldo Ribeiro:

A presença da Política em nossa existência desafia qualquer tentativa de enumeração. Porque tudo pode – e deve, a depender do caso – ser visto de um ponto de vista político. É impossível que fuçamos da Política. É possível, obviamente, que desliguemos a televisão se nos aparecer algum político dizendo algo que não estamos interessados em ouvir. Isto, porém, não nos torna “apolíticos”, como tanta gente gosta de falar. Torna-nos, sim, indiferentes e, em última análise, ajuda a que o homem que está na televisão consiga o que quer, já que não nos opomos a ele. O problema é que, por ignorância ou apatia, às vezes pensamos que estamos sendo indiferentes, mas na verdade estamos fazendo o que nos convém. (RIBEIRO, 1998, p. 4).

Ao citar esse fragmento do texto de João Ubaldo Ribeiro para iniciar a sua fala no espaço cedido a ele na atividade síncrona da Oficina, o Ministrante 1 ilustrou o posicionamento que fez questão de defender em sua fala, mostrando aos participantes que as ações nos conselhos são ações políticas, ressaltando que não

se pode confundir a concepção de democracia com o mero processo de votação ou de legitimação da vontade dos gestores. E para debater sobre a estrutura da Instituição, esclareceu que os diversos setores e departamentos do IFG, devido ao seu dimensionamento, tratam de assuntos específicos, diferentemente de uma simples “secretaria escolar”, como no quesito referente ao tripé ensino-pesquisa-extensão. Nesse sentido, o Ministrante demonstrou a equivalência entre a estrutura “micro” do câmpus e a estrutura “macro” da Reitoria.

Para tratar dos documentos basilares da Instituição, a Ministrante 2 ressaltou a importância de se analisar minuciosamente cada parte das minutas de documentos que estão sendo debatidos no âmbito dos conselhos, pois cada palavra faz diferença na execução das normativas. Nesse momento, debateu-se também sobre a hierarquia desses documentos, como o Estatuto sendo o documento máximo, seguido do Regimento Geral.

A Ministrante 3 debateu com os participantes sobre a diferença de finalidades e de funcionamento de cada conselho nos câmpus do IFG, o Conselho Departamental e Conselho de Câmpus. Mostrou a dinâmica de cada conselho, esclarecendo a importância da ligação que existe entre eles. Esclareceu que muitos assuntos precisam passar por diversas instâncias, então, dessa forma, pareceres e atas de um conselho serão levados a outro conselho de hierarquia superior.

O Ministrante 4 explicou a diferença entre os dois maiores conselhos da Instituição, o Conepex e o Consup, e ressaltou a importância de o conselheiro preparar-se para cada reunião, para chegar com as propostas qualificadas, sendo capaz de debater, com conhecimento da lei que embasa cada assunto, para participar efetivamente e com qualidade. Ressaltou que o IFG possui cinco vagas para estudantes no Consup além de uma vaga para representante do Diretório Central de Estudantes (DCE) e que, comparativamente como outros institutos, essa é uma representação bastante significativa.

O Ministrante 5 (Estudante 4) ressaltou que sua participação como representante discente no Consup foi especialmente importante por ter acontecido o período de implantação de novos câmpus. Demonstrou que sentiu necessidade de que o departamento de áreas acadêmicas promovesse um tratamento alternativo em relação às aulas e à frequência, para viabilizar a participação dos alunos. O Ministrante demonstrou que percebia a falta de consciência política

estudantil e afirmou que é preciso provocar isso nos alunos – “é importante criar uma atmosfera para esse debate, inclusive em sala de aula; é preciso debater o câmpus, promover conferências gerais com a comunidade”.

A Ministrante 6 esclareceu que sua participação a fez enxergar a Instituição como um organismo, que não é feita pela vontade de uma pessoa só. Ressaltou mais uma vez a questão de ter um olhar minucioso sobre os documentos, pois muitos chegam em “caráter emergencial” para serem aprovados, principalmente no contexto de expansão aligeirada da Rede Federal.

Como último do momento síncrono da atividade no Google Meet, os coordenadores da Oficina abriram espaço para perguntas dos participantes aos ministrantes convidados, com troca de experiências e também de impressões acerca dos temas levantados durante a tarde. Essa etapa proporcionou o compartilhamento de conhecimentos e experiências dos participantes da Oficina.

Diversos depoimentos e troca de experiências chamaram a atenção dos estudantes participantes da Oficina, que aproveitaram para expressar como lidam com a condição de conselheiros e também para relatar a situação em seus câmpus, em especial os recém-implantados, que enfrentaram e ainda enfrentam precariedade em sua estrutura. Destacou-se a vontade dos estudantes de lutarem por melhorias estruturais em todos os câmpus, a importância dos movimentos estudantis e a necessidade de mais interação com os conselhos.

Após a realização da Oficina, foi enviado um formulário de avaliação para os participantes e ministrantes, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ser assinado.

3. AVALIAÇÃO DA OFICINA PEDAGÓGICA: PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES

Após a realização da Oficina, enviamos um formulário de avaliação para os estudantes participantes. Nessa avaliação, os estudantes responderam, de forma voluntária e anônima, sobre sua relação com os documentos normativos e sobre a compreensão a respeito de cada conselho, sobre a percepção após a Oficina. As respostas demonstraram que os estudantes não encontravam dificuldades em lidar com os documentos institucionais, mas que não tinham clara concepção sobre o papel de cada conselho, o que deve ser levado em consideração na próxima execução da Oficina.

Em resposta à avaliação, os estudantes participantes da Oficina alegaram também que o debate com os ministrantes trouxe um pouco de alívio por verem que os outros conselheiros, inclusive representantes das categorias dos servidores, também passam e passaram por desconforto e intimidação ao participarem das reuniões. Todos os respondentes afirmaram que, desde que ingressaram como estudantes no IFG, nunca haviam participado de alguma aula, oficina, debate, palestra, etc., que abordasse temas semelhantes aos tratados nessa Oficina. Os respondentes consideram que essa atividade deve continuar sendo executada com os futuros conselheiros discentes, e que a participação de estudantes em oficinas (ou outras atividades semelhantes) de formação sobre a estrutura e o funcionamento do IFG podem incentivar bastante a prática de representação do segmento estudantil em conselhos da Instituição.

Sobre sua experiência na Oficina, alguns participantes emitiram os seguintes comentários:

“Acho que as oficinas devem acontecer para alunos que tem interesse em ingressar no conselho, não pra quem já está. Muitas pessoas têm interesse, mas não se candidatam porque não sabem como funciona.”

“Uma boa experiência, onde foi reforçada e incentivado a necessidade de ter representantes de todos os segmentos em todos os conselhos. E que isso seja cada vez mais familiar entre os estudantes, pois é sempre escassa a participação dos mesmos.”

Após participar da Oficina, os ministrantes também responderam, anonimamente, a um formulário de avaliação. Afirmaram que também adquiriram conhecimentos novos e relevantes sobre os conselhos do IFG, portanto, a aprendizagem foi construída bilateralmente, como demonstram alguns destes relatos:

“Foi muito interessante porque ficou perceptível que as angústias e inquietações relatadas por alguns são compartilhadas por todos. [...] Acho que o que muda em relação à minha perspectiva sobre os conselhos é da necessidade de que os conselheiros que representam as categorias se articulem cada vez mais para a construção de uma instituição melhor. [...] A formação política, portanto, permite compreender melhor essas relações e estabelecer na Instituição a prática do diálogo e construção democrática.”

“É preciso reconhecer que o ambiente dos conselhos é intimidador e, por essa razão, é preciso uma formação política para os conselheiros, para que possam exercer seu mandato de maneira livre e efetiva.”

“Enquanto servidor, nunca foi me oferecido nada dessa natureza. [...] Às vezes eu penso que falta isso. Seria importante que tivéssemos espaço para discussões e uma formação, para que nossas representações nesses espaços fossem também efetivas.”

“A pesquisa e o projeto são muito importantes para a consolidação dos conselhos no IFG de uma maneira realmente democrática. A existência dos conselhos é apenas o primeiro passo.”

“Com certeza eu saí de lá com algumas inquietações e reflexões que refletirão na organização do meu trabalho e na minha concepção acerca da Instituição.”

“Apoio a iniciativa desse tipo de oficina que poderá auxiliar os conselheiros em uma melhor atuação nos conselhos, trazendo conhecimentos valiosos que se levaria algum tempo para obtê-los.”

Esses depoimentos demonstram que os ministrantes perceberam que atividades formativas como a Oficina são necessárias para o preparo dos conselheiros para ocuparem seus espaços de representação com mais consciência. Os ministrantes ainda teceram os seguintes comentários, que devem ser considerados na realização da próxima Oficina:

“A importância de se preparar para as reuniões dos conselhos poderia ter tido mais espaço.”

“Reconheço que em decorrência do isolamento social, a oficina realizada de maneira virtual acabou por ser prejudicada, diante da impossibilidade de realização de dinâmicas e atividades práticas que poderiam colaborar para a melhor apreensão da temática trabalhada e proporcionar um aprofundamento no debate. Acaba que o ambiente virtual não é muito facilitador dessas ações.”

“Poderíamos aprofundar sobre a difícil tarefa da representação na prática.”

“Gostaria de ressaltar que muito além de instruções, os alunos precisam de incentivo. Os servidores (docentes e técnicos administrativos) devem colaborar para manter a ‘chama acessa’ da comunidade discente. A Instituição deve tirar proveito de toda essa vitalidade, e o discente deve amadurecer dentro da Instituição.”

“Penso que é necessário desenvolver esta atividade em um tempo maior para que os ministrantes desenvolvam de forma mais detalhada as temáticas. Além disso, penso que é importante agregar estudantes que também sejam ministrantes da oficina.”

“Como se adotou o formato de oficina, poderia ser simulado um ambiente de reunião para se trabalhar alguns aspectos do processo de participação nas reuniões.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização da Oficina de maneira remota possibilitou o debate sobre a real vivência dos conselheiros de vários segmentos em seu papel de representante de cada categoria. Os relatos de experiências dos ministrantes mostraram que os representantes dos servidores docentes e técnico-administrativos, assim como relatado pelos estudantes egressos entrevistados, sentem-se intimidados e constrangidos nos momentos de tomadas de fala, nas situações de discussão durante as reuniões dos conselhos, sobretudo, do Conselho Superior. Especificamente no Consup, os representantes das categorias se sentem minoria, pois há vários representantes externos e apoiadores da gestão. Além disso, alegaram que há corporativismo e que os representantes externos à Instituição votam com a gestão – seja porque não tiveram tempo de ler os documentos, seja porque não querem contrariar a gestão. Esse fato nos alude ao jogo de poder explícito nesse espaço. Os participantes e ministrantes da Oficina concluíram que a ocupação desse espaço é extremamente necessária e requer coragem. E esse espaço que foi duramente conquistado, apesar de intimidador, deve ser usado e ocupado com consciência e responsabilidade.

Outro assunto abordado por parte dos ministrantes durante o debate foi o fato de que no espaço do Conselho aprenderam muito sobre o funcionamento da Instituição, e sobre como argumentar e convencer o outro, sobre negociação, aproximação com os outros conselheiros. Debateu-se ainda sobre como é trabalhoso ler e entender todos os documentos pautados em cada reunião do Consup.

“Democracia é um processo trabalhoso”, afirmou um dos ministrantes da Oficina Pedagógica. Assim, durante a realização da Oficina, os participantes e ministrantes concluíram que a existência dos conselhos é a primeira parte no processo democrático, pois ela não garante a democracia em si. A Instituição deve viabilizar a participação efetiva de todos os segmentos, para além da sua existência para mero cumprimento da lei.

A existência e o funcionamento de instâncias colegiadas de representação são uma conquista dos diversos segmentos que integram a instituição, no seu

processo de desenvolvimento. Dessa forma, o funcionamento de um conselho como instância consultiva e deliberativa é uma soma de experiências e conhecimentos dos seus representantes.

Assim, concluímos que a participação faz parte do processo de formação integral, de conhecimento e de aprendizagem, que se dá para além dos currículos dos cursos que ela oferta nos diferentes níveis e modalidades. Portanto, conhecer a Instituição e participar das suas diversas instâncias de representação faz parte do processo de formação dos estudantes, e esta proposta de Oficina Pedagógica pode contribuir com esse desenvolvimento político e social estudantil, e com o fortalecimento da democracia no IFG.

REFERÊNCIAS

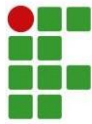
CANDAU. V. M. Educação em Direitos Humanos: uma proposta de trabalho. Oficinas Aprendendo e ensinando Direitos Humanos. **Rede Nacional de Direitos Humanos. Cartilhas**. Novameria: PUC-Rio, 1999. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/candau_edh_proposta_trabalho.pdf. Acesso em 30 jan. 2020.

FIGUEIRÊDO, M. A. C. et al. Metodologia de Oficina Pedagógica: uma experiência de extensão com crianças e adolescentes. **Revista Eletrônica Extensão Cidadã**, João Pessoa v. 2, p. 1-12, 2006. Disponível em http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Gb_mxEMohxsJ:www.prac.ufpb.br/anais/sempe/vsempeanais/Anais/Educacao/oficina.rtf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d. Acesso em 12 fev. 2020.

LÜCK. Heloísa. **A Gestão Participativa na Escola**. Série Cadernos de Gestão. 9 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

PAVIANI, N. M. S.; FONTANA, N. M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. In: **Conjectura: Filosofia e Educação**, v. 14, n. 2, maio/ago. 2009, p. 77-88. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/16/15>. Acesso em 11 dez. 2020.

RIBEIRO. J. U. **Política: Quem manda, por que manda, como manda**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

1. Apresentação:

Você, na condição de ex-conselheiro(a) do Consup, está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL EM ÓRGÃOS COLEGIADOS: PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONSUP DO IFG”. Meu nome é FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Educação Profissional e Tecnológica.

Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, preencha o formulário e assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável.

Esclareço que, em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail: fernandaeline@hotmail.com, e, inclusive, sob forma de ligação ou mensagem (WhatsApp), por meio do seguinte contato telefônico: (62) 99226-2918. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, pelo telefone: (62) 3233-1821 ou e-mail: cep@ifg.edu.br.

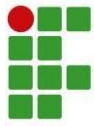
2. Características gerais da pesquisa:

O Projeto de Pesquisa intitulado “Representação Estudantil em Órgãos Colegiados: Práticas Educativas no Consup do IFG” tem como objetivo o estudo sobre a atuação dos estudantes nos órgãos colegiados do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG, com foco no Conselho Superior – Consup, no contexto da gestão democrática e da perspectiva de formação integral. O estudo visa investigar como as práticas educativas possíveis de serem construídas no âmbito dessas instâncias podem se caracterizar como parte da formação integral dos representantes discentes e propor meios para viabilizar o maior interesse e compreensão do funcionamento da instituição. Trata-se de uma pesquisa do tipo qualitativa, com realização de entrevistas e questionários, além de análise dos documentos institucionais relacionados aos referidos Conselhos. A abordagem da investigação será o materialismo histórico-dialético e as concepções de formação omnilateral e gestão democrática e participativa.

3. Procedimentos e garantias aos participantes:

Estão previstas a proposição de questionários e a realização de entrevistas com os ex-conselheiros representantes dos discentes que participaram do Consup no período de 2010 a 2019. Os questionários serão encaminhados por e-mail, ou impressos, e as entrevistas serão realizadas por telefone, vídeo conferência ou presencialmente.

Esclarecemos que as entrevistas são serão filmadas ou fotografadas, podendo, contudo, serem gravadas em arquivo de áudio. Dessa forma, necessito de sua autorização para uso da sua voz para análise dos dados, ressaltando que as gravações serão usadas exclusivamente, para análise



das entrevistas por parte da pesquisadora. O material em áudio não será apresentado na divulgação dos resultados.

Por tratar-se de pesquisa qualitativa, os sujeitos participantes darão livre consentimento para responder perguntas relacionadas ao período em que atuaram como conselheiros no IFG. Entre os possíveis riscos, podemos prever que, durante as entrevistas, os participantes podem sentir-se constrangidos ou desmotivados em continuar no projeto.

A participação na pesquisa é voluntária. Portanto, caso o participante que se manifestou favorável desista de continuar participando ao iniciar ou durante o processo de pesquisa, não haverá qualquer objeção à sua desistência.

Dessa forma está garantida sua liberdade de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado. Está garantida também a liberdade do/a participante de se recusar a responder questões que lhe causem desconforto emocional e/ou constrangimento em entrevistas e questionários que forem aplicados na pesquisa.

Está garantido o sigilo em relação à identidade (nome) dos participantes na dissertação, e qualquer outra forma de divulgação dos dados da pesquisa. Na análise dos dados, os participantes serão tratados por "Estudante + nº". Está garantido também que o material coletado, questionários e entrevistas, não será armazenado em banco de dados para pesquisas futuras.

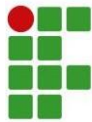
Caso o participante tenha gasto com transporte e/ou alimentação em decorrência da participação na pesquisa, será garantido seu direito ao ressarcimento das despesas.

É direito do participante pleitear indenização (reparação a danos imediatos ou futuros), garantida em lei, decorrentes de sua participação na pesquisa.

4. Resultados, divulgação e produto da pesquisa:

A análise dos dados consistirá de interpretação de fatos (constatados por meio das atas de reuniões) e de concepções, perspectivas e memórias descritas pelos ex-conselheiros nos questionários e entrevistas. Faremos a leitura do contexto, tentando buscar o ponto de vista dos autores, para compreender fenômenos sociais e políticos no âmbito do IFG. As práticas e os comportamentos advindos desses representantes discentes servirão de base para elaborarmos o produto educacional, que terá caráter formativo para as futuras gerações de conselheiros.

A partir dos resultados desta pesquisa, proporemos um curso de curta duração para os estudantes do IFG, visando ampliar o conhecimento sobre o funcionamento da instituição. A cada nova composição dos Conselhos, os estudantes interessados em atuarem como conselheiros, terão à sua disposição, a oportunidade de conhecer as minúcias da gestão, assim como de que maneira podem intervir e atuar nela, aprimorando sua capacidade de atuar como representantes discentes. O projeto do curso será construído com a participação dos sujeitos – conselheiros e ex-conselheiros. Dessa forma, pretende-se contribuir para não só para a efetivação de uma gestão democrática e participativa, como também para uma formação política emancipatória dos estudantes.



Os resultados serão apresentados primeiramente aos participantes da pesquisa e à Instituição proponente/co-participante (IFG). Pretende-se levar os resultados desta pesquisa a congressos e seminários sobre educação profissional, além de publicar artigo em revista especializada.

5. Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito da Pesquisa:

Eu,, inscrito(a) sob o RG/CPF/nº....., abaixo assinado, CONCORDO EM PARTICIPAR do estudo intitulado “.....”.

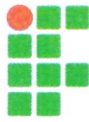
Informo ter mais que 18 anos de idade, e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui, ainda, devidamente informado(a) e esclarecido(a), pelo pesquisador(a) responsável, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

....., de de 2020.

Assinatura por extenso do(a) participante

Fernanda Eline de Oliveira

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável



TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO COPARTICIPANTE

A Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “Representação Estudantil em Órgãos Colegiados do IFG: Práticas Educativas no Consup e no Conepex”, coordenado pela pesquisadora Fernanda Eline de Oliveira, desenvolvido em conjunto com o orientador, professor dr. Wanderley Azevedo de Brito, pelo programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Câmpus Anápolis do IFG.

A Reitoria do IFG assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante o período de setembro de 2019 a fevereiro de 2020.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa e requeremos o compromisso da pesquisadora responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados. Estamos cientes que a execução deste projeto dependerá do parecer consubstanciado enviado pelo CEP/IFG mediante parecer “Aprovado”.

Goiânia, 13 de agosto de 2019.

JERÔNIMO RODRIGUES DA SILVA
Reitor

Jerônimo Rodrigues da Silva
Reitor - IFG
Decreto Presidencial
D.O.U de 05/10/2017

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL EM ÓRGÃOS COLEGIADOS DO IFG: PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONSUP E NO CONEPEX

Pesquisador: FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 19925819.9.0000.8082

Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.569.619

Apresentação do Projeto:

“Este estudo tem como objetivo geral investigar como as práticas educativas possíveis no âmbito dos órgãos colegiados do IFG, podem caracterizar a atuação discente nesses órgãos como parte de sua formação integral, no período de 2010 até o presente. A revisão da literatura constitui-se a primeira etapa da pesquisa, com o objetivo de fazer um levantamento dos estudos e das referências encontradas sobre o tema, a partir de palavras-chave e descritores que apontem para as pesquisas já realizadas na área. Prevê-se que, para a próxima etapa, seja realizada uma análise documental, a partir dos regulamentos institucionais e dos regimentos dos Órgãos Colegiados, que se encontram publicados no Portal do IFG.

Também serão analisados os registros das eleições de representantes para esses órgãos, assim como das atas das reuniões, com o objetivo de conhecer como se dá a participação dos representantes estudantis nas reuniões do Consup e do Conepex, no período de 2010, ano em que os referidos órgãos colegiados iniciaram suas atividades, até 2019. Para analisar a atuação dos estudantes no Consup e no Conepex do IFG, também estão previstas a proposição de questionários e a realização de entrevistas com os conselheiros representantes dos discentes que participaram desses órgãos colegiados no referido período. De 2010 a 2019, de acordo com a previsão de composição dos Regimentos do Consup e do Conepex e com as atas disponibilizadas no portal do IFG, passaram pelos dois conselhos 58 (cinquenta e oito) representantes discentes,

Endereço: Rua C-198 Quadra 500

Bairro: SETOR OESTE

UF: GO

Município: GOIANIA

CEP: 74.270-040

Telefone: (62)3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.569.619

entre titulares e suplentes. O Consup contou com 14 membros titulares e 14 suplentes e o Conepex, com 15 membros titulares e 15 suplentes. Esse grupo de 58 ex-conselheiros (em 2019, haverá novo processo eleitoral) são formados por estudantes egressos do IFG, de diversos câmpus.

Para atingir os objetivos desta pesquisa, solicitaremos ao Gabinete da Reitoria autorização para ter o acesso aos endereços de e-mail e aos números de telefone desses conselheiros egressos. Os estudantes serão contatados por e-mail, primeiramente, e, caso não respondam em um prazo de 3 dias, entraremos em contato por telefone. O contato será para explicar o teor da pesquisa e solicitar que, caso tenham disponibilidade de participar, assinem o termo de anuência que será encaminhado por e-mail. Caso o ex-conselheiro não disponha de meios para impressão e digitalização do documento assinado, levaremos o termo pessoalmente. Os questionários da pesquisa serão encaminhados por e-mail e, assim como para o termo de anuência, caso o sujeito não disponibilize de meios de acesso à internet, os documentos serão levados pessoalmente. Os questionários terão perguntas fechadas, com a finalidade de levantar dados simples como idade, período, modalidade de ensino, curso, câmpus, etc., do estudante, no período em que esteve designado como conselheiro. Para a etapa da entrevista, as perguntas serão abertas e direcionadas para as impressões e aprendizado dos estudantes enquanto conselheiros. A entrevista será feita preferencialmente de forma presencial, a se realizar em biblioteca do câmpus do IFG da cidade de sua residência, ou, caso não haja câmpus, em biblioteca municipal. Ainda, caso seja preferência do estudante, a entrevista poderá ser concedida via mensagem de vídeo, em meio digital a ser definido pelo próprio estudante (Whatsapp, Facebook Messenger, Skype, Face Time). A análise dos dados obtidos será embasada em referencial teórico de base materialista histórico-dialética e fundamentada nas concepções de formação omnilateral e gestão democrática e participativa, caracterizando a metodologia de pesquisa como qualitativa.”

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo geral investigar como as práticas educativas possíveis no âmbito dos órgãos colegiados do IFG podem caracterizar a atuação discente nesses órgãos como parte de sua formação integral, no período de 2010 até o presente.

Objetivos Específicos

- Realizar um levantamento bibliográfico sobre gestão democrática e órgãos colegiados na

Endereço: Rua C-198 Quadra 500

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.270-040

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.569.619

educação profissional no Brasil e no IFG;

- Descrever como ocorre o processo eleitoral e a participação dos conselheiros eleitos como representantes discentes para o Consup e o Conepex do IFG de 2010 até o presente momento;
- Levantar o perfil dos estudantes que atuam como conselheiros nesses órgãos;
- Descrever as expectativas dos estudantes em relação a sua atuação nos conselhos;
- Avaliar a possibilidade de integração entre uma pedagogia de caráter tecnicista aliada a uma pedagogia da totalidade e emancipatória, considerando a participação nos Conselhos como um espaço de formação omnilateral e para a cidadania;
- Conhecer as práticas educativas possíveis no âmbito dos conselhos.
- Identificar o nível de interesse dos estudantes em participar como representantes desse segmento nos Órgãos Colegiados da Instituição.
- Propor, a partir do desenvolvimento de um produto educacional, possibilidades para despertar maior interesse dos estudantes na compreensão e no funcionamento dessas instâncias de decisão colegiada.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

“Riscos:

Por tratar-se de pesquisa qualitativa, os sujeitos participantes darão livre consentimento para responder perguntas relacionadas ao período em que atuaram como conselheiros no IFG. Entre os possíveis riscos, podemos prever que, durante as entrevistas, os participantes podem sentir-se constrangidos, em casos em que sua representação não tenha sido efetiva, ou até mesmo sentirem-se desmotivados em continuar no projeto.

Parecer: recomendamos que os pesquisadores indiquem a forma de acompanhamento e assistência aos participantes da pesquisa, caso venha a ocorrer qualquer um dos possíveis riscos citados.

Benefícios:

A partir dos resultados desta pesquisa, proporemos um curso de curta duração para os estudantes

Endereço: Rua C-198 Quadra 500

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.270-040

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.569.619

do IFG, visando ampliar o conhecimento sobre o funcionamento da instituição. A cada nova composição dos Conselhos, os estudantes interessados em atuarem como conselheiros, terão à sua disposição, a oportunidade de conhecer as minúcias da gestão, assim como de que maneira podem intervir e atuar nela, aprimorando sua capacidade de atuar como representantes discentes. O projeto do curso será construído com a participação dos sujeitos – conselheiros e exconselheiros.

O curso abordará a estrutura de organização e de gestão, os regimentos e regulamentos que embasam as políticas e ações no âmbito do IFG, além dos trâmites pelos quais os documentos e demais decisões passam até serem aprovados no Consup. Visando à economicidade e à praticidade, pretende-se que o curso possa ser executado na modalidade EaD.”

Parecer: atende a legislação

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Relevância Social:

“Estima-se que este estudo, a partir da análise da atuação de ex-conselheiros, contribuirá para que os próximos representantes discentes exerçam sua representação no Consup e no Conepex com mais ciência de seu papel e maior compreensão sobre a estrutura da Instituição. Dessa forma, pretende-se contribuir para não só para a efetivação de uma gestão democrática e participativa, como também para uma formação política emancipatória dos estudantes.”

Metodologia, incluindo local, população e amostra, métodos de coleta:

“Este estudo tem como objetivo geral investigar como as práticas educativas possíveis no âmbito dos órgãos colegiados do IFG podem caracterizar a atuação discente nesses órgãos como parte de sua formação integral, no período de 2010 até o presente. A revisão da literatura constitui-se a primeira etapa da pesquisa, com o objetivo de fazer um levantamento dos estudos e das referências encontradas sobre o tema, a partir de palavras chave e descritores que apontem para as pesquisas já realizadas na área. Prevê-se que, para a próxima etapa, seja realizada uma análise documental, a partir dos regulamentos institucionais e dos regimentos dos Órgãos Colegiados, que se encontram publicados no Portal do IFG.

Endereço: Rua C-198 Quadra 500

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.270-040

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.569.619

Também serão analisados os registros das eleições de representantes para esses órgãos, assim como das atas das reuniões, com o objetivo de conhecer como se dá a participação dos representantes estudantis nas reuniões do Consup e do Conepex, no período de 2010, ano em que os referidos órgãos colegiados iniciaram suas atividades, até 2019. Para analisar a atuação dos estudantes no Consup e no Conepex do IFG, também estão previstas a proposição de questionários e a realização de entrevistas com os conselheiros representantes dos discentes que participaram desses órgãos colegiados no referido período. De 2010 a 2019, de acordo com a previsão de composição dos Regimentos do Consup e do Conepex e com as atas disponibilizadas no portal do IFG, passaram pelos dois conselhos 58 (cinquenta e oito) representantes discentes, entre titulares e suplentes. O Consup contou com 14 membros titulares e 14 suplentes e o Conepex, com 15 membros titulares e 15 suplentes. Esse grupo de 58 ex conselheiros (em 2019, haverá novo processo eleitoral) são formados por estudantes egressos do IFG, de diversos câmpus. Para atingir os objetivos desta pesquisa, solicitaremos ao Gabinete da Reitoria autorização para ter o acesso aos endereços de e-mail e aos números de telefone desses conselheiros egressos. Os estudantes serão contatados por e-mail, primeiramente, e, caso não respondam em um prazo de 3 dias, entraremos em contato por telefone. O contato será para explicar o teor da pesquisa e solicitar que, caso tenham disponibilidade de participar, assinem o termo de anuência que será encaminhado por e-mail. Caso o ex-conselheiro não disponha de meios para impressão e digitalização do documento assinado, levaremos o termo pessoalmente. Os questionários da pesquisa serão encaminhados por e-mail e, assim como para o termo de Consentimento, caso o sujeito não disponibilize de meios de acesso à internet, os documentos serão levados pessoalmente. Os questionários terão perguntas fechadas, com a finalidade de levantar dados simples como idade, período, modalidade de ensino, curso, câmpus, etc., do estudante, no período em que esteve designado como conselheiro. Para a etapa da entrevista, as perguntas serão abertas e direcionadas para as impressões e aprendizado dos estudantes enquanto conselheiros. A entrevista será feita preferencialmente via mensagem de vídeo, em meio digital a ser definido pelo próprio estudante (Whatsapp, Facebook Messenger, Skype, Face Time). Ainda, caso seja preferência do estudante, a entrevista poderá ser concedida de forma presencial, a se realizar em biblioteca pública na cidade de residência do pesquisado. A análise dos dados obtidos será embasada em referencial teórico de base materialista histórico-dialética e fundamentada nas concepções de formação omnilateral e gestão democrática e participativa, caracterizando a metodologia de pesquisa como qualitativa.

Endereço: Rua C-198 Quadra 500

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.270-040

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.569.619

Metodologia de Análise de Dados:

Por tratar-se de uma pesquisa qualitativa, a análise dos dados consistirá de interpretação de fatos (constatados por meio das atas de reuniões) e de concepções, perspectivas e memórias descritas pelos ex-conselheiros nos questionários e entrevistas. Faremos a leitura do contexto, tentando buscar o ponto de vista dos autores, para compreender fenômenos sociais e políticos no âmbito do IFG. As práticas e os comportamentos advindos desses representantes discentes servirão de base para elaborarmos o produto educacional, que terá caráter formativo para as futuras gerações de conselheiros.

Dessa forma, considerando que as demandas estudantis devem contemplar a multiplicidade de câmpus, de cursos, níveis e modalidades de educação, além dos documentos institucionais gerais para embasamento da pesquisa, também utilizaremos de referencial teórico de base materialista histórico-dialético para compreendermos e analisarmos como se dão as práticas educativas de representação estudantil no IFG, enquanto instituição multicâmpus e campo de formação pluricurricular.

Locais de realização da pesquisa

A Instituição proponente desta pesquisa é o Câmpus Anápolis do IFG, polo do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Os questionários da pesquisa serão encaminhados por e-mail e, assim como para o Termo de Consentimento, caso o sujeito não disponibilize de meios de acesso à internet, os documentos serão levados pessoalmente ao local de preferência dos sujeitos.

A entrevista será feita preferencialmente via mensagem de vídeo, em meio digital a ser definido pelo próprio estudante (Whatsapp, Facebook Messenger, Skype, Face Time). Ainda, caso seja preferência do estudante, a entrevista poderá ser concedida de forma presencial, a se realizar em biblioteca pública na cidade de residência do pesquisado.

População a ser estudada

A pesquisa será realizada com um grupo de 58 ex-conselheiros, formado por estudantes egressos do IFG. De 2010 (ano que se iniciou o funcionamento do Consup e do Conepex) até 2019, os dois Conselhos a serem estudados obtiveram quatro eleições, portanto quatro composições.

Os representantes discentes, eleitos democraticamente por seus pares, entre titulares e suplentes,

Endereço: Rua C-198 Quadra 500

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.270-040

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.569.619

eram alunos dos cursos Técnicos Integrados do Ensino Médio e também de Graduação e Pós-Graduação do IFG.

Parecer: atende a legislação

Avaliação do processo de obtenção do TCLE:

“Para atingir os objetivos dessa pesquisa, solicitaremos ao Gabinete da Reitoria, autorização para ter o acesso aos endereços de e-mail e aos números de telefone desses conselheiros egressos. Os estudantes serão contatados por e-mail, primeiramente, e, caso não respondam em um prazo de 3 dias, entraremos em contato por telefone. O contato será para explicar o teor da pesquisa e solicitar que, caso tenham disponibilidade de participar, assinem o termo de anuência que será encaminhado por e-mail. Caso o ex-conselheiro não disponha de meios para impressão e digitalização do documento assinado, levaremos o termo pessoalmente.

Os questionários da pesquisa serão encaminhados por e-mail e, assim como para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, caso o sujeito não disponibilize de meios de acesso à internet, os documentos serão levados pessoalmente. Os questionários terão perguntas fechadas, com a finalidade de levantar dados simples como idade, período, modalidade de ensino, curso, câmpus, etc., do estudante, no período em que esteve designado como conselheiro.

Para a etapa da entrevista, as perguntas serão abertas e direcionadas para as impressões e aprendizado dos estudantes enquanto conselheiros. A entrevista será feita preferencialmente via mensagem de vídeo, em meio digital a ser definido pelo próprio estudante (Whatsapp, Facebook Messenger, Skype, Face Time). Ainda, caso seja preferência do estudante, a entrevista poderá ser concedida de forma presencial, a se realizar em biblioteca pública na cidade de residência do pesquisado.”

Parecer: atende a legislação

Garantias Éticas aos Participantes da Pesquisa:

“A participação na pesquisa é voluntária. Será objetivamente esclarecida ao participante a natureza e os objetivos da pesquisa. Caso o estudante que se manifestou favorável à sua participação desista ao iniciar ou durante o processo de pesquisa, não haverá qualquer objeção à sua desistência.

Endereço: Rua C-198 Quadra 500

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.270-040

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.569.619

Será garantido o sigilo em relação à identidade dos participantes na dissertação, e qualquer outra forma de divulgação dos dados da pesquisa. Na análise dos dados, os participantes serão tratados por “Estudante + nº”.

Parecer: atende a legislação

Critérios de Inclusão e Exclusão:

“Aos participantes será esclarecido o caráter voluntário de participação na pesquisa. Dessa forma, estarão livres para deixar a pesquisa, caso não se sintam motivados a continuar.”

Parecer: atende a legislação

Resultados e divulgação do Estudo:

“Os resultados serão apresentados primeiramente aos participantes da pesquisa e à Instituição proponente/co-participante (IFG). Pretende-se levar os resultados desta pesquisa à congressos e seminários sobre educação profissional, além de publicar artigo em revista especializada.”

Parecer: atende a legislação

10- Cronograma: informação da duração total e das diferentes etapas da pesquisa incluindo o envio em tempo hábil ao CEP conforme N.O. 001/2013-CNS:

“Proposição de questionários e entrevistas em setembro/2019”

Parecer: atende a legislação

Orçamento: Detalhamento dos recursos, fontes e destinação, conforme N. O. 001/2013 - CNS:

“Para fins deste estudo, os gastos previstos serão arcados com orçamento próprio e são aqueles relacionados à combustível, deslocamento, telefone, papelaria e internet. Está previsto não mais

Endereço: Rua C-198 Quadra 500

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.270-040

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.569.619

que R\$ 500,00 (quinhentos reais), considerando a natureza da pesquisa.”

Parecer: atende a legislação

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Compatibilidade entre currículos dos pesquisadores e a pesquisa:

Parecer: atende a legislação

Folha de rosto:

Parecer: Devidamente preenchida.

Folha de rosto:

Parecer: Devidamente preenchida.

TCLE:

- a) justificativa, objetivos e os procedimentos metodológicos;
- b) explicitação dos possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação e apresentação das providências para se reduzir seus efeitos, além dos benefícios esperados;
- c) esclarecimento sob a forma de acompanhamento e assistência aos participantes da pesquisa;

Parecer: recomendamos que os pesquisadores indiquem a forma de acompanhamento e assistência aos participantes da pesquisa, caso venha a ocorrer qualquer um dos possíveis riscos acima citados.

- d) garantia de liberdade de recusa de participação e/ou retirada da pesquisa sem penalizações;

Endereço: Rua C-198 Quadra 500

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.270-040

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.569.619

- e) garantia de sigilo e privacidade;
- f) garantia do recebimento do TCLE (vias e não cópias);
- g) explicitação da garantia do ressarcimento;
- h) garantia de indenização diante de danos eventuais;
- i) dados de contato do pesquisador e do CEP.

Parecer: atende a legislação

Termo de Compromisso:

Parecer: atende a legislação

4- Termos de Anuência das Instituições Coparticipantes:

Parecer: atende a legislação

5- O projeto detalhado:

Parecer: atende a legislação.

Recomendações:

É imprescindível que ao se finalizar a pesquisa seja submetido o Relatório Final, via Plataforma Brasil, conforme a Norma Operacional CNS 001/2013. Segundo essa normativa o prazo para o envio do Relatório Final será no máximo de 60 (sessenta) dias após o término da pesquisa. O modelo do Relatório Final encontra-se disponível no site do CEP/IFG.

Endereço: Rua C-198 Quadra 500

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.270-040

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.569.619

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Prezado pesquisador, o CEP/IFG informa que o seu projeto de pesquisa intitulado “REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL EM ÓRGÃOS COLEGIADOS DO IFG: PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONSUP E NO CONEPEX”. CAAE: 19925819.9.0000.8082, foi aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado pesquisador, o CEP/IFG APROVA seu projeto de pesquisa "REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL EM ÓRGÃOS COLEGIADOS DO IFG: PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CONSUP E NO CONEPEX." CAAE: 19925819.9.0000.8082.

Caso haja alguma modificação, solicitamos que seja inserida uma emenda para avaliação, via Plataforma Brasil.

É imprescindível que, ao final da pesquisa, seja submetido o relatório final por meio de uma notificação via Plataforma Brasil, conforme a Norma Operacional CNS nº 001/2013. Segundo essa normativa, o prazo para o envio do relatório final por meio de uma notificação será de, no máximo, 60 dias após o término da pesquisa. O modelo do relatório final está disponível no site do CEP/IFG.

Conforme preconizado pela Resolução CNS nº 466/2012 é preciso: “f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa”.

Em caso de submissão de novos projetos de pesquisa, os documentos somente serão aceitos se estiverem em conformidade com os modelos disponíveis no site do CEP/IFG: <https://www.ifg.edu.br/comites/cep>

Atenciosamente,

Comitê de Ética em Pesquisa/CEP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás/IFG

Site: <https://www.ifg.edu.br/comites/cep>

Horário de Funcionamento: de 08h às 12h

Telefone: (62) 3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br

Endereço: Rua C-198 Quadra 500

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.270-040

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br

Continuação do Parecer: 3.569.619

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1394013.pdf	28/08/2019 09:11:54		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCOMPLETOMODIFICADO.pdf	28/08/2019 09:10:48	FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	questionarioeentrevista.pdf	24/08/2019 11:15:33	FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	TERMODECOMPROMISSOCEP.pdf	24/08/2019 11:06:51	FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	CURRICULOorientador.docx	24/08/2019 11:06:19	FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	CURRICULOFernanda.docx	24/08/2019 11:05:08	FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	ANUENCIAcoparticipante.pdf	24/08/2019 11:03:53	FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	24/08/2019 10:52:03	FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	TermodeValidacaodeProduto.pdf	02/08/2019 11:49:25	FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	02/08/2019 11:40:24	FERNANDA ELINE DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 12 de Setembro de 2019

**Assinado por:
Simone Paixão Araújo
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua C-198 Quadra 500

Bairro: SETOR OESTE

CEP: 74.270-040

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3237-1821

E-mail: cep@ifg.edu.br